



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CRISTIANE NASCIMENTO MARTINS

**A EDUCAÇÃO COMO IRRADIAÇÃO DO PROGRESSO: genealogias
e sua expressão na Primeira República em Uberabinha, MG**

Uberlândia-MG

2006



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CRISTIANE NASCIMENTO MARTINS

**A EDUCAÇÃO COMO IRRADIAÇÃO DO PROGRESSO: genealogias
e sua expressão na Primeira República em Uberabinha, MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: História e Historiografia da Educação

Orientador: José Carlos Souza Araújo

Uberlândia – MG

2006

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M386e Martins, Cristiane Nascimento, 1978 -

A educação como irradiação do progresso : genealogias e sua expressão na Primeira República em Uberabinha, MG / Cristiane Nascimento Martins. - 2007.

135 f. : il.

Orientador: José Carlos Souza Araújo.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação.

Inclui bibliografia.

1. Educação - Uberlândia (MG) - História - Teses. I. Araújo, José Carlos Souza. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37(815.12)(091)

Elaborado pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de Catalogação e Classificação

TERMO DE APROVAÇÃO

A EDUCAÇÃO COMO IRRADIAÇÃO DO PROGRESSO: genealogias e expressão na Primeira República em Uberabinha, MG

CRISTIANE NASCIMENTO MARTINS

Dissertação apresentada ao dia 24 de agosto de 2006, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), para a Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo (Orientador)
Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dra. Analete Regina Schelbauer
Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho
Universidade Federal de Uberlândia

RESULTADO: _____

Sebastiana Arantes Nascimento

(In Memoriam)

AGRADECIMENTOS

A um *Ser Supremo* que possibilitou que tudo isso se concretizasse, em meio a alegrias e adversidades, sempre guiando os meus passos e iluminando a minha alma.

À minha mãe, Marta, que sempre vivenciou ao meu lado a beleza e a sinuosidade do caminho, chorando e enxugando minhas lágrimas e, também, sorrindo comigo nos momentos mais sublimes.

Ao meu pai, Carlos, pela persistência diante dos obstáculos do caminho, o que me fez prosseguir quando pensei que não havia muito a ser feito.

À minha irmã, Jhosiane, que, mais do que uma amiga, suportou minhas crises de mal-humor e me convidava, constantemente, a voltar a meu estado normal para rir e brincar com ela.

Às pessoas que me incentivaram porque acreditaram em minha capacidade: Sandrinha, Lóides, Duda, Elton, Edson e, especialmente, minha avó Benedita.

Aos meus dignos companheiros de caminhada que sempre guardarei, cada um por sua qualidade mais bela, em um cantinho especial do coração: Melina, Polyana, Wander, Geraldo, Anderson, Fernanda, Daniella, André, Maria de Lourdes Gaspar, Maria de Lourdes Leal e também o James.

Ao professor Carlos Henrique, que me estendeu as mãos e me propiciou, mais do que um estágio, mas a oportunidade de me descobrir profissionalmente.

Ao meu grande mestre, José Carlos, que durante quatro anos me favoreceu, mais do que com sua orientação, mas, com sua sabedoria e paciência diante de meus deslizes.

A todos, serei eternamente grata.

[...] suprima-se pois, as luzes materiais e acenda-se as intellectuais da juventude.

Vereador Sant' Anna

(Ata da sexta sessão ordinária em 17 de março de 1899)

RESUMO

A presente dissertação trata sobre a educação escolar no período da Primeira República no município de Uberabinha, MG. Esta é fruto da pesquisa que teve início no ano de 2002, ainda sobre a designação de Iniciação Científica. De julho de 2002 a agosto de 2003 ocorreu a pesquisa de campo, em que foi possível estabelecer um contato direto com as fontes pesquisadas, ou seja, nesse primeiro momento pautou-se na transcrição e catalogação dos jornais “A Tribuna” (1907-1914) e “O Progresso” (1919-1925) e das atas da Câmara Municipal de Uberabinha, MG. Mais tarde, o tema estudado veio a tornar-se projeto de pesquisa para o ingresso no Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Desse modo, partiu-se da problematização de evidenciar a idéia de progresso vinculada à concepção de ilustração na municipalidade em apreço no período da Primeira República considerando, para isso, a educação escolar. Assim, objetivou-se recuperar, analisar e interpretar o percurso da História da Educação em Uberabinha, do final do século XIX até 1930, utilizando-se do estudo da documentação oficial (atas da Câmara Municipal), das reportagens da imprensa local e da bibliografia especializada, compondo um quadro que estivesse inter-relacionado com o processo educacional em Minas Gerais e no Brasil. Além do mais, a presente pesquisa visa contribuir para a discussão da História da Educação local e regional entre educadores e pesquisadores, na tentativa de promover a necessária interligação entre o estudo regional e nacional. Observando-se a promoção, a comparação e a análise das questões e discussões educacionais encontradas na documentação pesquisada, foi possível identificar e descrever as principais idéias e representações relativas à educação, externadas pela sociedade uberabinhense da época estudada. Ao final do biênio 2004 a 2006, depois de bastante estudo para o aprofundamento e crítica quanto ao assunto em questão, eis que emerge mais uma ponta para o desenrolar da história da educação em Uberlândia-MG (até o ano de 1929, denominada de Uberabinha). Este breve conjunto de informações pretende apenas justificar, parcialmente, a construção da dissertação, demonstrando a importância da documentação sobre o período, bem como as principais expressões presentes nas atividades políticas de Uberabinha-MG

PALAVRAS-CHAVE: Educação Escolar, Ilustração, Progresso, Município, Uberlândia.

ABSTRACT

The following text is about the school education, in the period of the First Republic, at the city of Uberabinha, MG. It is the result of the research that has began in the year of 2002, still over the name of Cientific Start. From July of 2002 to August of 2003 occurred the field research, where it was possible to establish a direct contact with the searched sources, that is, at this first moment it was made in the transcription and to select of periodicals “the Tribune” (1907-1914) and “the Progress” (1919-1925) and of acts of the City council of Uberabinha, MG. Later, the studied subject became project of research for the ingression in the Program of After Graduation in Education of the Federal University of Uberlândia. In this manner, it was broken of the proposal to evidence the entailed idea of progress to the illustration conception in the municipality in I appraise in the period of the First Republic considering, for this, the pertaining to school education. Thus, it was objectified to recoup, to analyze and to interpret the passage of the History of the Education in Uberabinha, of the end of century XIX up to 1930, using itself of the study of the official documentation (acts of the City council), of the news articles of the local press and the specialized bibliography, composing a picture that was interrelated with the educational process in Minas Gerais and Brazil. In addition, the present research aims at to contribute for the quarrel of the History of the local and regional Education between educators and researchers, in the attempt to promote the necessary interconnection between the regional and national study. Observing it promotion, the comparison and the analysis of the questions and found educational quarrels in the searched documentation was possible to identify and to describe the main ideas and relative representations to the education, manifest for the uberabinhense society of the studied time. To the end of biennium 2004 the 2006, after sufficient study for the critical deepening and how much to the subject in question, here it is that it emerges plus a tip to uncurl it of the history of the education in Uberlândia-MG (until the year of 1929, called of Uberabinha). This joint briefing of information it only intends to justify, partially, the construction of the following text, demonstrating the importance of the documentation on the period, as well as the main expressions gifts in the activities politics of Uberabinha-MG.

KEY-WORDS: School Education, Illustration, Progress, City, Uberlândia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
<u>CAPÍTULO I</u> – EDUCAÇÃO, MODERNIDADE E OS IDEAIS DE PROGRESSO.....	17
As origens da modernidade	18
A filosofia da ilustração e seus ideais educacionais.....	22
A idéia de progresso no século XIX: Comte e Spencer.....	35
<u>CAPÍTULO II</u> – BRASIL RUMO AO SÉCULO XX: A EDUCAÇÃO COMO ALAVANCA PARA O PROGRESSO.....	44
Um bando de idéias novas	45
Por uma nação ilustrada: o reflexo das novas idéias na Primeira República	53
Minas Gerais na Primeira República	59
<u>CAPÍTULO III</u> – “LUZES INTELECTUAIS” COMO META DA ESCOLARIZAÇÃO EM UBERABINHA, MG, NO PERÍODO DA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	72
O município de Uberabinha, MG sob a luz do progresso	73
As concepções de progresso e educação em Uberabinha, MG.....	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
FONTES	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115
ANEXO	

INTRODUÇÃO

A presente dissertação é produto da pesquisa que teve sua gênese no trabalho de Iniciação Científica **ocorrida no período de** agosto de 2002 a julho de 2003, desenvolvida sob a orientação do Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo. **Vale ressaltar que, a pesquisa fora realizada por meio do** Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

Desse modo, **pretendeu-se** partir da problematização **em** evidenciar a idéia de progresso vinculada à concepção de ilustração na municipalidade de Uberabinha-MG no período da Primeira República considerando, para isso, a educação escolar. Trata-se de qualificar que o nascimento do município de Uberabinha é republicano e, portanto, assume e reflete os princípios defendidos pela nova ordem, inclusive a preocupação com o potencial altamente positivo de reordenamento contido nas instituições educacionais.

Assim, objetivou-se recuperar, analisar e interpretar o percurso da História da Educação em Uberabinha-MG do final do século XIX até 1930, utilizando-se, **para tanto**, o estudo da documentação oficial (Atas da Câmara Municipal de Uberabinha, MG), reportagens da imprensa local e da bibliografia especializada, compondo um quadro que esteja inter-relacionado com o processo educacional em Minas Gerais e no Brasil.

A presente pesquisa visa, **ainda**, contribuir para a discussão da História da Educação regional entre educadores e pesquisadores promovendo, **assim**, a necessária interligação entre o estudo regional **com o** nacional. **Além disso, por meio da** comparação e análise das questões e discussões educacionais encontrados na documentação pesquisada, foi possível identificar e descrever as principais idéias e representações relativas à educação externadas pela sociedade uberabinhense da época estudada.

Considerando a dimensão e complexidade do estudo, propôs-se a execução deste de maneira a justificar uma melhor forma de trabalho da problemática em questão. **Sendo assim**, descreve-se a seguir as diversas fases da investigação.

A primeira fase destinou-se à complementação da coleta de dados. Procurou-se **por meio** das fontes primárias preencher **todo o corpus** referente à coleta de dados que se deu no período de vigência da iniciação científica, na tentativa de inteirar e dar maior dimensão documental das questões que permeiam a educação republicana em Uberabinha-MG no período proposto.

Numa segunda fase, de posse das informações conseguidas, seguiu-se a uma seleção e análise daquelas mais significativas. De acordo com o referencial teórico dos estudiosos clássicos da História da Educação, dos dados coletados nas vinte e seis atas da Câmara Municipal de Uberlândia e na imprensa local, no que diz respeito a educação no período da Primeira República, foi feita uma análise **destes** de modo a selecionar os mais significativos, **os quais se enquadraram no** eixo temático para a pesquisa.

A terceira fase consistiu na elaboração da redação, ou seja, a dissertação que retrata o resultado final – mesmo que não definitivo – da pesquisa. Analisadas e avaliadas as fontes, estabelecidas as mais significativas e o referencial bibliográfico, elaborou-se o texto conclusivo.

Para se compreender melhor a extensão das preocupações dos dirigentes municipais de Uberabinha, optou-se por desenvolver o processo de investigação em torno de uma documentação singular, ou seja, as *Atas da Câmara*. Uma das mais importantes manifestações desse debate é o conjunto de discussões que ocorre na Câmara Municipal. Na consulta dos primeiros volumes das atas, veremos que, já em 1892, discutia-se a instrução pública em Uberabinha, MG.

As atas da Câmara Municipal de Uberabinha retratam com frequência o esforço de seus dirigentes em ampliar a rede escolar. Observou-se, um grande número de pedidos de auxílio para a melhoria da estrutura dos prédios em que se ministravam as aulas, bem como solicitação de distribuição gratuita de água encanada, de aquisição de mobiliário e materiais necessários ao bom funcionamento dos estabelecimentos escolares. Também é frequente a concessão de auxílio quanto ao custo mensal às escolas particulares com a finalidade de subvencionar alunos pobres que haviam concluído o curso primário e que aspirassem prosseguir seus estudos.

As Câmaras Municipais, nessa época, passam a governar a cidade com relativa autonomia administrativa e financeira: o orçamento municipal, inclusive o referente à

educação, a implementação de impostos escolares, criação de salários e gratificação ao professorado e o apoio às escolas rurais retratam alguns dos aspectos presentes nas atas da Câmara Municipal de Uberabinha, MG.

Havia, ainda, solicitações de fazendeiros que, por iniciativa própria, contratavam um professor para atuar na escola da fazenda de sua propriedade. As oligarquias interessadas em conservar seu prestígio e privilégio, encontraram na educação um meio para se manter o sistema vigente. A necessidade de criação de escolas nas fazendas constituiu uma perfeita alternativa para tal finalidade, o que explica o fato dos fazendeiros passarem a contratar professores para atuar em suas propriedades.

Neste sentido, o anseio pelo progresso do país, cujo protagonista era a escolarização, conta também com os esforços da Câmara Municipal de Uberabinha, a qual se mobilizou em atender à demanda da educação escolar da época vigente. Assim, esse *entusiasmo pela educação* procura romper com o analfabetismo, buscando, ainda que vagarosamente, expandir a educação primária. Portanto, no horizonte de tal implementação estava a preocupação em acender as “luzes intelectuais”, conforme registros expressos na ata de 1899.

A documentação utilizada na pesquisa é ampla e, ao que se parece depois de realizada incursões exploratórias, extremamente rica. Os dados principais para análise, armazenados no Arquivo Público Municipal de Uberlândia, estão contidos em 26 livros de atas da Câmara Municipal de Uberlândia-MG, os quais cobrem o período de 1891 até 1930 e, conforme aqui se coloca, evidencia a idéia de progresso vinculada na concepção de ilustração, considerando, a educação.

Outra fonte de pesquisa foi a imprensa uberabinhense, mais especificamente os jornais *O Progresso* (1907-1918) e *A Tribuna* (1919-1930¹), uma vez que, a imprensa constituiu uma importante fonte de pesquisa histórica.

A partir do estudo da imprensa local, foi possível traçar um paralelo **desta** com as discussões dispostas nas Atas da Câmara Municipal de Uberabinha. **Observou-se que o** ideal defendido no período republicano está nitidamente expresso nos dizeres dos periódicos pesquisados, conforme veremos ao longo **deste trabalho**.

A utilização de jornais da época, ou seja, de documentos não-oficiais, seguem uma tendência denominada de *história nova*, lançada em detrimento ao movimento dos *Annales*.

A nova história dá provas de um grande engenho para inventar, reinventar ou reciclar fontes históricas até aí adormecidas ou consideradas como definitivamente esgotadas (...) a corrente dos *Annales*, entendida num sentido amplo, soube promover documentos até aí deixados aos redactores dos ecos do passado, relegados para as margens, o pitoresco ou o anedótico (BOURDÉ e MARTIN, s/d, p. 148-149).

O objetivo aqui foi observar ambas as perspectivas – das fontes primárias e da bibliografia utilizada – na tentativa de propor uma síntese que melhor representasse a realidade estudada. Novamente, fez menção a tendência da *história nova*, pois a posse de documentação escrita é também primordial para o esclarecimento de uma realidade que se propõe pesquisar.

¹ O tempo de circulação do jornal intitulado *A Tribuna* é de 1919 a 1942. A delimitação compete ao período estudado – o da Primeira república – que vai até 1930.

Assim, pretende-se apenas justificar, parcialmente, a construção dessa dissertação, demonstrando a importância da documentação sobre o período, bem como as principais expressões presentes nas atividades políticas de Uberabinha.

Devido à dimensão do estudo, optou-se por dividir o texto conclusivo em três momentos, numa tentativa de melhor visualizar a temática pesquisada.

O primeiro capítulo trata a idéia de progresso – ideologia assumida e disseminada pelo Brasil da Primeira República – ao longo da história, com ênfase nos séculos XVIII (ideais iluministas) e XIX (concepções evolucionistas). Para melhor ilustrar tais idéias, buscou-se respaldo nas teorias dos pensadores Turgot, Condorcet e Kant, **ambos** iluministas, e **também em** Comte e Spencer, **representantes do** positivismo e evolucionismo, respectivamente.

Já o segundo capítulo evidencia o período de 1870 a 1930. Procurou-se, nesse momento, demonstrar como essas concepções **européias** do século XVIII e XIX **foram introduzidas** no Brasil de modo a *contaminar*, dentre tantas outras coisas, a educação que assumiu esse ideário. Nesse tocante, fez-se necessário uma escola que, segundo a Reforma Benjamin Constant, precisaria ser laica e gratuita, no que se refere à escola primária. Além do mais, era preciso expandir esses ideais tão necessários ao progresso da nação através da escolarização.

Já no terceiro capítulo, adentra-se no objeto de estudo de forma direta, **pois é neste que são tratados** os princípios – iluministas, evolucionistas e positivistas – defendidos pela

nova ordem e que se fizeram presentes na municipalidade de Uberabinha no período estudado.

Portanto, levando-se em consideração a importância dada à instrução pública no período da Primeira República, **esta** tida como uma época de efervescência no tocante à escolarização, principalmente a pública, considerando o ideal de se elevar o Brasil ao progresso do mundo capitalista, observou-se um compartilhamento das elites de Uberabinha-MG **em fazer parte no que representou a** alavanca da educação escolar no município.

CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO, MODERNIDADE E OS IDEAIS DE PROGRESSO

Este momento tratar-se-á a idéia de progresso, juntamente à concepção histórico-filosófica de homem, bem como o contexto em que a educação emerge como a grande condutora da humanidade a tempos mais evoluídos.

Sendo assim, este retrata o surgimento e apogeu da modernidade, ou seja, conforme o parecer da literatura especializada, se reporta ao período da história em que o homem encontra-se apto racionalmente para compreender seu desenvolvimento ao longo do tempo, sendo capaz de prever e planejar acontecimentos futuros.

Nesse sentido, demonstra a Época das Luzes no século XVIII, seus propósitos e os ideais defendidos pelo Iluminismo que ganharam corpo na Revolução Francesa e que foram acolhidos pela educação. Nasce, então, os princípios da modernidade em uma época que a educação surge como uma das principais alavancas com vistas ao progresso. É com esse intuito – de ilustrar como a educação se constitui como um importante instrumento na construção de uma sociedade mais próspera –, que procurou-se respaldo na idéias de filósofos como Turgot (1727-1781), Condorcet (1743-1794) e Kant (1724 -1804).

Também, faz-se um aparato a concepção de progresso presente no século XIX, um momento da história em que as idéias evolucionistas e positivistas estão fortificadas. As tendências da educação contemporânea são plenamente influenciadas pelo cientificismo e, para melhor demonstrar isso, buscou-se respaldo no pensamento de Comte (1798-1857) e Spencer (1820-1903).

Assim, recorreu-se a momentos marcantes da história e da filosofia para se fazer menção à idéia de progresso e, assim, tentar justificar colocação da educação no posto de comando da marcha da contínua evolução.

Origens da modernidade

Se nos perguntarmos sobre o significado de progresso, logo nos virá à mente a idéia de algo melhor desenvolvido e mais moderno. A concepção de progresso está estritamente ligada ao desenvolvimento histórico-filosófico da humanidade e, como nosso intelecto insiste em definir, expressa-se como uma marcha sempre em sentido evolutivo.

Entretanto, é na baixa idade média que começa a ser gerada a concepção de homem moderno. O nascimento da classe burguesa ocasionou uma revolução de ordem cultural e econômica que constituiu o gérmen que eclodirá nas sociedades moderna e contemporânea. A burguesia foi a responsável pela fermentação e dinamismo social da época, com posições mercantis elaboradas a partir de um ponto de vista mais laico, individualista e autônomo.

Sob uma perspectiva mais humanista diante do mundo foi inevitável a transição do imaginário místico para uma visão antropocêntrica, mais preocupada em produzir bens e riquezas tão necessárias à ascensão social e, portanto, à plena realização do homem aqui mesmo na vida terrena.

É nesse clima mais laico, caracterizado por uma tendência antropocêntrica, com uma economia liberal e politicamente formada pelos Estados Nacionais que se dá o nascimento da era moderna.

A nova lógica racional, típica da modernidade, era pautada em ideais técnico-científicos. O pensamento racionalista propõe uma nova maneira de conceber a educação e a pedagogia, cuja finalidade era de formar um indivíduo produtivo e competitivo capaz de suprir as necessidades impostas pelo novo modelo da sociedade nascente. Assim, foi preciso uma pedagogia com padrões científicos – com valores opostos da religião – para que se conseguisse suprir essa necessidade de formação, quer dizer, um sujeito produtor e consumidor ao mesmo tempo.

O centro motor de todo esse complexo projeto de pedagogização da sociedade, de reorganização e de controle, de produção de comportamentos integrados aos fins globais da vida social é o Estado; o Estado moderno, entendido como poder exercido por um centro, segundo um modelo de eficiência racional e produtiva, em aberto contraste com exercício de outros poderes (eclesiásticos, aristocráticos) e com a sobrevivência da desordem dos marginalizados (pobres, criminosos etc.). O pêndulo desse centro é o rei, figura burocrática, mas ainda sacralizada, que exerce uma indissolúvel hegemonia, funcional para o crescimento de um Estado absoluto e centralizado (CAMBI, 1999, p. 201).

Isso ocasionou a hipervalorização das instituições educativas (família e igreja, por exemplo), principalmente as escolares de grau primário, que passaram a ter a incumbência de formar o indivíduo para a conformação passiva frente aos problemas sociais e, desse

modo, firmar a hegemonia burguesa. Sob essa ótica, foi preciso uma educação que fizesse do homem um ser disciplinado capaz de reproduzir a sociedade.

Em detrimento disso, as concepções éticas e sociais do século XV – marcado por ideais Renascentistas e humanistas – mudaram em detrimento de um mundo novo, com vistas à produtividade e ao lucro. A Europa dessa época foi marcada pela formação dos Estados Nacionais e afirmação da classe burguesa que, além do crescimento do mercado, visava ampliar sua riqueza e o poder.

Os pedagogos e educadores e demais eruditos, se adaptaram a esses novos valores, ou seja, contribuíram para o desenvolvimento de uma educação com objetivos de concretizar esse novo ideal humano. O humanismo enfatizou ideais antropológicos e com vistas a esses propósitos, o que ficou muito bem expressos nas teorias educacionais de pensadores daquele tempo.

Toda essa revolução pedagógica decorrente do humanismo representou uma inovação dos estudos pedagógicos e das práticas escolares, bem como, representou uma mudança significativa da família em relação imagem do homem – e conseqüentemente, também, da infância – agora mais laico e civil.

E na base dessa renovada pedagogia estava também uma nova imagem da infância e da juventude, valorizada na sua autonomia, na sua diversidade em relação à fase adulta, na sua afetividade, ingenuidade e inocência, dando assim vida a uma visão da criança que estará no centro de toda a cultura (e da vida social) moderna e contemporânea, como nos lembrou Arriès. De fato, o século XV, escrevia Rucellai sobre os meninos: “Dexai-os correr, saltar, jogar bola, pelota... Não me parece nem me agrada que devam receber pancadas”, devendo-se cultivar o seu “natural amor” (CAMBI, 1999, p. 241).

Já no século XVII, a modernidade caracteriza-se por apresentar fatores como a secularização, o individualismo, o domínio da natureza e a afirmação do Estado Nacional, da burguesia e da economia de mercado. O retorno aos clássicos da antiguidade greco-romana é colocado como um estímulo à renovação quanto ao modo de conceber a educação e, por conseguinte, a pedagogia se mostram cada vez mais articuladas ao plano político e religioso.

A educação religiosa também se renova nessa época, devido à Reforma e a Contra-Reforma, numa tentativa de estabelecer um modelo pedagógico que pudesse formar o “novo cristão”.

A Reforma coincidiu com o surgir da nova era. Em lugar do feudalismo, havia o crescimento de uma economia capitalista; em lugar do domínio completo nas mãos da aristocracia, a classe média adquiria poder cada vez maior. E mais, a descoberta da imprensa ajudou a tornar o conhecimento religioso disponível para todos. A essa época, a Igreja estava sofrendo por vários abusos. Entre esses, encontramos a imoralidade do clero, os grandes cismas com vários disputadores ao papado, o próprio papado em posição muito aquém de sua elevada vocação, e o crescente materialismo entre os funcionários da Igreja (MAYER, 1976, p. 245)

Porém, o significado de progresso como entendemos atualmente é mais forte e preciso nos séculos XVIII e XIX da história do ocidente. A classe burguesa, então consolidada, vem com força total abrir o caminho para o pleno desenvolvimento dos ideais liberais cuja ideologia traz, explicitamente, o progresso da humanidade como força-motriz de sua filosofia.

A filosofia da ilustração e seus ideais educacionais

Conforme a Enciclopédia, progresso significa “movimento para frente [...] diz-se fazer progressos rápidos numa arte, numa ciência” (ENCICLOPÉDIA, 1974, p. 159). Tal definição se encaixa perfeitamente no ideal iluminista de educação, cujas raízes encontram-se no movimento inovador filosófico-intelectual ocorrido na França do século XVIII.

A Filosofia das Luzes, também denominada Iluminismo ou Ilustração, surgiu em contradição às velhas crenças e tradições do Antigo Regime. Essa nova maneira de conceber o mundo demonstrou uma espécie de desprezo ao passado onde imperavam a superstição, a religião católica principalmente, o teocentrismo, os privilégios da classe dominante de então (Clero e nobreza), o absolutismo etc.

Entretanto, é necessário mencionar que a transformação da antiga ordem, pregada pelos iluministas, foi de encontro aos interesses e aspirações da classe burguesa até então relegada a segundo plano na escala social.

Será o iluminismo que caracterizará de modo orgânico e explícito este novo modelo de mentalidade e de cultura, com sua fé no *sapere aude* e na *raison* como *critique*; com sua oposição à metafísica e seu vínculo estreitíssimo com a ciência e o seu *iter* lógico e experimental (CAMBI, 1999, p. 198).

Mas, o que caracterizou o movimento da Ilustração? Por que a educação toma tamanha dimensão no discurso iluminista?

Podemos começar dizendo que a Revolução Científica do século XVII contribuiu muito para o desenvolvimento e disseminação dessa Filosofia das Luzes, uma vez que, o empirismo de Locke (1623-1704) e a doutrina racionalista de Descartes (1596-1650) dentre outras, foram responsáveis pelo abrir alas para a produção de novas idéias.

A Ilustração, portanto, consistiu em um movimento de renovação filosófica e intelectual da sociedade do século XVIII, cujo fundamento principal pautou-se em uma visão de mundo mais racionalista, pois um homem ilustrado (que faz bom uso da razão) pode levar ao progresso da humanidade.

Ora, daí o tamanho enfoque dado à educação e, conseqüentemente, a grande preocupação na elaboração de uma nova pedagogia que fosse capaz de atender de prontidão aos novos interesses.

A Pedagogia do século XVIII achava-se articulada em seus ideais e métodos com o grande movimento da Época das Luzes, o Iluminismo. (...) O traço dominante da nova concepção do mundo e da vida era o emprego da razão como única forma de juízo. Nada que não pudesse justificar-se à “luz do intelecto”, nada que não pudesse ser “iluminado” pela inteligência humana teria direito à existência (LARROYO, 1974, p. 507).

A renovação pedagógica desse período histórico estabelece um currículo formativo ideal ao pronto atendimento da era moderna, contemplando além da tradição clássica antiga, um saber baseado nas ciências empíricas e experimentais.

Para formar esse novo homem, mais ativo, produtivo e individualista, era preciso uma pedagogia científica que pudesse suprir essa necessidade de formação. Assim, as

instituições educativas, principalmente a escola sob a responsabilidade do Estado, passaram a ser o órgão difusor da nova ordem. As mesmas passaram a ter a incumbência de formar o sujeito, ou seja, de produzir neste um novo comportamento e uma consciência que pudesse consolidar a hegemonia.

É através da difusão das *Lumières*, da *Aufklärung*, do iluminismo que a pedagogia se afirma como um dos centros motores da vida social e das estratégias da sua transformação. São os iluministas, de fato, que delineiam uma renovação dos fins da educação, bem como dos métodos e depois das instituições, em primeiro lugar a escola, que deve reorganizar-se sobre as bases estatais e segundo finalidades civis, devendo promover programas de estudo radicalmente novos, funcionais para a formação do homem moderno (mais livres, mais ativo, mais responsável na sociedade) e nutridos de “espírito burguês” (utilitário e científico) – (CAMBI, 1999, p. 336).

O iluminismo produziu uma nova teoria pedagógica baseada em princípios mais nacionalista, com uma educação sob as rédeas do Estado, cujo ideal formativo estaria mais ligado à ciência.

Segundo Mayer “em todas as épocas, a educação refletiu os valores da sociedade” (MAYER, 1976, p. 44) e, sendo a modernidade marcada pela expressão de uma política liberal, pautada em uma lógica racional e humanista, daí a suma importância do ato educativo na formação de um sujeito ativo, produtivo e competitivo.

A escola apresenta-se, portanto, como um importante dispositivo capaz de formar o indivíduo-modelo dessa nova sociedade. Essa constituiu-se em um estratégico meio de divulgação da ciência, de formação de um espírito nacionalista e, conseqüentemente, apresentou-se como um agente eficaz e competente no papel de reformadora da sociedade.

É também nesta época que o saber enciclopédico ganha forças, graças à nova lógica racional, cujo amparo encontrava-se no advento científico, sendo a educação a protagonista e, portanto, a responsável por imprimir valores modernos ao indivíduo, agora chamado cidadão.

Desse modo, a *Época das Luze,s* através do emprego da razão, fez da educação o ente responsável por produzir esse novo homem (mais ativo socialmente mas, ao mesmo tempo, passivo frente à instrução hegemônica). Entretanto, essa idéia de investir na educação constituiu um esboço para promoção do progresso; quer dizer, o sujeito sócio-ativo, educado de acordo com os preceitos morais defendidos pelo liberalismo, seria capaz de contribuir de maneira produtiva para o desenvolvimento da sociedade.

Mas, a noção de progresso limita-se ao desenvolvimento liberal e capitalista, sendo utilizada de maneira utópica para, desse modo, firmar a hegemonia?

É importante ressaltar que na “Época das Luzes”, devido a grande efervescência intelectual, foi publicada a ENCICLOPÉDIA, obra que reunia os conhecimentos desse período, já citada e utilizada no início deste texto. Segundo expõe Larroyo, “a Enciclopédia ou Dicionário das Ciências, Artes e Ofícios, obra monumental que condensa em 28 volumes os resultados do saber da época [...]” foi de suma importância, também, para a propagação desses conhecimentos, cujo impulso inicial deu-se, como foi mencionado anteriormente, a partir da doutrina empírica de Locke e do racionalismo cartesiano (ENCICLOPÉDIA, 1974, p. 511).

Denis Diderot (...) e por Jean Le Rond D’Alembert (...) na Enciclopédia onde defende que a educação “seja útil a esta sociedade” e ao Estado, que seja

ministrada em escolas renovadas do curriculum de estudos (menos latim, mais ciência e história) e que devem tornar como modelo a escola militar, organizada segundo critérios higiênicos e na direção de aprendizagens úteis. D'Alembert exalta a ciência também como modelo de formação intelectual (...) enquanto Diderot delineia um plano de estudos orgânicos e renovado (...). Também Voltaire (...) participa deste rejuvenescimento da educação, polenizando contra os jesuítas e a cultura religiosa como modelo formativo, contrapondo a ela um saber útil e uma formação civil, como já afirma no seu Dicionário filosófico (CAMBI, 1999, p. 337).

A ENCICLOPÉDIA foi considerada “uma obra da sociedade dos letrados” que se opera uma descrição genealógica do conhecimento além de apresentar “verbetes [que] complementar-se-iam uns aos outros, multiplicando na sociedade o contingente de letrados [...] que estariam mais propensos a alcançar a virtude” (BOTO, 1996, p. 33-34).

Na ENCICLOPÉDIA o conhecimento encontra-se dividido com a finalidade de uma melhor classificação do mesmo.

Para tanto, procede-se a um exame da genealogia e divisão dos conhecimentos para qualifica-los como diretos, quando fossem provenientes das “portas da alma”; e refletidos, quando derivassem da combinação de vários conhecimentos diretos. Á luz das diversas maneiras pelas quais o espírito opera sobre os objetos, dividindo os conhecimentos em práticos (artes) e especulativos (ciências), decorreria essa necessidade de classificação. Em um século em que a confiança no futuro e na possibilidade de aperfeiçoamento do gênero humano parecia ser a matriz de entusiasmo da intelectualidade, a Enciclopédia – em 1751 – demarcava já a tentativa de alcance da própria genealogia do saber” (BOTO, 1996, p.33).

Turgot (1727-1781), teólogo francês, participou da ENCICLOPÉDIA publicada na França – sob comando de Diderot e D’Alambert – com a apresentação de quatro artigos.. Segundo Solsona (1991) ele é considerado o pai da idéia de progresso.

A perspectiva epistemológica desse filósofo teve relevante papel no movimento da ilustração francesa, mesmo esta tendo apresentado uma forte tendência religiosa. Grande defensor da religião e da igreja católica, Turgot acreditou na possibilidade de pensar a educação do ser humano – aqui colocada como sinônimo de ilustração – juntamente com a religião. Assim, unindo essas duas grandes forças, seria possível a evolução da espécie humana.

A ênfase da-se em grande medida desde a religião à ilustração do gênero humano; ademais, argumentar que é possível pensar uma ilustração ou educação humana que não negue a religião, trata-se – sobretudo – de pensar a religião como causa, instrumento, impulso ou motivo para a ilustração e o progresso da humanidade (SOLSONA, 1991, p. XXV).

A tese de Turgot demonstra a relação existente entre a religião cristã com o progresso das luzes. Contrário às idéias da maioria dos iluministas franceses, esse pensador aponta a religião como um fator evidente do progresso e da ilustração dos homens e da sociedade, afirmando que a mesma oferece vantagens no processo de instrução e modernidade da humanidade.

Mas, posto que a religião impõe as paixões humanas um jogo contra o qual estas se revoltam, assim evita-se reconhecer a mão benfeitora da divindade. Há quem se queixe de que ao presentear aos homens a esperança de bens eternos, arranca-lhes o desfrute dos que lhe oferece a terra. Chega-se até acusar-la [religião] de sufocar o gênio, de abater a coragem, de investir os mais sólidos fundamentos da felicidade dos homens e das sociedades, substituindo por uma perfeição quimérica das virtudes sociais e o instinto da natureza (TURGOT, 1991, p. 04).

Para ele, a religião cristã não é mais encarada como na “idade das trevas” – e, portanto, oposta a filosofia das luzes –, em que as explicações metafísicas e o medo do desconhecido imperavam; mas a religião se coloca como motor do progresso da civilização.

Preocupa-lhe sobretudo o progresso nas luzes, na ilustração dos povos. Dentro deste processo civilizatório. Turgot considera que a religião é um elemento claramente educativo e ilustrador. (...) Planeja a tese que a religião – em especial a cristã – não tem servido tanto – ainda que em alguns momentos sim – para evitar o desenvolvimento da razão, porém sobretudo polícia-la – ao reduzir as paixões e instintos que a opõem (SOLSONA, 1991, p. XXIX).

Observa-se que, para Turgot, o progresso das luzes dá-se através da ilustração dos povos é fruto do processo civilizatório que ocorre na religião cristã. Todavia, ele não nega o caráter funesto da religião na perspectiva dos pouco ilustrados, uma vez que, esses últimos, atribuem à mesma um caráter passional e, por isso, pouco elevado impedindo o desenvolvimento da racionalidade humana.

Para ele a educação do homem é a finalidade do progresso, sendo a religião somente um instrumento utilizado para, através da ilustração, fazer progredir. Ao contrário do pensamento da maioria dos filósofos do iluminismo, a teoria turgoniana relaciona a religião cristã com o progresso provido pelo esclarecimento da população e seu aperfeiçoamento político.

Os aspectos mais modernos e ilustrados terminam dominando o tema original. O fim da história e dos progressos é a ilustração ou educação da humanidade. A religião aparece como um dos meios mais poderosos para conseguir este progresso nas luzes. (...) Em certa medida pode-se dizer que a pensa – e a elogia – mais como um instrumento ou meio do que como fim em si mesma. O interesse principal de Turgot (...) são as luzes, a progressiva ilustração da humanidade (SOLSONA, 1991, p. XXX).

Assim, Turgot propõe o paralelismo entre religião e o conseqüente avanço do conhecimento humano, cujo enlace implica, necessariamente, na felicidade da humanidade.

Seria impossível aqui misturar as provas do progresso da virtude dos homens com aquelas do acréscimo da sua felicidade? Não, estas duas coisas estão unidas demasiado e estritamente, e em vão as regras da eloquência prescreveriam separar o discurso do que está tão cerca de confundir-se com a verdade (TURGOT, 1991, p.14).

Neste sentido, o progresso na ilustração e na virtude do homem é, precisamente, o resultado de um progresso na felicidade da humanidade. Nota-se como Turgot crê na educação e em sua força ilustradora, e de como as idéias melhoradas ao longo do tempo são primordiais para o progressivo desenvolvimento humano.

Já o pensador francês Condorcet (1743-1794), apresenta uma concepção de educação pautada no progresso, mais especificamente ao *progresso do espírito humano*.

Herdeiro do iluminismo francês, Condorcet vê na educação um propenso transformador da sociedade com vistas ao progresso da humanidade. Este filósofo, numa espécie de desprezo à instrução oferecida pelo antigo regime, reporta que “a instrução já dava luzes; mas para que estas fossem úteis, era preciso depurá-las, separá-las da nuvem com a qual a superstição, de acordo com a tirania, tinha sabido envolvê-las” (CONDORCET, 1993, p. 128).

Observa-se no discurso desse autor uma repulsa, tipicamente iluminista, ao que é antigo. Esse sentimento inclui, principalmente, o modelo de instrução com alta carga teológica dos sacerdotes que, interessados em garantir seus privilégios, encontraram na educação um eficaz instrumento de modelagem espiritual. Novamente, observou-se a alusão feita por Condorcet à utilização da instrução como um amuleto de poder, uma vez

que, a educação monopolizada dos mosteiros constituiu a chave do sucesso dos chefes religiosos no que se refere a aquisição e afirmação de seus interesses.

Por muito tempo só tinha havido instrução nas igrejas e nos claustros. Primeiramente, as universidades foram dominadas pelos sacerdotes. Forçados a abandonar o governo usam parte de sua influência, eles a reservaram inteira na instrução geral e primeira; naquela que encerra luzes necessárias a todas as profissões comuns, a todas as classes de homens e que, apoderando-se da infância e da juventude, modela a seu bel-prazer sua inteligência flexível, sua alma incerta e fácil. (CONDORCET, 1993, p. 127).

Mesmo depois da revolução que derrubou as concepções supersticiosas e de caráter teológico do velho regime, foi possível constatar que a educação manteve seu posto de eficiente utensílio na propagação de idéias. A nova classe (burguesia) soube bem utilizar a educação como recurso homogeneizante da sociedade. Por isso houve tamanho cuidado em garantir em seus planos educacionais a presença obrigatória dos não-esclarecidos.

Na França de 1791, as idéias advindas do iluminismo tiveram grande peso na Constituição o que demonstrou a mesma importância da educação. Para garantir que a nação prosperasse – marchando juntamente ao desenvolvimento da ciência – a Constituição francesa propôs a obrigatoriedade do ensino fundamental.

A finalidade dessa atitude era moldar o espírito dos jovens segundo os propósitos da nova classe dominante, de maneira que a instrução ajudasse na consolidação da nova ordem, ao mesmo tempo em que formaria a mão-de-obra necessária ao progresso da nação: eis a utilidade social da educação.

A educação convencional, especialmente nos países totalitários, é guiada pela estreiteza e auto-interesse. É dominada por líderes políticos influenciados pela

conveniência do momento. Ensina proficiência, e não auto-exame. Produz formando interessados mais no sucesso que na sabedoria. Cria especialistas sem interesse pelos problemas mais amplos da humanidade e que servirão a qualquer autoridade, desde que sejam pagos e encontrem um certo grau de segurança. (...) A doutrinação substituiu a investigação imparcial, a propaganda controla o mercado. (...) As decisões são tomadas por poucos para muitos (MAYER, 1976, p. 47).

Porém, é preciso mencionar que a obrigatoriedade do ensino proposta na Constituição francesa de 1791, restringiu-se ao ensino fundamental, tendo em vista a conveniência da nação em não estender essa condição aos demais níveis de ensino – principalmente ao superior.

Sob tal enfoque, o ensino deveria deixar de ser obrigatória quando cessasse a utilidade social prescrita para ele. Nas palavras de Diderot, “nem todos seriam capazes de seguir essa longa avenida até o final. Alguns irão até aqui, outros até lá; mas à medida que eles avançarem seu número diminuirá” (BOTO, 1996, p. 116).

Condorcet, no entanto, apresentou um outro enfoque no que se refere a universalização da educação. Para ele, a obrigatoriedade do ensino constitui um obstáculo à instrução de um modo geral, pois a mesma – além e por representar uma boa oportunidade da coletividade desenvolver suas aptidões e, desse modo, demonstrar sua igualdade perante a sociedade – deveria partir do interesse público.

As vantagens reais que devem resultar do progresso dos quais se acaba de mostrar uma esperança certa só podem ter por termo o aperfeiçoamento da espécie humana, já que, na medida em que diversos gêneros de igualdade o estabelecerão por meios mais vastos de prover a nossas necessidades, por uma instrução mais extensa, por uma liberdade mais completa, mais ela estará próxima de abarcar tudo aquilo que interessava verdadeiramente à felicidade dos homens (CONDORCET, 1993, p. 186).

Não resta dúvida que, para Condorcet, o desenvolvimento científico constitui o fio condutor do progresso através da educação. Ciência e instrução caminham

concomitantemente sendo, ambas, armas poderosíssimas na condução da humanidade ao aperfeiçoamento e o conseqüente progresso.

Os progressos das ciências asseguram os progressos da arte de instruir, que eles mesmos aceleram, em seguida, aquelas das ciências; e essa influência recíproca, cuja ação se renova sem cessar, deve ser colocada entre as causas as mais ativas, as mais poderosas do aperfeiçoamento da espécie humana (CONDORCET, 1993, p. 197).

Condorcet, assim, demonstra em seus tratados uma tendência evolucionista da espécie humana e tal disposição para progredir encontra sua força-motriz na educação. Como se percebe, o filósofo vê na educação como uma tendência transformadora da sociedade capaz de fazer a humanidade progredir.

Já o alemão Immanuel Kant (1724 -1804) coloca a educação em um posto privilegiado da escala do progresso humano. Para compreender isso faz-se necessário elucidar como esse pensador concebe a educação.

Ele desenvolveu uma teoria educacional, baseada na fé, partindo do princípio de que “os objetos não existem por si mesmos, sendo determinadas por nossa cognição” (MAYER, 1976, p. 323). Seu fundamento epistemológico pauta-se no conhecimento *a priori*, ou seja, o conhecimento ocorre antes da experiência.

Com base nessa filosofia, denominada de transcendental, o homem deve desenvolver as suas disposições sempre para o bem. De acordo com Kant, a *Providência* colocou essas disposições no indivíduo para que ele possa desenvolvê-las a fim de produzir em si a moralidade e, isso, se fará através da educação.

Uma vez que as disposições naturais do ser humano não se desenvolvem por si mesmas, toda educação é uma arte. A natureza não depositou nele nenhum instinto para essa finalidade. A origem da arte da educação, assim como seu progresso, é: ou mecânica, ordenada sem plano conforme as circunstâncias, ou racionada (...). A arte da educação ou pedagogia deve ser portanto, racionada, se ela deve desenvolver a natureza humana de tal modo que esta possa conseguir seu destino (KANT, 1996, p. 21-22).

Kant afirma que o homem é como um diamante que precisa ser lapidado, cuja finalidade é extrair de si as qualidades naturais. Porém, isso não ocorre de maneira plena, já que a cada geração a educação é aprimorada para melhor ser desenvolvida nas gerações subsequentes de forma que “as gerações futuras dêem um passo a mais em direção ao aperfeiçoamento da humanidade” (KANT, 1996, p. 16-17).

Neste sentido, o idealismo educacional kantiano evidencia que moralidade é o ente regulador do destino humano. O homem, provido de um senso de dignidade que lhe é inato, deve ser submetido à disciplina para que nele se desenvolva o princípio do dever e, desse modo, possa aperfeiçoar-se.

O homem é a única criatura que precisa ser educada. Por educação entende-se o cuidado de sua infância (a conservação, o trato), a disciplina e a instrução como formação. (...) Por cuidados entende-se precauções que os pais tomam para impedir que as crianças façam uso nocivo de suas forças. (...) A disciplina transforma a animalidade em humanidade. Um animal é por seu próprio instinto tudo aquilo que pode ser; uma razão exterior a ele tomou por ele antecipadamente todos os cuidados necessários. Mas, o homem tem necessidade de sua própria razão (...) A espécie humana é obrigada a extrair e si mesma pouco a pouco, com suas próprias forças, todas as qualidades naturais, que pertencem à humanidade (KANT, 1996, p.11-12)

Considerando a importância dada a disciplina (a responsável por transformar a animalidade em humanidade), é possível afirmar que o sujeito ilustrado é aquele capaz de extrair de si as qualidades colocadas ali pela divina Providência.

A concepção kantiana explicita que o homem é bom na ordem natural, porém mal na ordem moral, ou seja, a natureza humana é boa, mas é preciso se chegar a essa bondade. Como o indivíduo nasce com disposições naturais que precisam ser desenvolvidos a caminho do bem, é necessário, para isso, a disciplina para o bom desenvolvimento dessa ordem natural.

Isso significa que a pedagogia deve pautar-se em um princípio educacional cosmopolita, ou seja, não educar as novas gerações somente para atuarem em tempo presente, mas para um destino melhor cujo futuro é a idéia de um bem geral. Parte daí a concepção de educação ligada ao progresso humano.

Para alcançar este propósito, é preciso submeter a natureza humana à normas, visando tornar o homem disciplinado, culto, prudente e moralmente educado ou, como melhor explicita Kant, “verdadeiramente ilustrado” (KANT, 1996, p. 23-27).

A ilustração é a liberação do homem de sua incapacidade do qual ele mesmo é culpado. Essa incapacidade significa a impossibilidade de servir-se de sua inteligência para guiar o outro. É culpado dessa incapacidade porque sua causa não reside na falta de inteligência e sim de decisão e valor para servir-se por si mesmo dela para a tutela do outro. *Superação!* Ter o valor de servir-se de sua própria razão: eis o lema da ilustração (KANT, 1992, p. 25).

Assim, com uma filosofia educacional pautada na moralidade, Kant enfatiza que a educação é a grande promotora da evolução do homem. É importante mencionar que o idealismo kantiano referente à educação bem se encaixa na concepção iluminista, uma vez que, demonstra que a mesma possui uma finalidade em si mesma: o progresso da humanidade.

Nesse sentido, observa-se que esse ideal iluminista vê na educação um propenso transformador da sociedade, uma vez que, esta última poderia ser retificada por consequência de um indivíduo reformado. A educação passa a ser encarada como um bálsamo para os males sociais e, por isso, houve tamanha crença de que a mesma poderia ser a promotora do desenvolvimento, ou melhor, do progresso.

Progresso que, segundo a mesma ENCICLOPÉDIA significa marchar para frente, traz em suas entrelinhas o valor da educação no papel de condicionante do indivíduo às tendências da modernidade pois “a harmonia social poderia ser, mediante tal enfoque, obtida do agenciamento pedagógico da sociedade” (BOTO, 1996, p.23).

A idéia de progresso no século XIX: Spencer e Comte

O século XIX é marcado pelo desenvolvimento científico, conhecimento tão necessário à atividade industrial que triunfou juntamente ao poder burguês.

Com o advento da ciência surgiu a oportunidade da aplicação das leis da natureza ao sistema industrial crescente e, conforme enfatiza Larroyo:

[...] os progressos não imaginados da máquina e as múltiplas aplicações das ciências vieram provocar uma verdadeira revolução econômica [...] concentração de capital, grande crescimento da produção e do consumo de riquezas, e o mercado internacional (LARROYO, 1974, p. 656).

Nota-se, de acordo com a citação anterior, como a ciência vem de encontro às aspirações burguesas que, agora, empunhavam-se no ápice da pirâmide social. O domínio e

aplicação das forças naturais pelo sistema industrial ocasionaram uma avalanche na produção de bens de consumo, o que enriqueceu desenfreadamente a burguesia.

Na base piramidal da sociedade estava o povo, alheio ao conhecimento científico e expropriado de seu ofício e, por isso mesmo, a mercê da classe burguesa.

Esse processo de transformação do trabalho humano desloca massas inteiras da população não somente das oficinas artesanais para as fábricas, mas também dos campos para a cidade, provocando conflitos sociais, transformações culturais e revoluções morais inauditas (...) (MANACORDA, 1999, p, 270).

Acontece, de fato, que o desenvolvimento industrial, tornado possível pela acumulação de grandes capitais, graças à exploração dos novos continentes descobertos, e de grandes conhecimentos científicos voltados não somente para o saber mas também para o fazer, traduz-se, do ponto de vista do artesão das corporações, num longo e inexorável processo de expropriação (MANACORDA, 1999, p. 271).

É nesse contexto do industrialismo que a pedagogia do século XIX ganha a denotação científica. A educação passou a sofrer as influências das ciências biológicas e empíricas, “renovando seu método e seu conteúdo pela adoção do paradigma científico, indutivo e experimental, articulado em conhecimentos baseados em ‘fatos’ ” (CAMBI, 1999, p. 498).

O rigor metodológico, agora também assumido pela pedagogia, vem ligado ao desenvolvimento de uma forte carga ideológica proveniente do ideal burguês. Graças à afirmação das ciências psicológicas, a pedagogia torna-se capaz de medir, através da experimentação, as diversas situações educativas e, assim, traçar métodos convenientes de intervenção.

Sobretudo, porém, nesse mesmo período, toma corpo a pedagogia experimental. “A denominação *pedagogia experimental* remonta ao fim do século XIX, quando foi cunhada em estreito paralelismo com *psicologia experimental*” e se ocupa da criança através de um estudo que se organiza como “uma intervenção deliberada numa situação (ou fenômeno) para fazê-los variar segundo um determinado objetivo e fixar depois os princípios do comportamento infantil em várias situações educativas” (De Landsheerer). A pedagogia experimental nasce como não-valorativa (deixa de fora os “juízos de valor”) e visa aos aspectos objetivos e mensuráveis da experiência educativa submetida a experimentação (CAMBI, 1999, p. 500).

Em meio ao século XIX têm origem as teorias sobre educação baseadas nos métodos cientificistas da organização e desenvolvimento da sociedade. Assim ocorre o advento do positivismo, em outras palavras, uma doutrina que consiste em uma forte e explícita ideologização cujo intuito era frear a desordem social e, assim, melhor conduzir o desenvolvimento humano.

O precursor da ciência positivista foi Augusto Comte (1798-1857), filósofo francês. Sua concepção parte da “idéia de que os fenômenos sociais, como os físicos, podiam ser reduzidos a leis científicas e que toda filosofia devia concentrar-se no progresso moral e político da humanidade” (DURANT, s/d, p.11). Sua percepção sobre o progresso está intrinsecamente acoplada à filosofia positivista.

Para Comte, a sociologia deve analisar as questões sociais com o mesmo rigor metodológico que a ciência trata das leis naturais. A sociedade constitui um objeto cuja técnica de observação e análise deve ser acompanhada de característica neutralidade científica. Ao cientista social cabe manter-se alheio ao objeto de pesquisa afim de não contaminar o resultado com interpretações de cunho pessoal.

A idéia da progressiva filiação das ciências é crucial para a estratégia de Comte. Assim declarou que como a biologia, cronologicamente a mais recente das

ciências, já havia se tornado – no decurso de sua vida – uma ciência genuína, pois havia recentemente alcançado sua terceira etapa, era agora possível – e inevitável – que o estudo da sociedade se tornasse uma nova ciência: ou seja, passasse da segunda etapa, metafísica, para a etapa positiva ou científica (NISBET, 1980, p. 261).

Comte afirma que a humanidade passa por estágios históricos acerca do conhecimento, e é isso que a levou e a faz progredir. O primeiro estágio, denominando teológico, diz respeito “as causas primeiras e finais de todos os efeitos” (COMTE, 1988, p. 04), ou seja, corresponde as explicações sobrenaturais dadas pelos homens aos fenômenos. O segundo estágio é o metafísico, período em que a observação dos acontecimentos ganham uma interpretação mais abstrata, quer dizer, as questões humanas são interpretadas de acordo com o conhecimento a priori.

O terceiro estágio, o positivo ou real, refere-se a fase do raciocínio e da observação. É o auge do progresso da humanidade, período em que a sociedade passa a compreender, sob a ótica científica, o que passa ao seu redor.

Enfim, o estado positivo, o espírito humano, reconhecendo a impossibilidade de obter noções absolutas, renuncia a procurar a origem e o destino do universo, a conhecer as causas íntimas dos fenômenos, para preocupar-se unicamente em descobrir, graças ao uso bem combinado do raciocínio e da observação, suas leis efetivas, a saber, suas relações invariáveis de sucessão e de similitude. A explicação dos fatos, reduzida então a seus termos reais, se resume de agora em diante na ligação estabelecida entre diversos fenômenos particulares e alguns fatos gerais, cujo número o progresso da ciência tende cada vez mais a diminuir (COMTE, 1988, p. 04).

É dentro desses ideais positivistas que Comte elabora seu plano educacional com vistas ao progresso da humanidade. O desvelamento dos fatos sociais ao longo da história, da mesma forma que se domina as leis da natureza, permite a articulação e o direcionamento dos eventos históricos garantindo, assim, a previsão de eventos futuros.

Sem dúvida, ao tomar o conjunto completo de toda sorte dos trabalhos da espécie humana, deve-se conceber o estudo da natureza, destinando-se a fornecer a verdadeira base racional da ação do homem sobre ela. O conhecimento das leis dos fenômenos, cujo resultado constante é fazer com que sejam previstos por nós, evidentemente pode nos conduzir, de modo exclusivo, na vida ativa, a modificar um fenômeno por outro, tudo isso em nosso proveito (COMTE, 1988, p. 23).

É através da racionalidade que o indivíduo evolui; quer dizer que as faculdades humanas estão sempre evoluindo em sentido da ordem científica. Por isso, o lema *ordem e progresso*: essa primeira é necessária para cessar a anarquia espiritual que assola a modernidade e, uma vez que esta for consolidada, torna-se a via condutora a tempos mais evoluídos.

Percebe-se que a idéia de progresso para Comte pauta-se na melhoria das faculdades humanas, pois “nenhum grande progresso pode ser realizado se não levar à consolidação da ordem[...]as idéias de ordem e progresso são, na física social, tão rigorosamente inseparáveis quanto as idéias de organização e de vida na biologia” (COMTE apud NISBET, 1985, p. 261-262).

Outro pensador que buscou explicar o progresso da humanidade com base nas teorias biológicas, principalmente na teoria evolutiva de Darwin, foi o inglês Herbert Spencer (1820-1903).

É nas ciências biológicas que ele vai buscar o amparo necessário à construção de seu pensamento acerca do desenvolvimento humano. A partir de fundamentos do evolucionismo darwinista, especialmente da seleção natural, Spencer elaborou uma teoria da evolução da humanidade com forte construto filosófico.

Darwin [...] considera que a lei da selecção natural tende ao aperfeiçoamento de cada criatura viva em relação com as suas condições orgânicas e inorgânicas, tendendo sempre para uma maior organização. Através da observação dos fósseis podia-se inferir da existência de muitas espécies que, para acção da selecção natural, se iam extinguindo. A selecção natural actua apenas para o bem de cada ser vivo e todo dom físico ou intelectual tenderá a progredir para a perfeição. A selecção natural é o conceito básico da teoria de Darwin: os melhores sobrevivem. Tal idéia tornou-se célebre pela frase que Darwin tomou de Spencer: a sobrevivência do mais apto (GUEDES, 1999, p. 30).

A concepção educativa spenceriana é influenciada por essa idéia evolucionista. A educação deveria possuir um carácter científico e prático com vistas à formação do homem em sua multiplicidade. Neste sentido, segundo Guedes, Spencer propôs uma certa hierarquização de ordem valorativa do conhecimento, classificando-os como intrínsecos (ligado às verdades científicas e, portanto, de maior valor), os quase intrínsecos (estudo das línguas grega e latim) e o convencional (livresco) (GUEDES, 1999, p. 95),.

Novamente, nota-se a exaltação do conhecimento científico, saber este estritamente ligado ao desenvolvimento da atividade prática – entenda-se, nas entrelinhas, industrial – e, por isso mesmo, condutor do progresso do homem.

Em *Da educação intellectual, moral e physica*, é bastante notável a correspondência entre a teoria do desenvolvimento humano ao longo da história, de Spencer, para com a tese darwinista sobre a evolução das espécies.

Sobre a educação intelectual, ele afirma que a natureza é a primeira grande educadora, um tipo preliminar que ensina de maneira concreta, contribuindo para o perfeito aprendizado da ciência.

A substituição das lições aprendidas de cor por lições orais e experimentais, como as que se recebem nos campos e nos jardins onde as crianças se divertem, também prova isso. O abandono do ensino por meio de regras e a adoção do ensino por princípios, que apresenta as generalizações só depois que o discípulo conhece os factos particulares sobre que ellas se fundam, é outra prova d'este progresso. Manifesta-se ainda no systema das lições de cousas, no ensino concreto e não abstracto dos elementos da sciencia (SPENCER, 1886, p. 84).

Considerando a educação física, Spencer enfatiza que essa é “essencial, pois a perfeição do corpo condiciona exclusivamente a qualidade da inteligência” (GUEDES, 1999, p. 91). Para o desenvolvimento de qualquer atividade é necessário resistência física, ou seja, força para resistir com determinação o ofício ao qual é destinado. Sendo assim, o mais forte adapta-se e evolui, passando as suas características genéticas aos descendentes e, desse modo, garantido a perpetuação da espécie.

A luta pela existencia é tão viva nos tempos modernos, que poucos são os homens que podem supportar as exigencias sem fraquejar. Dentre elles já succumbem alguns millhares com a alta pressão que supportam. Se esta pressão continua a augmentar, como é provavel, ha de fazer-se sentir asperamente até nas mais fortes constituições. Torna-se pois de uma importancia particular de educar as crianças de modo que não só estejam aptas para sustentar a luta intellectual que as espera mas que possam tambem supportar physicamente a excessiva fadiga a que serão submettidas (SPENCER, 1886, p. 205-206).

Na perspectiva da educação moral, propõe Spencer que o indivíduo deve sentir a consequência de seus próprios atos, em vez de apreensão e castigo. Como na natureza opera a lei da ação e reação, o que a pessoa executar (seja em maior ou menor grau) conseqüentemente sofrerá os efeitos da contra-execução. Desse modo, “o sistema de disciplina pelas reações naturais, preconizado por Spencer, é pela ordem natural das coisas; por isso, os pais não devem aplicar arbitrariamente castigos, essencialmente quando são contrários aos castigos naturais” (GUEDES, 1999, p. 112).

Spencer e Comte são exemplos de como a ciência positivista tomou corpo no século XIX. Suas filosofias demonstram o lado romântico da idéia de progresso: a educação como a grande alavanca capaz de impulsionar a humanidade há tempos mais evoluídos. Esta constituiu a grande máxima burguesa da época e o sistema educacional serviu de instrumento para a disseminação dessa ideologia.

A era moderna caracteriza-se por apresentar uma sociedade com novos valores, opostos a religião (teocentrismo), a superstição e a tradição. O advento da ciência vem em contraposição a esses valores difundidos na Idade Média.

Por isso, a modernidade é cultuada como a provedora de tudo o que é benfeitoria para a vida humana, uma vez que, o homem ocupa o centro do universo. O mundo, agora, é comandado pela racionalidade – ideal defendido mais explicitamente no século XVIII na França, mas que logo multiplicou e difunde-se além das fronteiras continentais. O modernismo torna-se o condutor da espécie humana á melhores tempos.

Os líderes do século XVIII pensavam estar cômscios de que uma profunda mudança esta ocorrendo no fundo do espírito humano. Este era um novo despertar intelectual, comparável apenas àquelas importantes revoluções (...) Os líderes chamavam-na bombasticamente a “Idade da Razão”, ou Ilustração. O homem tinha sido enganado, desorientado e oprimido porque não pudera pensar por si mesmo (...) Afinal, o conhecimento científico pusera fim a esta era tenebrosa e trouxera a Ilustração e sua irmã gêmea, a liberdade. O conhecimento científico tornou-se a mania popular entre os intelectuais (EBY, 1962, p. 270).

Mas a sociedade também precisava ser reformada; era preciso arrancar do imaginário do povo aquelas idéias plantadas pela superstição religiosa. A burguesia depositou na escola – e na concepção de uma nova educação, mais científica e laica – a incumbência de formar esse novo sujeito e, assim, firmar sua hegemonia.

Como observou-se na visão dos pensadores do século XVIII e XIX outrora tratados, a educação tomou um lugar de destaque para o desenvolvimento do homem fazendo-o seguir adiante na grande saga pelo progresso. O continuo aperfeiçoamento era a expressão de ordem da sociedade moderna. Resumidamente:

	ILUMINISTA	EVOLUTIVO	
T U R G O T	A educação humana é a finalidade do progresso, sendo a religião um instrumento utilizado para ilustra-lo.	C O M T E	Educação como um caminho para o melhoramento das faculdades humanas. Através dela é que o ser humano progride, ou seja, chega ao estado científico.
C O N D O R C E T	Educação como uma tendência transformadora da sociedade com vistas ao progresso da humanidade.		
K A N T	Educação como um propenso transformador da sociedade e que possui uma finalidade em si mesma: o progresso da humanidade.	S P E N C E R	A educação condiciona os indivíduos as situações vigentes e que, no fim, se adaptar-se-ão perfeitamente às novas condições.

Considerando o assunto tratado, há de se destacar algumas características imperantes da nova ordem: os indivíduos ilustrados como os responsáveis pelo progresso humano; a concepção de progresso co-ligada ao desenvolvimento do liberalismo e, portanto, utilizada como ideologia para inquietar a massa a firmar a hegemonia burguesa; e, enfim, a educação no papel de protagonista desse grandioso palco.

CAPÍTULO II

BRASIL RUMO AO SÉCULO XX: A EDUCAÇÃO COMO ALAVANCA PARA O PROGRESSO

A idéia de progresso se fez presente no Brasil mais nitidamente no período da Primeira República, tendo a educação como protagonista.

Para demonstrar, de uma maneira mais nítida, como as denominadas idéias novas adentraram em tomaram corpo no território brasileiro, é preciso fazer um resgate histórico a partir dos anos de 1870 (época em que as idéias que circulavam na sociedade européia começam a adentrar em território nacional), até a Proclamação da República.

A concepção filosófica de educação, sob o enfoque do movimento da ilustração do século XVIII e do positivismo do século XIX, demonstra como a instrução ganhou o *status* de ser a responsável por conduzir nosso país há tempos mais evoluído –; eis aqui a menção ao progresso.

Os efeitos das concepções iluministas e positivistas vindas da Europa (continente que ditava a ordem ao restante do mundo naquela época) na sociedade brasileira atingem o campo educacional. A educação aparece como a responsável-mor pelo desenvolvimento da

nação e, segundo pregava a cartilha do continente dominador, esse progresso brasileiro se daria quando o país se tornasse civilizado.

Na educação do estado de Minas Gerais é igualmente visto o efeito das novas idéias presentes nos grandes centros do país. O estado mineiro também adere à onda do movimento da ilustração brasileira, cujo planejamento com relação a esta é nítido na ação política de reformulação da educação.

O intuito aqui é demonstrar como a educação torna-se o centro das atenções, pois se acreditava ser ela a grande alavanca que impulsionaria o Brasil ao progresso do século XX.

Um bando de novas idéias

Os ideais iluministas e evolucionistas ganharam força no Brasil no período da Primeira República. Todavia, tais concepções já se faziam presente no país desde os últimos anos do período Imperial.

Para demonstrar como as denominadas “novas idéias” adentraram em nosso país, é necessário executar um resgate histórico. Desse modo, optou-se por fazer um recorte cronológico, nesse primeiro momento, do Brasil imperial de 1870 à Proclamação da República. Foi nesses últimos trinta anos do século XIX que se implantou no seio do Império brasileiro, o gérmen que eclodiu na forma do “golpe republicano”.

Antes, porém, é primordial destacar alguns acontecimentos do cenário mundial que, por certo, influenciaram o conjunto de mudanças que se deu em terras brasileiras nessa época.

A década de 1870 é marcada pelo desenvolvimento do capitalismo monopolista mundial. A Inglaterra, até então a grande potência mundial, perde gradualmente a hegemonia do mercado externo para os Estados Unidos.

O período que se abre por volta de 1870 é o de plena hegemonia do capitalismo industrial. [...] Este período marca também o fim da hegemonia britânica e o início das rivalidades interimperialistas, cujos principais protagonistas seriam a Grã-Bretanha, a Alemanha e os Estados Unidos. Entre 1870 e 1913, a Grã-Bretanha perde a primazia industrial (SINGER, 1997, p. 348).

Todavia, tradicionalmente a Inglaterra continua a exercer o monopólio no que se refere ao mercado externo mundial, bem como em países recém-emancipados na Ásia, África e América Latina.

Por volta de 1870, o sistema econômico internacional entrava numa nova fase, passando do capitalismo liberal para o predomínio do capitalismo monopolista. As áreas dependentes eram, fundamentalmente, os países latino-americanos, que se tornaram independentes no início do século XIX, e as regiões da Ásia e África, que haviam se tornado as novas colônias européias. As áreas dependentes não apenas exportaram matérias-primas para os grandes centros e deles importavam produtos manufaturados. Também ofereciam um campo lucrativo para aplicações financeiras, um mercado de mão-de-obra barata para as empresas estrangeiras que neles se estabelecessem e espaço para receber como imigrantes as multidões que não conseguissem trabalho nas cidades européias (NEVES e HEIZER, 1998, p. 15-16).

A Inglaterra, juntamente com os outros grandes centros industriais que emergiam no cenário mundial – França, Alemanha e Estados Unidos, para citar alguns –

representavam a máxima do progresso e da civilidade. Essas potências serviram de modelo de industrialização e tudo o mais que havia de moderno e evoluído no cenário mundial.

As novidades do tempo e o entusiasmo com o progresso se difundiam a partir da Europa ocidental, em especial da Inglaterra e da França, países poderosos no cenário internacional e grandes centros industrializados. Havia quem sonhasse com o dia em que todos os povos do globo entrassem nessa corrida do *progresso*, e se tornassem *civilizados* (NEVES e HEIZER, 1998, p. 14).

Estava formado e consolidado o trinômio industrialização, modernidade e progresso. A nação em que este trio se fizesse presente seria garantia de sucesso e desenvolvimento de sua gente. As superpotências ocidentais eram tudo de melhor e mais evoluído que havia no planeta.

Mas, como o Brasil adere e passa a divulgar os ideais do capitalismo estrangeiro com menção ao progresso?

Para começar, o Brasil se abre ao capitalismo internacional pela exportação do café. As condições climáticas, a abundância de terras e mão-de-obra a baixo custo, foram as responsáveis pelo abrir alas à ideologia do imperialismo.

[...] o país [Brasil] passa a se integrar mais na divisão internacional do trabalho. E o responsável é antes de qualquer coisa o café [...]. Não faltavam terras para se plantar mais café e escravos podiam ser comprados em outras províncias [...]. Do ponto de vista da economia capitalista, toda esta terra e toda essa gente constituía um imenso reservatório que a expansão imperialista, na segunda metade do século passado [século XIX], apenas começou a tocar (SINGER, 1997, p. 350-351).

Em 15 de novembro de 1889 é proclamada a República no Brasil; um ano depois de ser derrubado o último pilar de sustentação do regime imperial: a escravidão. O regime

escravista representava, para os renovadores, um dos maiores motivos do atraso brasileiro, uma vez que, o regime capitalista – devido à necessidade de novos consumidores constituiu-se sob um meio “moderno” de trabalho: o assalariado. Modernidade, na concepção liberal, era considerada sinônimo de “certa riqueza e bem-estar material” (COSTA, 1967, p. 115).

Abolir a escravidão era problema urgente; mas como aboli-la se a economia nacional dela dependia? Se for preciso, por uma questão de justiça, substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre é preciso preparar as condições para que essa substituição se possa realizar. Faltam braços ao país, mas também faltam “cabeças” (BARROS, 1959, p. 102).

A Inglaterra, que até a segunda metade do século XIX ainda se constituía como a maior potência industrial do globo, teve considerável influência no Brasil. A política imperialista inglesa deu-se, principalmente, na denominada *inversão de capitais*, ou seja, os ingleses importavam produtos de primeira necessidade às suas atividades industriais e, então, exportavam seus industrializados ao restante do mundo, inclusive aos fornecedores. O resultado dessa estratégia inglesa foi “taxas de lucro mais elevadas e o domínio dos mercados internos das Economias Coloniais” (SINGER, 1997, p. 363).

Assim, a relação entre Brasil e Inglaterra foi pautado na total dependência, principalmente, por parte do primeiro. O Brasil passou a ser dependente dos ingleses até para suas exportações, pois “dependia da receita de alguns produtos de exportação – principalmente o café” (SINGER, 1997, p. 365).

Entretanto, a influência estrangeira em nosso país nos últimos anos do século XIX, não se limitou à interferência econômica. A modernização, cada vez mais, se fazia presente no imaginário da população e, com a mesma, encontrava-se acoplada a importação de

novas idéias. Concepções essas que faziam parte da história européia – dentre elas a idéia de progresso – e vinham se constituindo no cenário brasileiro devido à nova condição do país no contexto internacional.

[...] tal modernização da sociedade brasileira era exigência de fato, fruto do estágio atingido no processo de mudança da base da sociedade exportadora brasileira, que de rural-agrícola passa para urbano-comercial. É bastante interessante ressaltar, mais uma vez, que tanto os grupos internos (parte da camada dominante e média) como externos (burguesia que evolui de mercantil para concorrencial) estão interessados nela. É uma necessária adaptação entre regiões hegemônicas e periféricas que integram o sistema capitalista na fase industrial ou concorrencial (RIBEIRO, 2003, p. 65-66).

Observa-se, assim, como a idéia de progresso se implantou no contexto nacional de forma mais visível desde a segunda metade do século XIX, mais precisamente a partir de 1870.

Tal implantação requereu estratégias de modernização, ou seja, era necessário romper com tudo o que era antigo e atrasado para elevar o Brasil ao nível das grandes potências mundiais.

O que querem não é constituir a fôrça uma vida e um pensamento originais, mas integrar plenamente a nação **numa civilização** que, no seu entender, é a **própria civilização**. É vencendo o atraso cultural e político do país que se faz obra verdadeiramente positiva e civilizadora. Em todos os termos, para usar de uma expressão cara nos homens de então, é preciso por o país “ao nível do século” (BARROS, 1959, p. 165).

Para modernizar o país, ou seja, para fazê-lo marchar adiante, a opção melhor encontrada seria ilustrar. Em outras palavras “a ‘ilustração brasileira’ se define pelo

esforço reformador do liberalismo clássico e do cientificismo, propondo-se a aproximar o país nominal do real e a ambos da **humanidade**” (BARROS, 1959, p. 191).

Nesse sentido, faz-se necessário discorrer sobre os princípios que norteiam o cientificismo e o positivismo para compreender a concepção de ilustração que adentrou com tamanha força na mentalidade brasileira, tornando-se o grito de ordem da ideologia republicana.

O cientificismo caracteriza-se pela “supervalorização da ciência [...], uma vez que, somente ela nos revela o ser das coisas (enquanto devenir, enquanto relação, enquanto fenômeno)” (BARROS, 1959, p. 32-33). O mesmo autor ainda afirma:

É a **ciência** ou a **filosofia científica**, que tem agora a última palavra. E é à luz da ciência, seja para os positivistas em particular, seja para os cientificistas, em geral, que há de ser julgada a realidade nacional, que há de ser discutida a validade de nossas instituições, que hão de ser avaliados os ideais sociais, políticos e pedagógicos da atualidade (BARROS, 1959, p. 164).

De acordo com o que foi tratado no capítulo anterior, os princípios do positivismo e do evolucionismo encontram-se, intrinsecamente, co-ligados ao desenvolvimento científico. Por isso mesmo, seus ideais marcaram profundamente a mentalidade daqueles que acreditavam na ciência como um canal condutor há tempos mais evoluídos.

Basta pensar, [...] para sentir nitidamente essa mudança do interesse principal, do estático para o dinâmico, na biologia, na psicologia ou na ciência social. A perspectiva dinâmica, histórica, é o que singulariza o novo cientificismo. [...] a evolução humana obedece a leis rigorosas; que o determinismo presente no mundo natural é o mesmo que rege o desenvolvimento da humanidade (BARROS, 1959, p. 113).

É o desenvolvimento da sociedade o lema do positivismo que ganha forma científica pelas mãos de Comte. A sociedade passou a ser objeto de estudo da ciência, pois a entendendo em sua essência seria possível prever os *factos* e, dessa maneira, moldá-los de acordo com a necessidade humana.

Os positivistas brasileiros, à seqüela de Comte, tornam-se os grandes enaltecedores da razão humana e sua capacidade de descobrir leis que regem tanto a natureza como a própria vida humana. A ciência não é apenas o instrumento por excelência para o conhecimento da realidade, como também a única via possível para a sua interpretação. Desse modo, só se pode pensar em transformar o mundo e a realidade humana dentro das leis indicadas pela razão científica (AZZI, 1980, p. 84).

Ora, a sociedade necessita evoluir e, por isso, mantendo-a ordenada, longe da barbárie típica dos grupos sociais antepassados, seria possível fazer com que isso ocorresse.

Assim, [...] sob a influência de um positivismo difuso, como também do evolucionismo spenceriano, as preocupações sociológicas iriam impor-se á inteligência brasileira, sempre ávida de novidades e de sínteses. [...] Transforma-se então o ambiente espiritual e material do mundo civilizado. Essa transformação corresponde a mudanças no domínio social é, ao mesmo tempo, consequência necessária delas (COSTA CRUZ, 1967, p. 337).

A monarquia brasileira era vista como ultrapassada pelos grupos que defendiam o estabelecimento de uma nova forma de governar. O sistema imperial, desse modo, constituía um empecilho para o desenvolvimento do país, ou seja, o Império era uma ordem retrógrada, desorganizada e, portanto, a mercê do barbarismo. Todos esses fatores

eram vistos como o motivo do atraso brasileiro, que necessitava urgentemente ser (re) organizado.

A filosofia positivista, nesse caso, veio a calhar, pois “o restabelecimento de uma nova ordem social, que ponha fim à tendência anárquica e democrática²” (AZZI, 1980, p. 90), se daria mediante tais pilares básicos:

O primeiro alicerce da nova ordem social será, pois, a implantação de uma moral que não apele para as razões religiosas, mas para o conhecimento científico do próprio homem. Essa concepção moral deverá incentivar o cumprimento do dever, como realização plena do ser humana. Ao mesmo tempo em que os indivíduos são estimulados à prática do dever, as nações como tais deverão ser organizadas à base de governos autoritários, que possam garantir a nova ordem social. Por último, o bem estar social só será atingido mediante a implantação sistema capitalista [...] a prosperidade deverá ser gerada pelo capitalismo (AZZI, 1980, p. 90).

Diante das considerações anteriores, fica fácil notar que o Brasil de então constituía um terreno propício para a implantação de uma nova ordem. Um novo sistema responsável pela gênese do tão almejado progresso, uma concepção de desenvolvimento que emergia aos olhos dos brasileiros sob a forma ideológica do liberalismo e do positivismo.

Os setores políticos apostaram na “edificação de uma sociedade que estivesse calcada nos desígnios da ordem e do progresso, elementos fundamentais para se alcançar o desenvolvimento material e social” (CARVALHO, 2004, p. 15).

² Segundo AZZI (1980, p. 90). August Comte vê a democracia como uma porta que se abre para pensamento socialista e, portanto, para o caos e a desordem. O autoritarismo seria um “mal necessário”, uma vez que, garantiria a ordem e, conseqüentemente, a prosperidade.

A importação do pensamento do velho mundo principalmente, foi a alternativa encontrada pelos grupos renovadores³ (Partido Republicano) numa tentativa bem sucedida de derrubar o poder monárquico e, desse modo, adquirir e assegurar seus privilégios.

Diante dos aspectos mencionados no decorrer desta, é possível notar como a educação torna-se eminente. A ciência ocupa o centro da civilização, ou seja, tudo que há no universo é por ela explicado; a doutrina positivista, juntamente ao saber científico, vem pregar a ordem e, assim, comandar o progresso social. Ora, inculcar isso nas mentes dos cidadãos era primordial.

Por isso, as instituições educativas surgem como um mecanismo de propagação da ordem republicana: ilustrar tornou-se a ordem da vez. Assim, instalou-se no Brasil um grande entusiasmo, que consistia em educar para aprimorar e evoluir.

Por uma nação ilustrada: o reflexo das novas idéias na Primeira República

No Brasil, o período da Primeira República (1889-1930) foi marcado por uma grande efervescência quanto a educação, resultado da investida das novas idéias que vieram a circular em solo nacional.

Este entusiasmo está ligado a onda de desenvolvimento pela qual passa o país. A sociedade brasileira, nesta época, passa por grandes alterações, cuja finalidade consistia em

³ O Partido Republicano (PR) foi criado no Brasil na década de setenta do século XIX. Em 1870 foi publicado o *Manifesto Republicano*, um longo documento que apontava os ideais defendidos pelos republicanos, cujos princípios do liberalismo e do positivismo eram magnânimos.

alterar as bases do sistema então vigente, mas principal e evidentemente, numa tendência de retomada dos princípios liberais e cientificistas.

O renascimento dos ideais liberais não deve ser julgado independentemente de mudanças que operavam ao nível dos setores econômico e social. A clarinada liberal precisa ser combinada com duas ordens de ocorrências. De um lado, com a passagem do sistema agrário-comercial para o sistema urbano-industrial, que vai processando no tempo; de outro, rompem-se os alicerces da sociedade estamental e se estruturam as bases de uma sociedade de classes (NAGLE, 1974, p. 97).

Este mesmo autor explicita, ainda, que a sociedade brasileira passa, nessa época, por profundas transformações:

Pretende-se deixar claro [...] que as transformações nos setores político e econômico tenderam a provocar alterações no setor social [...]; tais alterações eram ao mesmo tempo resultado daquelas transformações e constituíam forças novas a pressionar o ritmo do aceleramento. Esclarecendo mais a questão, interessa notar que as tentativas efetuadas para provocar a recomposição do poder e firmar as novas diretrizes no campo econômico encontraram determinados suportes sociais que as tornavam viáveis. E, para isso, parece mais fácil identificar as mudanças e perspectivas de mudanças no setor especificamente social por meio da variedade de novas orientações ideológicas presentes no decênio de vinte (nacionalismo, catolicismo, tenentismo, e outras), uma vez que denotam a presença de marcante inquietação social e heterogeneidade sócio-cultural. [...] criando novos padrões de comportamento e novas expectativas; no bojo das transformações vai-se destacando o novo sistema de valores da civilização urbano-industrial. (NAGLE, 1974, p. 23).

Como já foi dito, é importante mencionar que a modernização do país sem antes discorrer sobre a ocorrência do desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil no período da Primeira República.

A industrialização constituiu uma forma característica das forças produtivas sob o domínio do capital e representou o estágio final de consolidação das relações capitalistas de produção. Com isso, houve uma aceleração e emergência de um conjunto de mudanças sociais, políticas e culturais das quais se destacam os avanços das relações capitalistas e o rompimento das antigas formas de produção.

Contudo, quando se trata de explicitar o desenvolvimento capitalista de uma formação social determinada, além de examinar essas contradições particulares, responsáveis pela configuração e pelo avanço de diferentes formas de dominação capitalista, é necessário não de perder de vista a sua articulação com o desenvolvimento internacional do capitalismo (XAVIER, 1990, p. 26).

O nascimento da indústria no Brasil constituiu, pois, parte do processo de desenvolvimento capitalista, cuja economia agro-exportadora representou um elemento imediato, sendo o café o principal produto agrícola para a exportação.

Também, no que diz respeito ao desenvolvimento de novas formas de produção e inovação (equipamentos e racionalização da mão-de-obra), não se pode desconsiderar a passagem do trabalho escravo para o trabalho assalariado, já que no tocante à economia cafeeira como centro de acumulação de capital, se deu com base neste tipo de trabalho.

Com o desenvolvimento industrial no país e as relações que passaram a acontecer com o mundo capitalista, é que se observa a influência estrangeira no Brasil que atingiu, também, o campo educacional.

A Europa, como já foi dito, além de maquinários e instrumentos, forneceu novas idéias que passaram a circular no meio intelectual brasileiro. Numa tentativa de se elevar ao nível do século XIX, a sociedade brasileira se apropriou do modelo europeu que tinha base nos ideais do Liberalismo e do Cientificismo. Foi, então, que a escola assumiu esses ideários.

Liberais e cientificistas (positivistas) estabelecem pontos comuns em seus programas de ação: abolição dos privilégios aristocráticos, separação da Igreja do Estado, instituição do casamento civil, secularização dos cemitérios, abolição

da escravidão, libertação da mulher, para, através da instrução, desempenhar seu papel de esposa e mãe, e a crença na educação, chave dos problemas fundamentais do país (RIBEIRO, 2003, p. 65).

As considerações acerca das mudanças sócio-econômicas que ocorreram no Brasil na época estudada demonstram mais claramente como o capitalismo se instalou no país e de que maneira esses fatores contribuíram para que a educação ocupasse o centro das preocupações.

Neste novo estágio do desenvolvimento do capitalismo, os problemas relacionados à necessidade de formação de mão-de-obra, à divisão social e técnica do trabalho e à aceleração do processo de urbanização tornam necessárias a criação de um sistema de educação comum, capaz de atender às novas exigências no que diz respeito à formação de mão-de-obra e capaz de incorporar os novos grupos ao projeto das classes dominantes. Em outras palavras, é preciso redirecionar o processo educativo [...] (PEIXOTO, 1983, p. 71-72).

Sob essa perspectiva, o período republicano foi marcado, em seus primeiros anos, pelo denominado *entusiasmo pela educação* cujo ideal era expandir a rede escolar no país e alfabetizar o povo. Era grande o contingente de analfabetos naquela época, e o país precisava elevar-se à realização do progresso e, para isso, a educação escolar tinha papel fundamental. Sendo assim, era preciso investir na educação popular para elevar o desenvolvimento do país.

Articulada com a valorização da ciência e com os rudimentos de uma cultura letrada, ela [educação] se apresentava como interpretação conciliadora capaz de explicar os motivos do atraso da sociedade brasileira e apontar a solução para o mesmo. Nas últimas décadas do século XIX, intelectuais, políticos, homens de letras e grandes proprietários rurais enfrentaram e debateram intensamente os problemas do crescimento econômico do país, a construção de uma identidade nacional, a modernização da sociedade e o progresso da nação (SOUZA, 1998, p. 27).

A República contribuiu, fundamentalmente, para a difusão do ensino primário (que atendia crianças de 7 a 13 anos de idade). Data daí uma melhora – de início quantitativa –, deste nível de ensino, uma vez que foi introduzido o ensino graduado que resultou nos primeiros grupos escolares ou escolas-modelos.

Não resta dúvida de que a organização da instrução pública nos grupos escolares tinha como alguns componentes fundamentais o controle e a fiscalização da professora, dividindo o trabalho por ela realizado até então e submetendo-a à disciplina da organização escolar. No entanto, ao acentuar apenas esse aspecto, acabamos por colocar sob penumbra, ou silenciar, outros elementos tão ou mais importantes que esses. Não é sem motivo, por exemplo, que temos negligenciado a importância que os próprios agentes e profissionais do ensino do período davam aos grupos escolares como uma importante e fundamental inovação pedagógica [...] (FARIA FILHO, 2000, p. 36).

Considerando os aspectos cronológicos relativos à Primeira República, a literatura explicita que há dois movimentos ideológicos que se expressaram nos meios intelectuais, que são o *entusiasmo pela educação* e o *otimismo pedagógico*.

O *entusiasmo pela educação*, cronologicamente anterior, representou uma crença mais quantitativa, por seu ideal de querer expandir a rede escolar no Brasil e, assim, instruir a população. Já o *otimismo pedagógico* – próprio dos anos 20 –, apresentou um ideal mais qualitativo da educação, por insistir na idéia da melhoria do ensino e de condições didático-pedagógicas, enfatizando a problemática escolar do país. Não se pode desconhecer que tais movimentos também se expressam concomitantemente.

Uma das maneiras mais diretas de situar a questão consiste em afirmar que o mais manifesto resultado das transformações sociais mencionadas foi o aparecimento de inusitado entusiasmo pela educação e de marcante otimismo pedagógico; de um lado, existe a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional, e

colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo; de outro lado, existe a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do novo homem brasileiro (escolanovismo) (NAGLE, 1974, p. 99-100).

A organização escolar, com influências liberais e positivistas, tenta implantar e difundir essas idéias através da educação formal. A Reforma Benjamin Constant, neste sentido, tinha como princípio a liberdade e a laicidade, além da gratuidade do ensino primário.

A Reforma Benjamin Constant, decretada em 1890 e posta em prática no ano seguinte, influenciada por idéias positivistas, apresentou como princípios básicos a liberdade e laicidade do ensino e gratuidade da escola primária. Criou ainda o “exame de madureza” com o objetivo de verificação do conhecimento intelectual do aluno ao final do curso secundário. Os estudos científicos foram estimulados de forma predominante em relação aos estudos literários. Assim, houve o incremento das ciências naturais na escola primária e na escola secundária. O mesmo se deu com as disciplinas como Aritmética, Geometria, Biologia, Física e Química. A intenção era o rompimento com o passado (CARVALHO, 2004, p. 35-36).

Além do mais, a mesma reforma tenta fundamentar o ensino numa tendência mais científica. Para isso, foram acrescentadas às disciplinas de tradição humanística as matérias de cunho científico o que tornou o ensino enciclopédico.

Aí, o tema das humanidades literárias versus humanidades científicas é de capital importância, pois define os dois principais núcleos da discussão, no domínio especificamente educacional ou pedagógico; bem como expressa as transformações que se processam na sociedade brasileira em geral – especificamente as de natureza econômico-social – e as aspirações de uma “civilização técnica”, que representa, no século XX, a nota mais típica do progresso das sociedades (NAGLE, 1974, p. 118).

Todas essas questões demonstram a forte influência da filosofia iluminista na educação brasileira. Somente quando o conhecimento fosse difundido e os cidadãos se

encontrassem esclarecidos ou, dizendo de uma forma mais direta, fazendo uso de sua racionalidade é que a civilização poderia progredir. E, a escola tornou-se o lugar ideal para erradicação da ignorância e da irracionalidade.

Tal utopia retrata muito bem o ideal republicano da época quando se imaginava que a expansão de escolas e a melhoria das condições educacionais poderiam elevar o Brasil a categoria de primeiro mundo.

As instituições educativas surgem como um mecanismo de propagação da ordem republicana: ilustrar tornou-se a ordem da vez. Assim, instalou-se no Brasil um grande entusiasmo, que consistia em educar para aprimorar e evoluir.

Minas Gerais na Primeira República

Segundo Wirth (1982), Minas Gerais não participou de forma direta do processo de modernização pelo qual passava o Brasil no período estudado. Para este autor, o estado mineiro possuía uma vocação agrícola e, por isso, tão distante da cultura urbana típica da modernidade.

Mesmo assim, no que se refere à educação, pode-se dizer que os mineiros seguiram o protocolo vigente no país daquela época.

O estado mineiro investiu na modernização, levando em conta sua peculiaridade: a agricultura e a agropecuária. O clima e as boas condições do solo contribuíram para o desenvolvimento das lavouras de arroz, milho, feijão, além de produtos avícolas, manteiga,

leite e queijo. A extensa existência de pastagem serviu para o desenvolvimento da pecuária extensiva em terras mineiras.

Mesmo com técnicas rudimentares de administração de terras – queimadas no tempo de chuvas para produzir bons pastos e tentar diminuir elementos daninhos – foi possível, aliado ao ambiente favorável, ao estado tornar-se o maior produtor de rebanho bovino do país. Depois dos anos de 1891, os produtores mineiros importaram da Índia o gado zebu e tornaram-se especialistas na criação dessa espécie:

Gado vivo, carne de vaca e produtos animais constituíram o segundo setor de exportações após a agricultura. Com o maior rebanho do Brasil, os pecuaristas mineiros melhoraram sua criação com o Zebu e levaram a fronteiras do gado para o oeste até Goiás e Mato Grosso. As exportações aumentaram seis vezes [...] (WIRTH, 1982, p. 90).

Após 1889, foram fundadas em solo mineiro as primeiras indústrias, constituídas basicamente de pequenas fábricas e oficinas. Esses pequenos estabelecimentos industriais eram voltados ao atendimento dos mercados locais e empregavam poucas pessoas. Entretanto, pode-se afirmar que:

[...] os vínculos causais entre poder político e poder econômico não acarretavam necessariamente o declínio político. Os argumentos em contrário [...] não interpretavam bem a dinâmica principal de Minas na República. [...] A máquina política estadual tinha acesso aos recursos econômicos internos. Era também bastante forte para extrair recursos do governo federal: equipamentos para ferrovias, redução de taxas de frete e isenção de tarifas (WIRTH, 1992, p. 108).

Nota-se que, mesmo de uma forma lenta e um tanto às avessas, devido a sua “vocação” agrícola, Minas Gerais investiu na modernização através de investimentos que serviram para aperfeiçoar a sua economia.

Esse investimento também acoplou o campo educacional. Os dirigentes mineiros atrelaram em seus discursos a importante contribuição da educação na formação de uma nação em desenvolvimento, ou seja, os benefícios da ilustração que levaria Minas Gerais e, conseqüentemente, o Brasil à evolução do primeiro mundo.

Desse modo, as instituições formativas, principalmente a escolar, tornam-se um instrumento de homogeneização. Os dirigentes mineiros acoplaram em seu discurso republicano a força da instrução, destacando-a como a grande responsável pelo (re) ordenamento dos cidadãos dentro da nova ordem.

Em Minas Gerais, como em outras regiões brasileiras, a educação e a instrução primária eram vistas como uma das mais poderosas armas no combate às supostas conseqüências maléficas deixadas pelo Império e pelo trabalho escravo: a apatia do povo frente à vida pública (e à república de uma maneira geral), a aversão ao trabalho manual, dentre outras (FARIA FILHO, 2000, p. 27).

Acreditavam os dirigentes mineiros que a assimilação dos ideais da modernidade e do progresso seriam alcançados mediante o disciplinamento da sociedade. Em outras palavras, a escola teria uma “ação complementar civilizatória [...] através da educação pelo e para o trabalho” (FARIA FILHO, 2000, p. 178).

O mesmo autor ressalta que, devido à organização do sistema capitalista no país, a modernização passou a ser confundida com racionalização. Em Minas Gerais, a elite veio em defesa da instrução, pois a ordem e o progresso só poderiam ser alcançadas e mantidas pelo controle social. Assim a formação, conforme o padrão elitista, colocaria naturalmente cada indivíduo no lugar adequado na sociedade.

Como resposta à crescente heterogeneidade social, identificada seja na diferenciação “original” dos agentes sociais – origem racial e nacionalidade, por exemplo –, seja na diversidade da inserção social e da busca dos meios de sobrevivência – do trabalho “digno” ao crime –, as representações elaboradas pelas elites dominantes indicavam a estruturação de amplos projetos de controle e homogeneização cultural. Nestes, a escola pública primária tinha lugar de destaque, sem nunca deixar, no entanto, de dividir as preocupações com as “reformas” do sistema penitenciário e de repressão em geral, viando a um maior controle sobre pobres e trabalhadores (FARIA FILHO, 2000, p, 31).

Sobre a história da educação no estado de Minas Gerais não se pode deixar de mencionar as contribuições que fizeram com que a instrução se firmasse. São elas, principalmente, a Reforma João Pinheiro (1906) e o ideal formativo de Francisco Campos (1927), juntamente com o presidente mineiro Antônio Carlos. A escolha dessas duas reformas foi devido, principalmente, por elas apresentarem de uma forma mais nítida os elementos mais significativos para uma análise diante da temática em questão.

Em 1906, João Pinheiro assume a presidência do estado mineiro e sua política de governo era pautada nos ideais republicanos de modernização e progresso. A concepção de educação como a responsável por alavancar uma nação vem de encontro com as aspirações do governo mineiro, o que é bastante visível em seu plano de reforma da instrução.

Em vinte e oito de setembro de 1906, João Pinheiro lança a Lei nº 439 que regulamenta a instrução em todo o estado de Minas Gerais. A essência dessa lei consistia, impreterivelmente, em reformar a instrução pública nos níveis primário, normal e superior da federação.

Também, o governo era de comum idéia que havia muitas escolas isoladas no estado e isso constituía uma barreira ao pleno desenvolvimento dos mineiros, ao contrário dos chamados Grupos Escolares que representavam o ícone da civilização moderna.

Cada grupo escolar seria constituído de tantas escolas quantas necessárias para que o curso primário fôsse ministrado separadamente para cada sexo. O número de escolas para constituir um grupo escolar seria de quatro, caso em que poderiam ser mistas. Cada escola deveria ter pelo menos a matrícula de 45 alunos. Se houvesse tais condições, o govêrno poderia reunir em grupo escolar tais escolas. Os grupos teriam um professor pra cada classe e um diretor incumbido da sua administração. Quando o número de cadeiras fôsse inferior a oito, o diretor seria um dos professores (MOURÃO, 1962, p. 142-143).

A reforma de João Pinheiro propunha a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário, seja em escolas isoladas, grupos escolares ou escolas modelos. A finalidade desse grau de ensino, de acordo com o regulamento da reforma, era *promover a educação intelectual, moral e física*⁴, isso também nos níveis normal e profissional.

[...] a educação moral [...] seria dada “em forma experimental e simples”, devendo ser naturalmente respirada na atmosfera da escola. [...] essa educação fazia parte das atividades curriculares. Para a educação física, prescrevia o Regulamento a ginástica, exercícios espontâneos e “principalmente por meio de trabalhos manuais” (MOURÃO, 1962, p. 141).

Quanto ao ensino profissional seria apenas um complemento do ensino primário, cuja prática consistia em ensinar certos ofícios aos alunos de ambos os sexos – como, por exemplo, pregar botões, manejar a agulha e fazer remendos em roupas às meninas, e

⁴ Neste trecho, fica evidente a presença da concepção evolucionista e positivista de educação adotada pelos dirigentes brasileiros. O regulamento da Reforma de João Pinheiro versa pelo desenvolvimento das aptidões mencionadas no texto cujo tema é originalmente presente na obra “Da educação intelectual, moral e physica” de Herbert Spencer.

emprego de utensílios, modelagem em cerâmica e trabalhos técnicos aos meninos (MOURÃO, 1962, p. 142).

A regulamentação do ensino normal veio em conjunto ao desenvolvimento do ensino primário, uma vez que, um bom professor constituía uma peça importante para o pleno desenvolvimento da educação elementar. Dentre alguns aspectos mais importantes da Reforma de João Pinheiro para o curso normal, destaca-se:

Eram previstas escolas normais instaladas na Capital e outras no interior do Estado, conforme as necessidades. Destinavam-se esses estabelecimentos a “dar educação intelectual, moral e prática, necessária e suficiente para o para o bom desempenho dos deveres de professor primário” (Regulamento do Ensino Normal na Reforma João Pinheiro apud MOURÃO, 1962, p. 148).

Novamente, observa-se a mão reguladora da classe dominante. O ensino normal, conforme o regulamento, deveria ensinar o necessário e o suficiente ao bom desempenho docente em sala de aula. Isso fica evidente pois, no rol das matérias destinadas ao curso, destacam-se que disciplinas como a geometria (sem álgebra) e o idioma francês (somente lecionada no segundo ano do curso) possuíam um caráter insuficiente à formação do professor (MOURÃO, 1962, p. 149).

Outra medida política importante para o desenvolvimento da instrução em solo mineiro foi o ideal de instrução do governo de Antônio Carlos, cujo mentor foi Francisco Campos. É bom mencionar que a Reforma Francisco Campos em Minas Gerais pautou-se no referencial ideológico renovador vinculado ao movimento escolanovista.

Antônio Carlos assume o governo de Minas Gerais no ano de 1926 e seu ideal político era conivente com a ideologia da época: modernizar. Tal concepção é também compartilhada por Francisco Campos: “[...] ambos se enquadravam nos parâmetros de pensamento dos vários grupos que encaravam a sociedade brasileira como uma estrutura doente cujos males caberia as elites erradicar” (PEIXOTO, 1983, p. 74).

Na década de 1920 passa a haver uma preocupação com os aspectos qualitativos da educação. Como fora anteriormente mencionado, o chamado *otimismo pedagógico* reflete uma tendência dos anos 20, em que as discussões acerca dos problemas brasileiros tomam o papel principal. Nesse sentido, a eficiência do ensino é relevante e se encontra pautado nos princípios da Escola Nova:

Inspirados nos princípios da Escola Nova, esses documentos refletem a crença na educação como um instrumento capaz de atuar de maneira decisiva sobre a formação do ser humano enquanto indivíduo e ser social. E constituem uma tentativa no sentido de fazer com que a escola perca o traço artificial que a caracteriza e se torne uma colaboradora da família e da sociedade na obra de civilização (PEIXOTO, 1983, p. 94-95).

Neste sentido, Francisco Campos e o então Presidente do Estado, Antônio Carlos, atribuem à escola uma nova função:

A escola é um órgão da sociedade que pertence: por ela se manifestam os ideais e as aspirações bem como os hábitos e os lastros de tradições e costumes, que, transmitidos pela educação, assegurem a continuidade do desenvolvimento humano. Mas se a escola é um órgão da sociedade em que se acha inserida e de que ela exprime a filosofia própria e inconfundível, é também um instrumento pelo qual os ideais e as aspirações de cada um atuam sobre a sociedade, modelando-a, afeiçoando-a e transformando-a no sentido das tendências que a

solicitem para uma nova ordem intelectual e moral, em cujo plano encontre mais ampla satisfação o quadro de interesses humanos, tão contraditórios e complexos. Em continuidade com a vida social que a rodeia e de que ela não é senão um centro em que a matéria social se condensa e clarifica, a escola realisa, assim, a dupla finalidade educativa (Regulamento do Ensino Primário apud PEIXOTO, p. 82).

Campos sustentava que a escola teria um papel de instrumento de reconstrução social. Para tal, era preciso que a educação se organizasse de maneira adequada, quer dizer, formando indivíduos capazes de atuar eficiente e eficazmente na sociedade brasileira e, então, propuseram reformas que possuíam um cunho conservador.

A reforma educacional do governo Antônio Carlos atingiu o ensino primário e normal. A opção por esse nível de ensino se justificou [...] pela posição estratégica ocupada pela educação em seu programa de governo. Neste, a democracia significa a ampliação do direito de voto a todos os cidadãos, sendo cidadão o indivíduo escolarizado e formado. Logo, a ampliação do direito de voto se liga diretamente à ampliação da escolaridade primária, através da oferta de maiores oportunidades educacionais (PEIXOTO, 1983, p. 86-87).

É primordial enfatizar que, com a reforma de Campos, o profissional docente tornou-se peça importante desse tabuleiro ideológico. A implementação de um “novo” modelo de educação pressupõe, também, professores capacitados a uma atuação de caráter científico e, então, dever-se-ia conceder condições para que isso se concretizasse.

A formação desses professores passou a ser feita em Cursos Normais reorganizados de acordo com os ideais da década de 20 e devendo “estar sempre presente a idéia de formar o professor” (PEIXOTO, 1983, p.122).

Se a escola, porém, pela educação adapta a criança à vida social, fazendo-a assimilar a ordem intelectual e moral reinante, de que ela é um poderoso

instrumento de conservação, ela, por sua vez, como órgão de aspirações e de ideais, reage sobre a sociedade, a cujo serviço é destinada, introduzindo-lhe na circulação fermentos e reativos que lhe provocam alterações e transformações profundas, indo, quer imediatamente, por influência direta, quer mediata e indiretamente por intermédio dos futuros cidadãos, cuja inteligência e cujo caráter receberam a marca da sua influência em metal ainda em via de resfriamento e condensação e, por conseguinte, plástico e ceroso (CAMPOS, Francisco da Silva. “Regulamento do Ensino Normal” apud PEIXOTO, 1983, p. 82).

A maior parte do corpo docente que lecionava no curso primário era do sexo feminino e, por isso mesmo, era necessário que a futura professora fosse “útil à pátria” Em outras palavras, a mulher digna de exercer a carreira do magistério seria aquela que “procura legitimar socialmente a escola e construir uma cultura escolar forte o bastante para se impor a sociedade” (FARIA FILHO, 2000, p. 109-110).

O papel da professora – sem entrar, aqui, na questão da feminização do magistério – na (re) construção da sociedade veio a calhar no discurso republicano, uma vez que, era a mulher que “além de conhecer melhor a “psicologia” infantil, conhecia também, a fundo, outros componentes fundamentais da cultura escolar que se moldavam: o asseio, a higiene, a organização de certos espetáculos” (FARIA FILHO, 2000, p. 110).

Nota-se, como a mulher vem reforçar a ideologia da Primeira Republica. Ela, agora no status de professora, tornou-se uma peça primordial na disseminação dos valores da modernidade que, através da escolarização, vem legitimar os interesses dominantes.

Diante de tais questões, Borges (1998) demonstra como os dirigentes mineiros se apropriaram dessas idéias ao constituírem sua política educacional:

Deparou-se, no caso específico de Minas Gerais, no período imediatamente posterior à Proclamação da República (1889), com um intenso debate e com inúmeras realizações de reformas, leis e decretos acerca do ensino, por parte da elite dirigente mineira. Essas práticas, realizadas no *Congresso Mineiro*, enfatizavam a premência de se estruturar e se fiscalizar a rede de ensino público no Estado de Minas Gerais, em seus diferentes graus. Tais debates e realizações acompanharam-se de questionamentos voltados às causas do atraso brasileiro em relação aos países capitalistas desenvolvidos. Entendia essa elite que o atraso decorria de vários fatores, como: inexistência de uma “nação” e, conseqüentemente, de “um povo educado”, de um saneamento das cidades, de higiene e de saúde do trabalhador brasileiro, dentre outros (BORGES, 1998, p. 11-12).

Preocupados em justificar e manter o que era de interesse, a elite mineira viu na divulgação de tais idéias o meio para que seus desejos se concretizassem. Por isso, o tamanho enfoque dado à eficiência do ensino.

É nesse processo de (re) estruturação e (re) organização dessa “nova” realidade brasileira que a educação emerge como a força motriz da nação à prosperidade trazida pela modernidade e, conseqüentemente, pelo progresso.

É assim que o Brasil, desde os anos de 1970, assume uma política liberal, pautada em uma lógica mais racional que ocasionou o desmoronamento do Império. Assim, nasce a era republicana e, junto com ela, a supervalorização da educação em uma terra sedenta pelos ideais da modernidade.

Mas, como esses valores modernos adentram na sociedade brasileira na forma de idéias inovadoras – dentre elas os ideais educacionais – defendidas pelos republicanos?

É primordial ressaltar que muitos foram os fatores que levaram o Império à ruína. As causas do desmoronamento da monarquia não foram alheias ao conjunto de

transformações que ocorriam no meio estrangeiro e que, por consequência, não ficaram neutros nesse episódio.

O primeiro fator foi externo, ou seja, nosso país se apossou dos ideais defendidos pelo movimento iluminista do século XVIII e pelo cientificismo positivista do século XIX.

Assim como a França iluminista, o Brasil adota a idéia de romper como tudo o que é velho e que significa atraso. Então, era preciso reformar a sociedade para superar o que era antigo – como a Europa rompera com as trevas da Idade Média -, representado pelo Império. Importar o modelo europeu, principalmente o francês, era uma tendência da sociedade brasileira daquela época: dentre elas pode-se mencionar a concepção de que indivíduos ilustrados constituíam a fonte que abastece o progresso.

Porém, o século XIX vem com força total reverenciar o poder da ciência para a sociedade. A tendência, agora, é o cientificismo positivista que lança em seu estudo sobre a sociedade as bases para a evolução da humanidade. O Brasil, na tentativa de firmar uma base para seu plano de desenvolvimento, acopla ao ideal iluminista de educação os valores do positivismo tão em voga naquele momento.

Outro fator que levou ao desmantelamento do Império, e ocasionou o desenvolvimento de uma realidade dita republicana, foi o conjunto de ações que contribuíram e reforçaram a adesão das denominadas novas idéias.

A República resultou da aliança de três forças bem distintas entre si: uma facção do Exército, fazendeiros do café ligados ao capital internacional e setores da camada média. Sua proclamação foi indiretamente facilitada por três fatores: o

desprestígio do regime imperial, o processo da abolição dos escravos e o enfraquecimento momentâneo das oligarquias ditas “tradicionais” (CARVALHO, 2004, p. 29).

Nesse sentido, o exército passa para o lado dos republicanos, o que ajuda a enfraquecer o poder monárquico, a elite adere aos ideais positivistas e colabora para o desenvolvimento de uma educação de caráter leigo, e a abolição da escravidão vem de encontro às aspirações internacionais (aproveitamento da mão-de-obra que se formou nesses países ditos menos evoluídos).

É nesse contexto de união e compartilhamento de interesses externos e internos que nasce a República brasileira. Dentro desse novo regime, pautado nos valores da modernidade liberal, a educação surge como o ente capaz de construir uma nova ordem. Investir na escolarização é promover a transformação necessária para elevação do país ao nível de modernidade e de civilização do primeiro mundo.

A República nascerá, portanto, marcada pela convicção no poder regenerador da educação, possibilitando a formação de uma nova sociedade, cujo diferencial maior em relação ao Império estaria no sentimento nacional, na prática do civismo, na difusão da cidadania, no aprimoramento da força de trabalho, etc., tudo permitido pelo acesso à educação. A tarefa fundamental para o novo regime parecia estar centrada na organização da educação (GONÇALVES NETO e CARVALHO, 2005, p. 266).

Os esforços dos dirigentes brasileiros em reformar a sociedade brasileira em função dos ideais de progresso é bem visualizado nas reformas educacionais comentadas ao longo do texto.

É assim que a educação surge como a protagonista de um filme chamado progresso: amparada pela burguesia moderna, sustentava-se que a ilustração dos indivíduos seria o bálsamo para o mal do atraso brasileiro. A expansão do nível de escolarização, dessa maneira, é a primeira via condutora da nação brasileira na *senda luminosa* do progresso.

CAPÍTULO III

“LUZES INTELECTUAIS” COMO META DA ESCOLARIZAÇÃO EM UBERABINHA, MG, NO PERÍODO DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Neste momento adentra-se, de forma mais direta, no objeto de estudo dessa pesquisa. Para tanto, é necessário a resolução do problema proposto no projeto de pesquisa, ou seja, evidenciar a idéia de progresso à concepção de ilustração na municipalidade de Uberabinha considerando, particularmente, a educação escolar.

É nesse momento que se dará a confirmação ou refutação da hipótese levantada: trata-se de qualificar que o nascimento do município de Uberabinha, MG, é republicano e, portanto, assume e reflete a preocupação com o potencial altamente positivo de reordenamento contido nas instituições.

O ideal da Primeira República era o de expandir a rede escolar e de alfabetizar o povo, já que era grande o contingente de analfabetos. Assim, observou-se tanto no discurso presente nas Atas da Câmara Municipal, quanto na Imprensa uberabinhense, a presença do ideal iluminista e evolucionista/positivista de educação: investir na educação popular para elevar o nível de desenvolvimento do município.

Para elucidar como os ideais iluministas e positivistas também se encontravam presentes no discurso educacional da cidade de Uberabinha, MG, é necessário evidenciar a “vocação” dessa municipalidade pelo progresso. Junto ao anseio de conduzir a população uberabinhense há tempos mais evoluídos, a elite traz para dentro dos muros da cidade o ideal de desenvolvimento. Assim, é narrada sucintamente a história sobre o progresso de Uberabinha no contexto do Triângulo Mineiro e do Brasil.

Todavia, a idéia de progresso vinculada a educação é evidente no discurso presente nas Atas da Câmara Municipal e da Imprensa uberabinhense. É esse o ideal iluminista e evolucionista/positivista que se encontra no discurso educacional de Uberabinha e que, respectivamente, foram analisados nessa pesquisa e produziu tal resultado. Essas concepções são tratadas aqui numa tentativa de demonstrar como a educação surge como um eixo condutor do progresso nessa municipalidade.

As informações, a seguir, demonstram a importância da documentação sobre o período da Primeira República e as principais concepções presentes nas atividades políticas de Uberabinha, MG, uma vez que, essas demonstram claramente a idéia de progresso arraigada no imaginário de seus munícipes.

O município de Uberabinha, MG sob a luz do Progresso

Considerando o estudo sobre o progresso da cidade de Uberabinha (MG) impulsionado pela força propulsora da educação é preciso, primeiramente, situá-la no contexto de desenvolvimento da região do Triângulo Mineiro.

O que hoje é conhecido como região do Triângulo Mineiro era, antes, denominada Desemboque, pois “ao sul do Desemboque fica o Rio Grande dividindo os Estados de Minas Gerais e São Paulo, em cujas imediações [...] está situado o Porto da Ponte Alta, onde desembocavam diversas estradas com ligações para o povoado” (RODRIGUES, 1988, p. 07).

Essas estradas contribuíram para a formação de comunidades que, gradativamente, vieram povoar o sertão. Em busca de terras e riquezas, muitas pessoas avançaram pelo cerrado com o intuito de fixarem suas moradias. Isso contribuiu de maneira ímpar para a formação da região triangulina.

Em 1810, Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira chefio uma expedição com a finalidade de desvendar a região do Desemboque. No caminho foram deixando nas copas de árvores alimentos para o regresso. Neste sentido:

Cansados e com escassez de víveres e temerosos dos índios Caiapós, regressaram ao ponto de partida. No percurso foram colhendo os víveres que deixaram ocultos nas copas das árvores com previsão de regresso. Á margem de um ribeirão, nas proximidades do Engenho, antiga estação férrea da Mogiana, retiraram do esconderijo uma bruaca de couro cru contendo farinha deteriorada pelo tempo. Razão de lhe ter sido dada a denominação de Ribeirão da Farinha Podre, cujo topônimo generalizou-se por toda a região e como tal tratada pelos Poderes Públicos (RODRIGUES, 1988, p. 07).

Pelo caminho aberto no *Sertão da Farinha Podre* foram se formando os arraiais que deram origem às cidades do Triângulo Mineiro (CAPRI, 1916, p. 11).

Da mesma forma deu-se a gênese de Uberabinha: em 1827 os irmãos Carrejo adquiriram terras devolutas na zona triangulina. A agregação dos “Carrejos”, formada

pelas fazendas Olho d'água, Lage, Maribondos e Tenda – essa última de propriedade de Felisberto Alves Carrejo – constituiu o primeiro núcleo organizado dessa região (ARANTES, 2003, p. 31-32).

Oficialmente, foi Felisberto Alves Carrejo o responsável por lançar os primeiros alicerces para o progresso daquele lugarejo que, mais tarde, viria ser o município de Uberabinha. Nesse sentido, “Felisberto foi um dos paredros dessa primitiva povoação, ligando o seu nome ao progresso do lugar” (PEZZUTI, 1922, p. 12).

Ao redor de sua propriedade, aliado às famílias que até aqui vieram para construir seus lares e roçados, Felisberto Carrejo investiu nas primeiras e, ainda, rudimentares indústrias agrícolas (fiandeira, engenhos, carpintaria, tenda do ferreiro) que serviram para dar impulso ao desenvolvimento do local.

Ele também criou em sua fazenda uma escola de alfabetização, na qual ele mesmo lecionava com o intuito de “cuidar da cultura daquela gente [...] e instruir os filhos daquele povo inculto que aspirava somente à grandeza material do meio em que vivia” (ARANTES, 2003, p. 33).

Também havia na propriedade de Felisberto uma Capela que simbolizou a “pedra fundamental de um futuro povoado e facilidades aos moradores das vizinhanças na prática de seus deveres religiosos” (TEIXEIRA, 1970, p. 22).

Diante disso, a população do arraial de Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião da Barra de São Pedro de Uberabinha, passou a almejar sua elevação, pois conforme assinala Paula (2000):

A multiplicação dos núcleos [...] e o aumento da complexidade e densidade das relações econômicas, políticas, sociais e culturais que ocorrem são resultados da implantação e expansão de uma economia que implica na diversidade e intensificação de sistemas típicos da modernidade [...] Diga-se, então, que mais do que abrigar fábricas, o que caracteriza a cidade é se construir sede de atividades diversificadas e serviços (PAULA, 2000, p. 44).

Assim, “organizou-se um manifesto, dirigido ao governo da Província de Minas Gerais. O governo acata com simpatia o pedido feito por esse povo de alta visão de *progresso*” (ARANTES, 2003, p. 45) [grifos nossos].

O arraial, que havia sido elevado a Districto de Paz pela lei provincial n. 602, de 21 de Maio de 1852, foi elevado à categoria de Parochia pela lei provincial n. 831, de 11 de Julho de 1857 (PEZZUTI, 1922, p. 15-16).

Com o tempo, o trabalho das pessoas daquele povoado foi fazendo-o prosperar. Nesse sentido, “graças ao labor ativo de seu povo patriota, estava o Distrito em condições econômicas de obter dignamente sua autonomia política administrativa” (ARANTES, 2003, p. 46).

Além de um considerável comércio local, que fornecia artigos de primeira necessidade e miudezas a população do lugar, em 1863 “foi instalada a primeira escola pública provincial do districto de São Pedro de uberabinha” (TEIXEIRA, 1970, p. 30).

Perante tamanho crescimento, aquela gente passou a almejar a elevação da categoria de distrito de São Pedro de Uberabinha a município. O primeiro passo para que isso se concretizasse foi dado pelo deputado Augusto César Ferreira e Souza, pois ele sendo:

[...] profundo conhecedor das possibilidades econômicas da região triangulina, da qual era filho, deu seu primeiro lance na campanha, apresentando um anteprojeto de lei pleiteando a elevação à categoria de Vila das Freguezias de Santa Maria, do Município de Monte Alegre, aliado ao de São Pedro de Uberabinha do município de Uberaba, em cujo território formaria então o novo município (ARANTES, 2003, p. 51).

O projeto de lei de Augusto César é atendido, e São Pedro de Uberabinha é elevada à categoria de Vila em sete de junho de 1888. Mas, o ideal do deputado somente é atendido em trinta e um de agosto do mesmo ano, em que a lei no 4.643 “eleva a categoria de Município as Freguezias de São Pedro de Uberabinha e Santa Maria, desmembradas do Termos de Uberaba e Monte Alegre” (ARANTES, 2003, p. 52).

Uberabinha surge como município um ano antes da Proclamação da República brasileira. Conseqüentemente, a administração municipal, que se instalou no ano de 1892, trouxe consigo os ideais de modernidade e progresso que circulavam no Brasil desde a década de 1870.

Trata-se, assim, de reconhecer que o fenômeno urbano, se a centralidade da cidade são características permanentes de toda trajetória da modernidade, cada período, cada etapa histórica, cada realidade concreta produzirá um tipo específico de cidade. Mais que isto, em que pese aspectos centrais comuns – a concentração de poder político, econômico cultural e social – cada formação social concreta construirá sua forma específica de cidade, resultado tanto de condicionamentos físico-econômicos-políticos quanto, sobretudo, do irreduzível fenômeno cultural (PAULA, 2003, p. 30).

Produto da interferência estrangeira, as denominadas novas idéias se alastraram pelas terras brasileiras. O ideal de modernidade e progresso encontrava-se arraigado nos grandes centros urbanos do país.

A cidade de Uberabinha, que nasceu praticamente dentro da proclamação oficial de uma nova ordem, não pôde ficar apática ao poder sedutor da modernidade. Desse modo, os representantes políticos investiram fortemente naquilo que propiciasse ao município marchar a tempos mais evoluídos: o progresso material e econômico e a instrução.

A educação, como fora exposto nos capítulos anteriores, nessa época, aparece sob os refletores como a grande alavanca condutora do progresso. Para melhor demonstrar essa posição assumida pelos dirigentes uberabinhenses, vai-se, mais adiante, através da análise das Atas da Câmara Municipal. Para tanto, procurou-se recorrer também às reportagens da imprensa local na tentativa de demonstrar o ideal de progresso vinculado à educação escolar.

Nesse momento, entretanto, opta-se por demonstrar alguns feitos no campo material e econômico do município. Para isso, selecionaram-se três aspectos importantes no desenvolvimento de Uberabinha: o trem de ferro, a energia elétrica e o surgimento da imprensa.

Um dos fatores primordiais para o desenvolvimento econômico e material de Uberabinha foi sua localização geográfica. O Triângulo Mineiro é “uma região [...] localizada a meio caminho das rotas mercantis, tanto Norte/Sul como Leste/Oeste” (SOARES, 1995, p. 54).

Favorecida como “um núcleo de intercâmbio ou [...] um interposto de variadíssimas transações” Uberabinha é também servida pelos trilhos do progresso da Companhia Férrea da Mogiana⁵ que “a põe em fácil comunicação com os portos do mar e maiores centros commerciaes do paiz” (PEZZUTI, 1922, p. 51).

Para facilitar ainda mais o intercâmbio comercial foram construídas estradas pela Companhia Mineira de Autoviação Intermunicipal. Essa rede de rodagem criada pela Companhia não só veio a facilitar a comunicação de Uberabinha com os grandes centros urbanos e comerciais como, também, colaborou com o comércio local. Muitos fazendeiros da região abriram estradas particulares que davam acesso às redes autoviárias principais e, com isso, aumentavam as possibilidades do comércio local.

Reunindo toda a kilometragem d’essa vasta rede, sommase um percurso de 4.906 kilometros de estradas intermunicipaes que fizeram radiação de Uberabinha principalmente, tocando mais na Mogyana as estações de Araguay, Ipamery, Roncador, Uberaba, Conquista, Sacramento, Igarapava e Irara, ligando-as às estações de Patrocinio, Catiara e S. Pedro de Alcantara, da Estrada de Ferro Oeste de Minas, e a de Barretos, em S. Paulo, da Estrada de Ferro Paulista, com 54 kilometros de percurso do Porto Antonio Prado a essa localidade. Por Igarapava tambem se liga á rede de viação paulista, passando por Pedregulho, Crystaes e Franca, para alcançar a estrada de rodagem de Santos a Ribeirão Preto, ultimamente inaugurada nessa cidade (PEZZUTI, 1922, p. 58).

Outro fator que contribuiu para o intercâmbio do município uberabinhense foi a construção da ponte Afonso Pena sobre o Rio Paranaíba. Esse feito veio estreitar, ainda mais, os laços comerciais de Uberabinha com o sudoeste goiano.

⁵ A Companhia Férrea da Mogiana organizada em 1872 tinha sua sede na cidade de Campinas (São Paulo). Um dos principais símbolos do progresso, o trem de ferro constituiu-se num importante meio de transporte comercial e de pessoas. Conforme a crença da época, o progresso chegava pelos trilhos, ou seja, as novidades sempre vinham com o apito da locomotiva.

Estes fatores também contribuíram para tornar essa região um entreposto comercial na distribuição de produtos agropecuários do Centro Oeste e Norte do Brasil e, ao mesmo tempo, intercambiar para esses os produtos industrializados provenientes do Estado de São Paulo. A implantação de uma economia de mercado, pela via do desenvolvimento comercial, ampliou o espaço econômico de acumulação, determinando sua modernização, tanto no que diz respeito à diversificação da economia regional, quanto ao crescimento e dinamização de seus centros urbanos (SOARES, 1995, p. 54).

O potencial natural de Uberabinha também contribuiu para o seu desenvolvimento. Segundo a literatura regional, além da favorável localização geográfica, Uberabinha também foi favorecida em relação aos aspectos naturais:

As terras do município, geralmente conhecidas por terras vermelhas, massapê, na sua maior parte, são de uma fertilidade espantosa. Os cereaes germinam com um axhuberancia de vegetação phantastica e em pouco tempo desabotoam em lindos cachos amadurecidos (PEZZUTI, 1922, p. 53).

Mas, é o potencial hídrico que proporcionou a o município a realização de um grande símbolo da modernidade: a energia elétrica. Em 1909, a Companhia de Força e Luz de Uberabinha “surge como um dos factores principaes do progresso” (PEZZUTI, 1922, p. 61).

O Rio Uberabinha passando para a cidade, depois de 5 kilometros e meio, forma uma importante cachoeira, denominada *Cachoeira da Uzina*, para ser aproveitada da Campanhia Força e Luz de Uberabinha [...] O conducto que parte do canal é de 1,25 mts. de diametro e alimenta duas potentes machinas, uma do typo J. M. Woit de potencialidade de 500 cavallos, e outra Emme Gieseck e Konegen 1000 H.P., sendo de mais de 10.000 H. P., a força aproveitavel. A Companhia fornece luz para a illuminação publica e privada, energia para machinismos industriaes agricolas á cidade e ao municipio de Uberabinha, e energia á Empreza Força e Luz de Araguay (CAPRI, 1916, p. 166-167).

Além do fornecimento de energia elétrica nas principais ruas da cidade – constituindo, assim, uma melhora significativa na infra-estrutura urbana – esta auxiliou decididamente “para o desenvolvimento das indústrias, abriu incontestavelmente, para esta cidade, uma nova era de actividade” (PEZZUTI, 1922, p. 61).

Outro fator primordial para o desenvolvimento do município foi a imprensa local. É ela – a imprensa – a responsável por difundir o ideal republicano de ordem e progresso. Por isso, ressalta Pezzuti, que “Uberabinha estimulava [...] as tentativas editoriais de qualquer espécie” (PEZZUTI, 1922, p. 42).

Mas, “o primeiro periódico que veio á lume em Uberabinha foi o semanario “A Reforma”, que se iniciou no ano de 1897 por iniciativa particular. Ademais:

A seguir, em épocas diversas e com fortuna varia, a “Gazeta de Uberbainha” – a “Cidade de Uberabinha” – “A Semana” e “A Nova Era”, em todos encarnando espirito de parte; como mentores, descreveram rapidas e fugazes trajetórias no céu desta terra; appareceram luminosos, rutilaram por momento e se esvaeceram na ourela escura do horizonte (PEZUTI, 1922, p. 40).

Dada a importância da imprensa na evolução da cidade é que se decidiu fazer dela uma das fontes dessa pesquisa. Especificamente os periódicos “O Progresso” e “A Tribuna” serviram de objeto de análise – juntamente com as Atas da Câmara Municipal – com o intuito de desvelar a idéia de progresso vinculada ao movimento educacional de Uberabinha.

As concepções de progresso e educação em Uberabinha, MG

A Câmara Municipal de Uberabinha iniciou suas atividades em trinta e um de janeiro do ano de 1892, sobre a presidência de Augusto César Ferreira e Souza.

Como fora mencionado, anos antes, Augusto César havia participado veemente do processo de elevação de Uberabinha a categoria de município. Seu exercício na Câmara Municipal foi de 1892 a 1894, tempo em que “organizou o Código Tributário, Estatutos da Câmara Municipal, Regulamento do ensino Público do Município [...] pela sua orientação, o corpo legislativo elaborou leis de alto alcance para o progresso da nova comuna” (ARANTES, 2003, p. 53).

Aos municípios “só foram atribuídas duas funções governamentais básicas: função *legislativa* e função *executiva*, no que tange à matéria de sua competência” (SILVA, 2003, p. 624). O poder legislativo é exercido pela Câmara Municipal e o poder executivo – de responsabilidade do prefeito – é, na Uberabinha daquela época, exercido pelo agente executivo.

[...] a *função legislativa* [...] é exercida com a participação do Prefeito. No exercício dessa função é que ela legisla sobre as matérias de competência do Município. Por meio dela se estabelecem, como todos sabem, as leis municipais, e se cumpre, no âmbito local, o princípio da legalidade que se submete a Administração (SILVA, 2003, p. 626).

Além da atividade legislativa coube à Câmara Municipal, através dos vereadores, as funções *deliberativa*, *fiscalizadora* e *judgadora*. Essa última compreende ao exercício de juízo, por parte da Câmara, aos atos políticos e administrativos de seus integrantes e

também do executivo, na qualidade de julgadores das possíveis infrações de seus representantes (SILVA, 2003, p. 626).

O mesmo autor ainda ressalta que a função *fiscalizadora* refere-se às operações financeiras e orçamentárias da municipalidade, com o auxílio do Tribunal de Contas do Município, para que os contribuintes possam examinar e apreciar os atos do governo municipal (SILVA, 2003, p. 626-627).

Já na imputação *deliberativa* a “Câmara exerce atribuições de sua competência privada que envolvem a prática de atos concretos, da resoluções referendárias, de aprovação, de autorização, de fixação de situações, de julgamentos técnicos [...]” (SILVA, 2003, p. 626).

As atividades da Câmara Municipal de Uberabinha encontram-se circunscritas nas atas de reuniões. Por isso, optou-se por desenvolver essa pesquisa sobre a educação vinculada a idéia de progresso no período da Primeira República pela investigação das Atas da Câmara.

A partir dos dados coletados nos vinte e seis volumes de atas foi possível traçar uma linha paralela sobre a idéia de educação como a condutora do progresso na cidade de Uberabinha.

É importante ressaltar que o regime republicano ainda se constituía de um sistema politicamente elitista. Porém, com o desaparecimento do Poder Moderador, a extinção dos

títulos de nobreza e do voto censitário, bem como de outros fatores próprios do Império, ocorreu o enfraquecimento da centralização do poder político:

Implantada em 1889 (15/11), a Primeira República enfatiza a descentralização político-administrativa, e ao mesmo tempo as idéias liberais e federalistas criam força e procuram se impor. O governo central, à revelia da Constituição, toma para si tanto a normatização quanto a fiscalização do ensino secundário, ficando a tutela dos ensinos primário e profissional a cargo dos estados e do governo da República. O papel do município, no caso, fica afeto à colaboração na edificação e na preservação de estabelecimentos de ensino (BOTH, 1997, p. 66).

Resumidamente, Oliveira (1999) enfatiza o significado da chamada descentralização do poder político:

Assim, na descentralização estaríamos nos afastando do centro, ou seja, as decisões e as definições de ações para a alocação de recursos, em graus variados de autonomia, seriam tomadas em instâncias outras que não as centrais. A centralização pressupõe a tomada de decisão em um nível central, repassando no caso educacional tanto pelo Ministério da Educação, nos países unitários, como em nível de Secretaria estadual, nos federados. O que caracteriza é o fato de que as decisões são tomadas por um pequeno grupo, que expressa a vontade política do centro, com jurisdição sobre determinado território, com poder sobre recursos humanos, financeiros, definições de linhas, planos e programas e controle sobre a sua execução (OLIVEIRA, 1999, p. 14).

Tais decisões, dispostas na citação anterior, cabiam às Câmaras Municipais. De acordo com Pinheiro (s/d), a Câmara é que governava a cidade, sendo eleita por voto popular, sendo presidida de forma representativa pelo vereador mais votado – Presidente da Câmara e Agente Executivo – com “significativa autonomia administrativa aos municípios, inclusive na parte financeira” (BOTH, 1997, p. 22).

O ensino no Brasil, desde o início, passou por períodos alternados de centralização e de descentralização, de acordo com as mudanças políticas. As idéias efetivas de descentralização começaram com a Constituição Republicana de 1891. Surgiram os municípios, porém eram dependentes e fracos, os

processos de arrecadação apresentava-se centralizado e a distribuição dos recursos não obedecia a critérios estritamente técnicos. Desta forma, mais da metade da população brasileira permanecia analfabeta no início do século XX (PINHEIRO, 2001, p. VIII).

Além do mais, as Câmaras Municipais desde o período Imperial, sob o artigo 70 da Lei de 1º de Outubro de 1828, possuíam a responsabilidade, dentre outras, de inspecionar as escolas de primeiras letras. Também, o Ato Adicional de 1834, considerado um marco na descentralização do ensino no Brasil, concede aos governos provinciais, maior ampliação de seus poderes, na medida em que incumbe às Províncias assumir a instrução pública com exceção das faculdades de Medicina e Cursos Jurídicos.

A partir daí, observa-se a importante significação da educação escolar que se dava em nível municipal:

Desde a Constituição Republicana de 1891 os municípios começaram a surgir como esfera privada do poder, tendo direito de eleger seus governantes, mas sem direito a um sistema próprio de arrecadação. O Município era totalmente dependente dos estados que por sua vez eram fracos. A arrecadação das receitas era centralizada e os impostos que financiavam a educação estavam em poder da União. A prioridade da União era o ensino superior, já o ensino médio era particular e o primário, em situação precária, era de competência dos estados e municípios (PINHEIRO, 2001, p. 03).

A Câmara Municipal de Uberabinha, enfatizando-se o período tratado, demonstra, em suas atas, a extrema preocupação para com a escolarização de seu povo. Muitas foram as discussões acerca da educação formal que se encontram dispostas em suas reuniões ordinárias e extraordinárias.

A Câmara, por exemplo, dispunha em seu orçamento municipal sobre a necessidade de implementação de cobrança de um imposto escolar sob a responsabilidade do agente

executivo. Este imposto escolar que era de cinco contos de réis, conforme ata da sessão ordinária de 14 de dezembro de 1906, é fixado numa reunião de 27 de dezembro de 1906 em três contos de réis:

A comissão de redacção é de parecer que a lei que revoga disposições da nº 41 de 14 de Dezembro de que fica redigida de modo seguinte: Art. 1º O numero 93 da tabella B da referida lei, onde se lê - escolar 5\$, leia-se taxa fixa 3\$". (Ata da sessão ordinária do dia 27 de dezembro de 1906).

Encontram-se, ainda, nas atas discussões acerca do pagamento e gratificação do professorado e solicitação de isenção e baixas de impostos escolares.

Parecer: A Comissão de finanças, abaixo assignada a que foi presente o requerimento da Directora do Collegio São José, é de parecer que seja restituída á requerente a importancia paga de imposto predial e respectivas multas, visto sêr de justiça que a supplicante seja isenta desse imposto, tendo em vista que o predio em questão é occupado com o funcionamento das aulas do Collegio São José, estabelecimento de ensino que tão relevantes serviços vem prestando á instrucção neste municipio. Uberabinha, 14 de Setembro de 1912. A Comissão de finanças Manoel Paiva, Lindolpho Martins de Sá – João Marra da Silva (Acta da sessão ordinaria realisada no dia 16 de Setembro de 1912).

Durante todo o ano municipal, haviam requerimentos de munícipes pedindo pagamentos e gratificações de anos anteriores, e que nem sempre eram consentidos por diversos motivos, bem como requerimentos de pessoas de classes pouco favorecidas, solicitando alívio ou isenção de impostos, como nos exemplos a seguir:

Apresentando um requerimento do professor de Santa Maria pedindo uma gratificação de 300.000 sendo indeferido por não haver verba para esse fim consignada no orçamento e mesmo por já terem sido suspensas as escolas municipaes (Ata da sessão ordinária de 13 de Janeiro de 1908).

Foi lido um requerimento de Francisco Felix da Silva, pedindo allivio do imposto escolar, por ser o supplicante aleijado de um braço, estando em condições de não poder trabalhar. Em discussão e a votos foi resolvido que desse a baixa pedida (Ata da sessão ordinária do dia 18 de Junho de 1906).

Além disso, havia requerimentos de fazendeiros que, por iniciativa própria, contratavam um professor para atuar na escola da fazenda de sua propriedade. Esse modelo de educação, em que se ministravam aulas em fazendas de propriedade privada, é que Flores (2000) denomina de escolas nucleadas rurais:

Quando se tem consciência que cabe ao ensino municipal o atendimento dos segmentos mais marginalizados da sociedade, especialmente na zona rural, onde se situam as mais precárias redes de ensino, compreender-se-à a necessidade de descentralização de recursos e o acompanhamento pedagógico. Não significa que ao municipalizar, os municípios têm que dar conta de tudo. O município precisa receber a cooperação técnica e financeira da união e do estado (FLORES, 2000, p. 42)

Estes núcleos educacionais rurais estavam muito presentes em nosso país desde a Primeira República. As oligarquias cafeicultoras, interessadas em conservar seu prestígio e privilégio, encontraram na educação um meio para se manter o sistema vigente. A necessidade de criação de escolas nas fazendas constituiu uma perfeita alternativa para tal finalidade; é por isso que os fazendeiros passaram a contratar professores para atuar em suas propriedades.

Em um requerimento de um conjunto de moradores da Fazenda do Buriti para a Câmara de Uberabinha, observa-se a forte presença deste modelo de educação rural, pedindo nomeação de um professor para a escola local:

Foi lido um abaixo assignado com diversas assignaturas de pessoas residentes na fazenda do Burity solicitando a nomeação do senhor Tenente Francisco da Fonseca para reger uma cadeira do sexo masculino naquela fazenda. À Comissão de Finanças para dar seu parecer (Ata da sessão ordinária do dia 3 de julho de 1906).

Com o fim do trabalho escravo e a tendente valorização da escolarização, as famílias que viviam na zona rural sentiram a necessidade de formar mão-de-obra

qualificada para atuar nas lavouras de café. Este outro grande aspecto, ligado à necessidade de se adaptar a população camponesa às condições modernizadoras do país, constituiu um campo fértil para o fortalecimento da idéia de se ministrar aulas no campo.

Embora a questão supracitada contribuisse de maneira propícia para a implantação de escolas nucleadas, Flores (2000) considera que esta forma de ensino agrícola – mais voltado para uma economia de subsistência –, não se encaixava nos moldes propostos pelos princípios liberais e positivistas próprios dessa fase histórica.

A mesma autora ainda enfatiza que a expansão dessas escolas isoladas nas fazendas possuía, entre outros, um princípio patriótico. Segundo ela, a educação no meio rural tinha o propósito de repassar técnicas próprias dessa realidade agrícola, desenvolvendo no indivíduo o sentimento de valorização e amor à pátria, integrando a tais ideais à preocupação sanitária. Era preciso formar atitudes, tidas como apropriadas, naqueles homens rústicos que viviam no campo e, para isso, a propagação da ideologia da modernização através da escola era necessária.

Havia a crença – ligada ao movimento republicano do *entusiasmo pela educação* –, de que o sujeito do campo, através da educação a ele destinada, poderia alcançar a felicidade, tanto individual quanto coletiva, fixando-se a terra e melhorando as condições de higiene e saneamento no meio rural.

É importante mencionar acerca da realidade dessas escolas que funcionavam em fazendas. Dentre alguns aspectos pode-se colocar, por exemplo, que as aulas funcionavam

em prédios improvisados, as classes eram multi-seriadas e um único professor lecionava para até quatro séries. Isso comprometia a qualidade do ensino ministrado nas fazendas.

Era freqüente a concessão de uma ajuda de custo mensal às escolas particulares com a finalidade de subvencionar alunos pobres que haviam concluído o curso primário, e que aspirassem prosseguir seus estudos. Observe-se aí um intercâmbio entre o público e o privado:

A despesa fica augmentada de mais de 500\$000 que será dado ao Collegio Bandeira, ficando a Camara com o direito de collocar no mesmo 5 alumnos pobres e que tambem, digo, tinham concluido o curso primario nas escolas publicas; posta em votação foi approvada (Ata da quinta sessão da terceira reunião da Câmara Municipal em 18 de setembro de 1908).

A instrução pública em Uberabinha contou com os esforços de uma figura tida como importante para o desenvolvimento da educação neste município: Padre Pio Dantas Barbosa, membro da Comissão de Instrução e Redação, no período em que fora vereador:

Pedio a palavra o vereador Reverendissimo Padre Pio, e disse que ha necessidade de um professor n'esta cidade e que a Camara, poderia fazer uma pequena subvenção a esse professor, pois que, o estado dá lhe um ordenado mesquinho e mesmo insufficiente para sua manutenção, ficando debaixo de fiscalização da Camara, a subvenção que fosse de cincoenta mil reis mensaes e escolhendo o professor João Bazilio de Carvalho ora em Araguay, Pedio a palavra o vereador Cardoso depois de enaltercer o amor que seu collega o vereador Padre Pio, nutre pela instrucção, trazendo a esta a sessão semelhante proposta, disse que a Camara já se acha bastante acarretada com escolas municipaes irregularmente constituidas, por dependerem de concurso, declarava que achava-se em pleno desacordo com a proposta não necessitando a Camara sobrecarregar-se com o auxilio de metal algum, pois, que, na actualidade não faltava professores que quizessem vir para aqui independente de auxilio da Camara, tão habilitados como o já referido. – Pede a palavra o vereador Reverendissimo Padre Pio e depois de agradecer as palavras de seu collega Cardoso, disse que por parte d'elle repellia quanto a irregularidade das escolas municipaes. Pede a palavra o vereador Totó dizendo estar de accordo com o collega vereador Padre Pio. – Pede a palavra o vereador Carneiro e dizendo não concordar com a proposta. Continuando em discussão e nenhum dos senhores vereadores pedindo a palavra, foi pelo senhor Presidente declarado encerrada a

mesma, posta a votação, e empatando o senhor Presidente desempatou a favor da proposta (Ata da sessão ordinária de 19 de junho de 1906).

Outro fator importante para o desenvolvimento da educação pública em Uberabinha, foi a participação de sua Câmara Municipal empenhada em viabilizar um grupo escolar na cidade. Data de 1908 a mobilização dos dirigentes municipais para que, junto do presidente do Estado, se pudesse planejar a construção do edifício destinado à instalação do primeiro grupo escolar de Uberabinha:

Lido uma representação dos professores estadoaes desta cidade pedindo a intervenção da Câmara junto ao governo Estadoal, afim de que seja creado um Grupo Escolar nesta cidade (Ata da sessão extraordinária de 10 de agosto de 1908).

Indicamos mais que o Agente Executivo, digo, a Camara Municipal proponha ao Governo do Estado a construcção de um Grupo Escolar, emprestando elle o dinheiro sufficiente para faser o predio de acordo a planta que adapta e nas condições que fez a Cidade de Uberaba (Ata da quinta sessão da terceira reunião da Câmara Municipal realizada em 18 de setembro de 1908).

No período entre 1910 e início de 1915 houve grande mobilização da Câmara Municipal na construção do Grupo Escolar que representaria o primor da época no que diz respeito à instrução pública, em articulação com o Presidente do Estado à época, Júlio Bueno Brandão. Tal articulação visava unir esforços com a finalidade de construir o edifício destinado ao grupo escolar da cidade.

Porém, antes de se consolidar o referido grupo, convém ressaltar o impasse ocorrido na Câmara de Uberabinha quanto à localização do prédio escolar. Os dirigentes municipais ofereceram ao governo estadual o terreno do cemitério velho, localizado, então, na atual Praça Clarimundo Carneiro. Em 1912, a mesma Câmara deliberou sobre a aquisição do

terreno na Praça da República – atual Praça Tubal Vilela – autorizando o Agente Executivo a elaborar um orçamento em vista da construção, bem como lavrar escritura do terreno ao governo do Estado.

O referido projeto, referente ao local de construção do grupo escolar e a escritura do terreno, foi aprovada em 31 de outubro de 1912. O Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão foi criado, segundo seu decreto nº 3200, em 20 de julho de 1911, mas suas atividades acadêmicas tiveram origem no ano de 1915.

Na década de 1920, a Câmara Municipal continua a revelar seus anseios quanto à educação escolar e, isso ficou evidente nas atas de reuniões da mesma no período proposto.

Convém salientar outros grandes feitos que, com o avançar da história do município, puderam ser concretizados como, por exemplo, a criação da Escola Normal. Esta última foi criada junto ao *Ginásio de Uberabinha*, pelo coronel Antônio Silveira, diretor do ginásio, segundo um ofício enviado à Câmara Municipal:

Como disse acima, vou criar, neste Gymnasio, a Escola Normal, equiparada, e, bem assim, o Instituto Commercial. Da equiparação da primeira, tenho, sr. Presidente da Camara, promessa formal do Ex^{mo} Sr. Presidente do Estado. (Ata do dia 21 de Novembro de 1924).

Como fora exposto no capítulo anterior, o ensino normal surge impulsionado ao desenvolvimento do ensino primário, uma vez que era preciso formar o profissional docente que pudesse, ao exercer sua atividade em sala de aula, contribuir para a afirmação da nova ordem.

Os dirigentes uberabinhenses também aderem a esse ideal e investem, efetivamente, na formação do professor. Isso fica evidente no projeto de lei, lançado no ano de 1926, cujo intuito é favorecer material e financeiramente para o bom funcionamento da escola normal:

Projecto de lei nº 4 – que cria o auxilio de 13:500\$000 durante este anno, detinado ao pagamento do corpo docente da Escola Normal desta cidade e auctorisa o auxilio de 6:000\$000 para a aquisição do gabinete de Physica e Chimica desta mesma escola o qual será de propriedade da Camara Municipal, cujas despesas correrão por conta da verba de obras Publica. (Ata do dia 8 de Abril de 1926).

Como se pode observar, a municipalidade concede um auxilio durante todo o ano de 1926 ao ginásio da cidade com a finalidade de pagamento dos professores que atuavam na Escola Normal.

Além do mais, o município uberabinhense cedeu auxílio para o Liceu de Uberaba a pedido de Fidélis Reis. Segundo a ata de 8 de abril de 1926:

Sobre a representação do sr. Dr. Fidelis dos Reis. Pedindo um auxilio para a fundação do Lyceu de artes e Officios em Uberaba, foi apresentado o seguinte parecer: As commissões de Legislação e Justa e de Finanças, examinado a representação à Camara, dirigida pelo Exmo. Sr. Deputado Fidelis dos Reis, pedindo um auxilio para a fundação do Lyceu de Artes e Officios de Uberaba e, considerando tratar-se de uma obra grandiosa que virá trazer uma obra região enormes possibilidades de progresso, são de parecer que a Camara deve auxiliar a fundação referida com a quantia de cinco contos de reis (5:000\$) externato, como o faz, o seu sincero sentimento por não poderem opinar por maior auxilio, em vista das apperturas financeiras da Camara Municipal. As mesmas commissões pediu ao Exmo. Sr. Presidente, comunique ao digno parlamentar Dr. Fidelis Reis a resolução da Camara, apresentando-lhe as suas calorosas felicitações por seu grandioso trabalho em pró do evoluir desta região (Ata de 8 de Abril de 1926).

No mesmo ano, a Câmara Municipal de Uberabinha propõe às demais municipalidades do Estado de Minas Gerais uma associação cuja finalidade é elevar o progresso do país. Para isso, a *Associação das Municipalidades Mineiras* criariam escolas de educação profissional e rural em cada município mineiro e propõem:

[...] a Camara Municipal em officio acompanhado da exposição que acabo de fazer, bem como desta indicação proponha a todas as outras ‘Camaraes Municipaes do Estado de Minas Geraes, pedindo o seu concurso, a fundação da Associação das Municipalidades Mineiras para o fim de serem creadas em cada município umas escola profissional e tantas ruraes que meio e os recursos do municipio comportarem, com os seguintes fins e obrigações: a)- Impulsionamento do progresso geral do Estado de Minas Geraes, com o estabelecimento das escolas acima referidas; [...] (Ata do dia 3 de Abril de 1926).

Neste sentido, como se observou ao longo dessa explanação, o anseio pelo progresso do país cujo protagonista era a escolarização, conta também com os esforços da Câmara Municipal de Uberabinha. Esta se mobilizou em atender à demanda da educação escolar de então, romper com o analfabetismo e contribuir, desse modo, com o progresso do município.

Outra fonte de pesquisa foi a imprensa uberabinhense, mais especificamente os jornais *O Progresso* (1907-1918) e *A Tribuna* (1919-1942). O tempo de circulação do jornal intitulado *A Tribuna* é de 1919 a 1942. A delimitação compete ao período estudado – o da Primeira República – que vai até 1930.

Segundo Capelato (1994), a imprensa tornou-se uma importante fonte de pesquisa histórica:

É fascinante ler a história do Brasil através dos jornais. Em cada página nos deparamos com aspectos significativos da vida de nossos antecessores, que permitem recuperar suas lutas, ideais, compromissos e interesses. Manancial dos mais férteis para o conhecimento do passado, a imprensa possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos. O periódico, antes considerado fonte suspeita e de pouca importância, já é reconhecido como material de pesquisa valioso para o estudo de uma época. A imprensa registra, comenta e participa da história [...] Compete ao historiador reconstruir lances e peripécias dessa batalha cotidiana na qual envolvem múltiplas personagens (CAPELATO, 1994, p. 13).

Assim, a utilização da imprensa na pesquisa histórica é primordial para o esclarecimento de uma realidade que se propõe a estudar. Assim, “o historiador constrói o seu objecto de análise ao construir um corpus de documentos de naturezas diversas” (BOURDÉ e MARTIN, s/d, p. 142).

A partir do estudo da imprensa local foi possível traçar um paralelo com as discussões dispostas nas Atas da Câmara Municipal de Uberabinha. O ideal defendido no período republicano está nitidamente expresso nos dizeres dos periódicos pesquisados, ou seja, há nos jornais um discurso de caráter homogeneizante em favor da ordem republicana.

O jornal não é um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos e tampouco uma fonte desprezível porque permeada de subjetividade. A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto, o historiador procura estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das idéias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais (CAPELATO, 1994, p. 21).

Fazendo um resgate, a ordem republicana pauta-se na força ilustradora da educação junto a perspectiva evolutiva da humanidade. Os periódicos analisados – *O Progresso* e *A Tribuna* – vêm dar força a menção de Capelato de que os jornais não constituem um instrumento de neutralidade diante dos acontecimentos de uma dada época. É nítido,

portanto, nos jornais uberabinhenses o discurso em favor do ideal republicano de ilustração, ordem e progresso.

O jornal *O Progresso* circulou no município de Uberabinha, MG, entre 1907 e 1918 mas, tematicamente, optou-se por compreender como objeto de análise o período que vai de 1907 a 1914, por constar no acervo somente os jornais que compreendem esse momento histórico. Nele há referências desde o importante papel da Câmara Municipal em favor do progresso material através da força propulsora da educação, seja por meio da difusão do ensino primário, seja pela referência ao primeiro grupo escola que veio a se estabelecer na cidade.

Sobre a participação da Câmara Municipal de Uberabinha, MG, pode ser mencionados os auxílios aos colégios particulares da região. O Colégio Bandeira constitui um exemplo dentre outros subsídios concedidos aos estabelecimentos educacionais de iniciativa privada pelo poder político local.

Inaugurou-se sabbado passado, 11 do fluente, este futuroso estabelecimento de educação fundado pelo emerito preceptor sr. José Felix Bandeira.

[...] Fallou depois o professor Honorio Guimarães, em termos encomiasticos ao impulsionamento do ensino. Depois, o Reverendissimo sr. Padre Pio Dantas, pronunciou uma bonita allocução applaudindo a luz e a instrucção, com palavras cheias de judiciosos conceitos de altos sentimentos religiosos.

Usou da palavra o professor João Basilio de Carvalho que, num pequeno e feliz discurso, disse o seu entusiasmo pela solemnidade que representava o passo firme dos uberabinhenses na senda do **progresso**. [...]

Agora comprimentamos ao sr. professor Bandeira, pelo brilhantismo que teve a installação do seu Collegio e fazemos votos profundos pela felicidade dessa casa de instrucção, que vem cooperar no engrandecimento de nossa terra, presentemente cheia do mais promissor florecimento. (ABASTECIMENTO D'AGUA. O progresso, Uberabinha, MG, ano 1, nº31, 19/04/1908, p. 2 e 3)

Na reportagem supracitada, fica evidente o vínculo imprescindível entre educação e progresso. Primeiro, porque ela demonstra a presença de figuras importantes para o

desenvolvimento educacional no município uberabinhense, como Pe. Pio Dantas, Honório Guimarães⁶ e o proprietário do Colégio Bandeira, José Félix. Segundo, há no discurso dos mencionados o ideal iluminista e evolutivo de educação, ou seja, eles professam o discurso republicano de instrução e progresso.

Entretanto, a sustentação desse discurso dava-se pela difusão do ensino primário uma vez que a proporção significativa da população se encontrava concentrada nesse grau de ensino ficando, assim, mais fácil atingir uma parcela significativa de pessoas que, na escola, ficavam a mercê do discurso da ordem e do progresso.

Mas o contato com os ideais da modernidade eram uma constante na oratória dos periódicos, conforme o exemplo a seguir:

Nada mais difícil no centro de que trabalhar pela causa do **progresso** e da educação: todos os obstáculos surgem cada hora para anularem os melhores esforços empregados [...] Quando em outros países até o humilde filho do povo, o filho do operário, procura à custa de ingentes sacrifícios, receber a instrução fundamental em escolas complementares, mesmos em garantia do modesto officio que vai exercitar, no Brazil Republicano ainda se considera como objecto de luxo a instrução, desde que esta passe os limites do ensino elemental da aula primaria onde aliás a maioria dos que frequentam nem sequer terminaram o curso regulamentar. Nestas condições, como esperar o **progresso**, se o **progresso** de um povo depende antes de tudo do amor á instrução? É o mesmo que pretender colher o fruto de uma arvore, sem dispensar-lhe o necessario cuidado para a sua florecencia e vitalidade [...] (EM PROL DA INSTRUÇÃO. O Progresso. Uberabinha, MG. Ano 2, nº 99, 04/08/1909, p.1).

Nesse trecho fica evidente a comparação entre o mundo civilizado e o atraso brasileiro. No primeiro, até os indivíduos de classes menos abastadas, que exercem o

⁶ Pe. Pio Dantas atuou junto a Câmara Municipal de Uberabinha nos primeiros anos de funcionamento do Conselho Administrativo. Honório Guimarães foi professor efetivo da primeira cadeira do sexo masculino em Uberabinha, em 1907, sendo, em 1913, nomeado diretor do Grupo Escolar Bueno Brandão onde permaneceu até 1920.

trabalho braçal, está entregue aos benefícios civilizadores da instrução, dado que em nossa realidade nacional, instruir é um privilégio de poucos e, menos ainda, são aqueles que conseguem perceber os seus benefícios.

Emquanto a ignorancia fôr uma instituição na sociedade, o **progresso** ha de ser tambem uma illusão no espirito do povo. [...] Os pais retiram os filhos das escolas, apenas estes sabem ler e escrever mal, sem se importarem com a incompleta aprendizagem delles no ponto em que os retiram do ensino escolar, não poucas vezes queixando-se injustamente dos pobres professores primarios. [...] Para que, pois, falar em **progresso**, quando olhamos com tamanha indiferença para a primeira e mais solida base do **progresso** social? É inútil [...] (EM PROL DA INSTRUCÇÃO. O Progresso. Uberabinha, MG. Ano 2, nº 99, 04/08/1909, p.1).

Segundo a idéia do jornal, como poderá uma nação evoluir se nem sequer os indivíduos que a compõe, não conseguem completar ciclo elementar? A educação humana, no ideário evolutiva da espécie, está vinculado a uma perspectiva civilizatória e, para progredir, é preciso disseminar com a ignorância. Para o progresso social é preciso uma condição primordial: a ordem

Não precisamos reagir é necessario diffundir a instrucção pelas camadas populares, custe, o que custar, até mesmo porque ella é a base fundamental dos regimes democraticos. Onde reina a ignorancia não pode reinar a justiça e a liberdade que constituem o mais bello ideal de **progresso** e civilização. Dignos pais de familia de Uberabinha educae vossos filhos, ainda mesmo com sacrificio, e ficae certos de que a instrucção, associada á boa educação, é a melhor e a mais duradora das riquezas que podereis legar-lhes. No futuro elles saberão reconhecer, pretando-vos a devida homenagem de profundo amor e filial gratidão, esse nobilismo sacrificio do amor paterno. Dr. Pedro Salazar (EM PROL DA INSTRUCÇÃO. O Progresso. Uberabinha, MG. Ano 2, nº 99, 04/08/1909, p.1).

O apelo altamente passional do Dr. Salazar em defesa da instrução demonstra de forma evidente o discurso ideológico da época. Dizendo mais claramente, suas palavras expressam o perigo da ignorância, tomando-a como um grande mal que não permite a evolução de um povo. Para que o município de Uberabinha não desfaleça, é preciso sair

desse estado infame e trazer para si a “riqueza duradoura”, que somente é alcançada através da instrução.

Outro ponto que não poderia deixar de mencionar é o importante papel da Câmara Municipal na difusão do ensino primário, tão enfatizado pela imprensa. Conforme já foi explicitado, a Câmara do Município de Uberabinha contribuiu visivelmente, ora de uma forma mais e ora menos inócua, para o desenvolvimento do município através da instrução. De acordo com *O Progresso* de onze de maio de 1912:

[...] A camara que em primeiro de junho termina o seu mandato, muito fez em melhoramentos de utilidade publica, deixando de si grata memoria assignalando uma epocha de prosperidades, iniciadora de grandes feitos para o fucturo desta terra, e legando á sua successora o exemplo de sua actividade e honesta administração. [...] Outro serviço inadiavel e de indiscutivel oportunidade, é, de accordo e secundando os desejos do Governo do Estado, promover e auxiliar a diffusão do ensino primario, com a creação de escolas ruraes em diversos pontos onde a população forneça alumnos para o seu funccionamento. Para um e outro serviço, abertura de estrutura de estradas e creação de escolas, é indispensavel o levantamento de uma planta cadastral do municipio, abrangendo minuciosamente os dois ramos, territorial e população. Só assim poderá ser feito o serviço de estradas, de utilidade geral, sem favorecimento de quem quer que seja em particular e a creação de escolas. [...] Macharmos para uma epocha de progresso e é nosso dever ir ao seu encontro, dando-lhe abrigo dentro de nossa fronteiras. A prosperidade e o fucturo serão de nossos vindouros. (COLLECTIVISMO II. O progresso Uberabinha, MG, ano 5, nº 238, 11/05/1912, p.1)

E, por se falar no interesse do governo do Estado na difusão do ensino primário, já foi ressaltada a contribuição de Júlio Bueno Brandão na construção do primeiro Grupo Escolar de Uberabinha nos anos 1910. A imprensa retratou com grande sensacionalismo a vinda do governo mineiro a Uberabinha, em 1911:

[...] Visita que nos trouxe um congraçamento político, que nos trouxe a paz fundindo em um só, os partidos que se digladiavam de dia para dia cada vez mais. Quando outros motivos não houvessem para que apreciaremos a sinceridade e a patriotismo com que s. exa. administra e zela pelo bem do seu Estado [...] Em homenagem a esse dia em que s. exa. pelos laços sagrados de

um dever moral, uniu os homens que nos dirigem a politica, nos dará ó Santo Deus! Nos dará um grupo escolar! [...] – P. da Cunha. (A VISTA PRESIDENCIAL. O Progresso. Uberabinha, MG, ano 4, n.º 187, 13/05/1911, p.1 e 2).

Como foi dito, os grupos escolares representavam o que existia de mais moderno no período da Primeira República. A grandeza arquitetônica de seus edifícios expressavam a inovação do sistema pedagógico que refletia os ideais da modernidade e do progresso local e, a municipalidade de Uberabinha que nutria tamanho anseio pelo progresso, não poupou esforços para a realização desse ideal. Assim, junto ao então presidente do estado mineiro, promoveram uma parceria que levou à concretização da construção e funcionamento do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão.

Ora, era preciso formar os professores para atuarem nos grupos escolares e essa formação teria de ser de acordo com os valores defendidos na época: os ideais de progresso. A difusão das concepções de ilustração e evolução tinha que passar, primeiro, por um processo de arraigamento nas mentes dos profissionais docentes e, por isso, o grande interesse na criação das escolas normais.

Desse modo, outro grande feito sobre a educação que foi retratado pelo editorial, foi o anseio quanto a criação da Escola Normal em Uberabinha:

[...] Falando sobre instrução lembrou o dr. Silvino que, tendo o governo do Estado resolvido a criação de uma Escola Normal no Triangulo, devia-se pedir lhe para que fosse esta estabelecida em Uberabinha, visto como Uberaba ja tem sido por demais beneficiada pelo governo com diversos estabelecimentos publicos e de instrução, ao passo que Uberabinha, modestamente encolhida na sua obscuridade, vai deixando desaproveitados os valiosos dons de que dispõe, pelo seu clima, pela uberidade de seu territorio e até pela sua posição geographica, mais no centro do Triangulo.”

E isto é uma verdade.

O dr. Silvino que por quasi duas horas se fez ouvir com agrado, deixou de sua preleção uma agradável impressão no auditorio, convencido de que realmente

nós temos direito de exigir do governo, mais do que elle nos tem dado, em troca do muito que nos lhe damos.

A Escola Normal era um acto de verdadeira justiça. (UM CONFRONTO. O Progresso Uberabinha, MG, ano5, nº 244, 22/ 06/1912, p.1).

A Escola Normal, criada no ano de 1924 anexa ao Ginásio de Uberabinha, foi auxiliada pelo poder público local pois, esses últimos, acreditavam que o atraso social seria superado devido à implantação da Escola Normal em consonância ao já existente Grupo Escolar. Esses dois estabelecimentos de ensino funcionando em harmonia supririam, nesse sentido, a necessidade de escolarização do município que, conseqüentemente e devido à sua privilegiada localização geográfica, atrairia a “civilização” para seu território. Desse modo:

[se juntos] estivessem o Grupo Escolar e a Escola Normal, Uberabinha se julgaria feliz, porque as benificas auras da instrucção viriam reformar totalmente seu ambiente, fazendo possível para o completo desaparecimento do atraso [...] occorrendo que, estes melhoramentos, por sua natureza seriam os percursores da actividade, enquanto que o povo, satisfeito e lisongead, envidaria esforços para que o apparecimento das industrias fosse o admiravel completo do progresso. (A INSTRUÇÃO EM SANTA MARIA. O Progresso. Uberabinha, MG, ano 5, nº 246, 06/07/1912, p.1).

Concomitantemente, os Grupos Escolares e as Escolas Normais constituíram uma parceria importante para a disseminação dos ideais de modernidade, tendo a escola como o principal instrumento. Essa questão se confirma nos dizeres do semanário *A Tribuna*, também aqui analisado:

Evidentemente Uberabinha segue em marcha firme para o progresso. Apesar da crise desoladora que feriu profundamente o triangulo, a bella cidade cresce, modernizando-se, provendo-se de melhoramentos indispensáveis ao grande centro. [...] A tudo isso se vem juntar a iniciativa particular: os palacetes elegantes e confortáveis se multiplicam, um magestoso prédio para Gymnasio, que funciona, bem como Grupo Escolar, vários collegios e escolas particulares, com extraordinária freqüência de alumnos (A.S.N. De Uberabinha. *A Tribuna*, Semanario Independente, Uberabinha, MG, ano IV, nº 161, p.2, 22 /10/1922).

Observa-se que o significado de progresso não aparece desvinculado da questão da instrução. Os centros comerciais, a imprensa, a beleza da cidade, a imponência dos palacetes e prédios em que funcionam a Escola Normal e o Grupo Escolar surgem como um aparato visível do progresso de Uberabinha.

Em *A Tribuna*, por haver questões mais significativas para essa análise, fez-se um recorte temático que vai de 1919 até o ano de 1925. Já no primeiro exemplar desse jornal, a apresentação revela o estilo jornalístico do mesmo:

Cidade relativamente grande e prospera, agitada actualmente por um intenso sopro de atividade e gozando de um nome merecida de centro commercial e agricola, Uberabinha resentia-se, de tempo a esta parte, de um jornal imparcial e estavel, que viesse defender, no campo das ideas, os seus multiplos interesses e as aspirações que a sua sede de progresso desenvolve e armazena. [...] Este jornal não mira, pois outro fim que não seja o de acompanhar, a par-e-passu, o progresso de Uberabinha e do Triangulo, collaborando como os obreiros dos seus melhoramentos e incentivando as suas boas iniciativas (A TRIBUNA. A Tribuna, Semanario Independente e Noticioso. Uberabinha, MG, ano 01, 07/07/1919, p.1).

A preocupação com o progresso de Uberabinha foi também assunto de grande relevância para esse periódico. O ideal de progresso ligado ao desenvolvimento da instrução da população local, demonstra claramente a concepção da época em todo território nacional. Quer dizer que os ideais da modernidade se fizeram presentes em Uberabinha, também, nesse periódico.

Ele mostra em seus dizeres a expressão da cultura européia sobre a idéia de progresso, pois era o continente europeu que ditava esse modelo de “civilização” e modernidade, típico das sociedades mais evoluídas. A imprensa uberabinhense, ao fazer uso dessa idéia, retrata evidentemente a dissimulada idéia de atraso das sociedades que não se equiparassem ao ideal europeu de mundo “civilizado”.

[...] A respeito do progresso e da cultura do nosso povo são emitidas as opiniões mais desencontradas e contradictórias. Isso, que á primeira vista parece um absurdo, tem uma explicação muito facil, provindo sempre o erro da generalisação que considera o Brasil com um todo homogeneo. Um estrangeiro que nos visita entende naturalmente de bem julgar-nos pelo que vê e observa, levando ás mais das vezes, é bom notar, impressões agradaveis do litoral civilizado. Qualquer de nós é levado a compreender assim tambem a cultura da nossa gente pelo conhecimento que tem do adiantamento do lugar onde vive. Nessa condições, a avaliar pelo atrazo em que jazem muitos dos nossos Estados, não poderíamos, é certo, competir nem com a maioria das colonias africanas que já vão tendo as suas necessidades pelas respectivas metrópoles...(ANDRADE, LAMOUNIER DE. Do Rio. Educação e cultura. Os nossos exageros. A Tribuna, Semanario Independente e Noticioso, Uberabinha, MG, ano I, nº10, p.1, 16/11/1919)

O redator dispõe uma comparação entre o mundo “civilizado” e os países do continente africano. O primeiro é a imagem de uma sociedade moderna e, portanto, “superior” na escala evolutiva, ao contrário dos africanos que são renegados a uma posição marginalizada da humanidade. Na tentativa de fazer um paralelo dessas realidades com o que ocorre no Brasil e, consequentemente, em Uberabinha, o autor utiliza da ideologia de “ordem e progresso” advinda da Europa.

O já mencionado favorecimento natural de Uberabinha é colocado em evidência nos noticiários do município. Com o grande florescimento industrial era preciso formar a mão de obra para atuar nessa nova realidade liberal, e isso seria possível, também, pela inculcação através da formação de opinião feita, seja pela escola e/ou pelos folhetins. A título de exemplo, ressalta-se:

A cidade de Uberabinha, cujo os brilhantes destinos como centro de actividade e de trabalho, não cançavamos de repetir, atravessa presentemente uma phase de intenso progresso industrial, representando por inumeros pequenos estabelecimentos, todos movido á eletricidade, de que dispomos actualmente. De facto, dotada de excelentes elementos naturaes, contando em seu seio homens emprehendedores e activos, possuindo energia electrica sufficiente para a instalação de grandes industrias, gozando de um clima sadio e de uma serie de melhoramentos que a collocou em primeira linha, entre as demais cidades

mineiras, Uberabinha oferece todas as possibilidades para se tornar um grande centro exportador. [...] Tudo nos anima e nos faz crer no futuro grandioso de Uberabinha. Tenham nossos homens força de vontade e união, que tudo se fara! Exforcem-se, trabalhem-se, trabalhem que o producto abençoado do trabalho há de levar Uberabinha ao nivel de estrella de primeira grandeza. E assim há de ver, porque uma terra que possui os elementos naturaes com que contamos, tem de ser fatalmente grande e rica. (SURTO INDUSTRIAL. A Tribuna, Semanario Independente e Noticioso. Uberabinha, MG, ano I, nº25, p.1, 29/02/1920).

Em comemoração aos trinta e um anos da Proclamação da Republica brasileira, surge uma artigo que faz uma análise dos maiores motivos do atraso de uma nação, coloca-se:

[...] O Brasil tem tido maos governos e por isso não gosa ainda das vias de communicação indispesaveis ao seu desenvolvimento; a instrucção publica, base de qualquer democracia [...] Mas para que o Brazil se torne verdadeiramente grande e belo, para que a nossa patria represente dignamente no continente o papel que o destino lhe aponta, é indispensável que se extermine de uma vez para sempre o flagelo terrivel da politicagem, é urgente que se acabe com o espantallo do analphabetismo que são os verdadeiros impecilhos das administrações bem intencionadas. Esses, sim, é que são os grandes males que se antepõem ao nosso progresso (O ANIVERSARIO DA REPUBLICA. A Tribuna, Semanario Independente, Uberabinha, MG, nº62, ano II, p.1, 15/11/1920).

Segundo a descrição, o ato praticado por governantes que agem em interesse próprio não contribui para o desenvolvimento da sociedade da maneira como deveria ser, ou seja, através do investimento na instrução de seus integrantes. Além do mais, o contingente de analfabetos constituía um grave empecilho para uma nação de cunho democrático, pois não possibilita o melhoramento e progresso de uma forma geral.

A fundação do prédio em que funcionou o Ginásio de Uberabinha apresenta outro aspecto típico da Primeira República. A euforia por parte das mais diversas classes do município retrata a imensidão do pensamento dos mesmos diante da feição de modernidade

presente na arquitetura e adornos do prédio destinado à essa instituição de ensino. Segundo Eurico Magalhães, autor desse artigo:

[...] Hoje, é Uberabinha, - que me prende e fascina coma as magnitudes deleitosas de sua graça e o meigos esplendores de seu formoso progresso,-[...] atestanto-o, de modo indiscutível e flagrante, a criação de seu Gymnasio, - um dos melhores do Estado, pela competencia de seus professores, - o qual funciona num majestoso edificio, dotado de amplas salas hygienicas e de um adequado mobiliario e aparelhagem, em que os alunos podem, com um pouco de esforço, aprender, com as noções de elementares de sciencias humanas, e regras salutaes de cultura fyisica, destinadas a tornarem a existencia mais saudavel e feliz. Cumpre ainda assinalar que a erecção desse monumento da intelligencia que fará, - eu o espero – de Uberabinha um dos mais luminosos centros da cultura mineira [...]. (MAGALHÃES, Eurico, A Escola do Centenario. A Tribuna, Semanario Independente. Uberabinha, MG, ano III, nº104, 07/07/1921).

O prédio onde funcionou o Ginásio foi inaugurado no dia sete de setembro de 1922, conforme coloca o mesmo artigo, e mostra nas entrelinhas de maneira evidente o clima de euforia que retrata o ideal de ordem e progresso arraigado na mentalidade dos munícipes daquela época.

Por isso mesmo eu me animo a lembrar, aos seus pro-homens e à população em geral, a fundação no dia 7 de setembro de 1922, - quando festejaremos os primeiros cem annos de nossa vida livre, - de um escola destinada às crianças pobres, aos seus filhos dos homens que dedicam as suas forças ao trabalho fecundo, estabelecimento que as instrúa e eduque e lhes desperte, nas consciencia rudimentares, o amor da grande patria brasileira, como se numa escura tapéra enlapada na rocha, uma fenda insolita deixasse penetrar o glorioso esplendor de um raio de sol. Seu nome ser a <<Escola do Centenario>> para demonstrar aos pósteros o jubilo de que nos possuímos uma grande data, ao lado do interesse pelo progresso de nossa cidade,- viva particula da patria comum e átomo disperso da consciencia nacional. [...] Uberabinha conquistará, no seio de suas irmãs do Triangulo, mais um titulo de gloria e de respeito que irá augmentar o seu já avultado patrimonio de belas obras, realizadas pelas afirmações de seu progresso. (MAGALHÃES, Eurico, A Escola do Centenario. A Tribuna, Semanario Independente. Uberabinha, MG, ano III, nº104, 07/07/1921).

O Ginásio de Uberabinha, juntamente com o Grupo Escolar representavam a realização do ideal dos munícipes, levando em consideração as concepções que circularam em território brasileiro naquele momento.

A preocupação com a instrução era tamanha que foi aberto em Uberabinha, no ano de 1923 e sob a direção de Nelson Cupertino, é noticiado o funcionamento da escola de aula noturna:

A 1º de agosto, certamente, vão começar as aulas da escola noturna municipal sob a direção do Sr. professor Nelson Cupertino. É um bello serviço que a gestão actual da nossa Camara vae prestar a Uberabinha. É preciso que os nossos conterraneos saibam corresponder a essa intenção dos nossos dirigentes, mandando ás aulas nocturnas aos seus filhos diariamente ocupados. É necessario que a classe caixerai, os operarios, os carroceiros, os empregados municipaes ou de fabrica, todos, enfim, se capacitem que cabe o brasileiro bom espancar o analfabetismo e que essa incumbencia está em cada um, fazendo de sua parte o que a Camara espera, o que o Estado almeja, o que a nação anseia. [...] A escola primaria, a base, o primeiro marco para o saber; o primeiro golpe ao analfabetismo, é a mais bella grandeza de um paiz como o Brasil [...]. (A ESCOLA MUNICIPAL. A Tribuna, Uberabinha, MG, 29 de julho de 1923, ano IV, nº202, p.1).

Na tentativa de encaixar os filhos da classe trabalhadora ao modelo da nova ordem, os dirigentes de Uberabinha viram na escola noturna a possibilidade de formar mão-de-obra para satisfazer as necessidades do sistema vigente como, colocados ao longo desse texto, de concretizar os princípios patrióticos e de higiene tão em voga nesse período da história do Brasil.

Interessante notar como os periódicos aqui analisados não se apresentaram como um objeto neutro diante do ocorrido da época pesquisada. Além de contribuir para a (re)

construção de um determinado período histórico, os periódicos se revelaram um objeto rico no que se refere às concepções vivenciadas no tempo da Primeira República.

. .

De posse dos dados obtidos das fontes estudadas fez-se um cruzamento de informações com a bibliografia especializada dos estudiosos clássicos da História da Educação.

O objetivo aqui foi observar ambas as perspectivas – das fontes primárias e da bibliografia utilizada – na tentativa de propor uma síntese que melhor representasse a realidade estudada.

Assim, fez-se possível a resolução da questão proposta no início deste, ou seja, o de demonstrar como a idéia de progresso encontra-se vinculada à concepção de ilustração na municipalidade de Uberabinha tendo, como objeto de estudo a educação escolar.

Os periódicos consultados e as atas da Câmara Municipal de Uberabinha demonstraram, abertamente, a sua preocupação em instruir os membros do município para que, desse modo, pudesse progredir. É nítida como se faz presente nas fontes estudadas a concepção iluminista e o caráter evolutivo adotado como concepção orientadora na Primeira República, que viam na educação a chave das mazelas sociais.

Para melhor demonstrar essa posição, optou-se por dividir este discurso em três tempos, com o intuito de elucidar como os ideais iluministas, positivistas e evolutiva também se encontravam presentes no discurso educacional da cidade de Uberabinha, MG.

Nas Atas da Câmara, os ideais iluministas e evolutivos surgem no discurso, por parte dos dirigentes, de investimento na educação dos munícipes como sendo essa a responsável por alavancar o nível social de Uberabinha. Os periódicos – *O Progresso* e *A Tribuna* – proferidos pelos intelectuais da época, aderem ao mesmo ideal e, vêem na educação a força condutora do município a tempos mais evoluídos.

Ambas as fontes, entretanto, utilizam-se do discurso de vocação para o progresso que imperava em Uberabinha. A questão da privilegiada localização geográfica e do “abençoado” potencial natural, somente vieram reforçar o discurso de progresso, aderida no município, tendo a educação um importante papel na realização desses ideais.

As informações aqui mencionadas tentaram demonstrar a riqueza da documentação sobre o período da Primeira República em Uberabinha, bem como as principais idéias presentes nas atividades políticas e nos jornais de época desse município pois, essas demonstram de uma maneira clara a idéia de progresso vinculada à concepção de educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste foi recuperar, analisar e interpretar o caminho percorrido pela História da Educação em Uberabinha, MG, no período da Primeira República.

Isso foi possível através do estudo da documentação oficial, especificamente as Atas da Câmara Municipal e, também, as reportagens aqui reunidas, “*O Progresso*” e “*A Tribuna*”, amparados pela pesquisa bibliográfica em História da Educação.

Nessa perspectiva, foi possível compor um quadro que inter-relacionasse o processo educacional em Uberabinha com o que estava acontecendo em território brasileiro naquele momento.

Para se responder à questão proposta no início dessa pesquisa, ou seja, demonstrar como a idéia de progresso se encontrava vinculada à concepção iluminista do século XVIII e do positivismo e evolucionismo do século XIX, tendo em foco a educação escolar, foi preciso averiguar cada uma dessas tendências.

Assim, fez-se necessário buscar a genealogia da palavra progresso, mais especificamente a partir do século XVIII. Foi principalmente na França que os ideais

iluministas tiveram sua gênese e onde a idéia de progresso como conhecemos hoje começou a ser delineada.

Junto às concepções iluminista e cientificista que vieram a tomar conta do Brasil da Primeira República estão mesclados, também, os ideais evolucionistas e positivistas típicos do século XIX. Essas correntes filosóficas foram de suma importância para se levar à compreensão das concepções que fizeram parte do ideário nacional e, lógico, de Uberabinha no estado de Minas Gerais.

Como se pôde notar ao longo dessa explanação, foram utilizados alguns pensadores – três iluministas e dois evolucionistas – como representantes das correntes do pensamento filosófico.

A compreensão do pensamento desses teóricos é muito importante para o entendimento do ideal de progresso e de educação que vieram a circular em nosso país no início do período republicano.

Demonstrar como os ideais da ilustração e do evolucionismo adentraram em território brasileiro, se retratou a história desde a época do império em 1870. Mesmo sendo a data da Proclamação da República no ano de 1889, os últimos trinta anos desse século foram decisivos para a implantação da nova ordem que veio vigorar no cenário nacional.

No Brasil, assim como na Europa liberal, o ideal de progresso aparece acoplado ao desenvolvimento da educação. Isso é evidente no movimento do entusiasmo pela educação

e do otimismo pedagógico, que constituíram um acontecimento concreto advindo das novas idéias que passaram a circular em nosso país nessa época.

Foi devido a essas “novas idéias” que, durante a Primeira República, a escolarização passa a ser concebida como uma alavanca capaz de conduzir ao progresso. A instrução escolar passa a ser, então, o ente condutor de uma nação há tempos mais evoluídos sendo assumida, portanto, essa perspectiva pelo município de Uberabinha, MG. Tal ideário está presente na análise tanto das Atas da Câmara Municipal quando no discurso presente na imprensa uberabinhense.

No caso da primeira, é freqüente o esforço dos dirigentes políticos em ampliar a rede de escolarização no município, seja através de incentivo a pequenas escolas, seja pelo esforço em construir um grande complexo educacional na cidade, constituído pelo Grupo Escolar e pela Escola Normal.

Quanto ao segundo, há nos noticiários de *O Progresso (1907-1914)* e *A Tribuna (1919-1925)*, discursos que enfatizam o esforço da Câmara Municipal em alavancar o progresso local através da instrução. Dentre alguns, pode-se evidenciar o auxílio por parte do poder público às escolas da iniciativa privada, o sistema de parceria entre a Câmara o governo do estado e até mesmo a criação de uma escola noturna para os alunos trabalhadores.

Além do mais, pode-se observar nos jornais pesquisados o discurso ideológico em defesa da instrução. A parcela de intelectuais locais advogou veemente a idéia de que a educação seria capaz de resolver todos os males do atraso social, seja na alegação de

formar trabalhadores qualificados para atuarem nas emergentes indústrias locais, ou quando se desmanchavam em críticas à indolência dos maus governantes que não investiam na educação de forma consistente.

Essa elite acreditava veemente no poder (re) construtor da escolarização e, ao criticarem o alto índice do analfabetismo, comparava-o a uma desgraça semelhante ao atraso das colônias européias na África. Para esses editores, os países africanos padeciam de atraso social, fruto da ignorância de seus povos e que, abaixo na linha da evolução histórica, padeciam do mal da não-civilidade.

Mas a superação do retardo social se daria, conforme os intelectuais da época, pela educação de seus integrantes. Mas era preciso, também, educar adequadamente aqueles que seriam os responsáveis por professar em favor da nova ordem: a classe docente.

Por isso, a proliferação de escolas normais nos grandes centros urbanos constituiu uma necessidade para se formar o profissional que iria atuar nos grupos escolares. Assim sendo, é evidente que os periódicos enfatizassem tanto a importância de uma escola de formação de professores no município de Uberabinha.

Juntamente com esses aspectos tão em voga nesses noticiários uberabinhenses, se encontrava a concretização desses ideais. A beleza dos palacetes em que funcionou o Grupo Escolar e a Escola Normal junto aos centros comerciais, representaram a expressão da modernidade em um município que possuía vocação para o progresso.

Assim como em todo o território brasileiro, o município de Uberabinha adere aos ideais de ilustração e de progresso e, através de seus dirigentes e da imprensa local, a população uberabinhense passou a disseminar, no período da Primeira República, a concepção de educação como eixo condutor do progresso da municipalidade.

Promovendo a comparação e análise das questões e discussões educacionais encontrados na documentação pesquisada foi possível identificar e descrever as principais idéias relativas à educação, externadas pela sociedade uberabinhense na época estudada. De uma maneira sucinta, pode-se afirmar que, no período da Primeira República, as elites de Uberabinha se uniram no esforço de alavancar a educação escolar no município.

O conjunto de informações demonstra a importância da documentação sobre o período e as principais representações presentes nas atividades políticas de Uberabinha, uma vez que, demonstram claramente a idéia de progresso que se encontrava arraigada no imaginário uberabinhense daquela época.

F O N T E S

1. Periódicos:

O PROGRESSO, “O abastecimento d’água”, Uberabinha, MG, anno I, nº 31, de 19 de abril de 1908.

O PROGRESSO, “Em prol da instrução”, Uberabinha, MG, anno II, nº 99, de 04 de agosto de 1909.

O PROGRESSO, “A vista presidencial”, Uberabinha, MG, anno 4, nº 187, de 13 de maio de 1911.

O PROGRESSO, “Collectivismo II”, Uberabinha, MG, anno 5, nº 238, de 11 de maio de 1912.

O PROGRESSO, “Um confronto”, Uberabinha, MG, anno 5, nº 244, de 22 de junho de 1912.

O PROGRESSO, “A instrução em Santa Maria”, Uberabinha, MG, anno 5, nº 246, de 06 de julho de 1912.

A TRIBUNA, “A Tribuna”, Uberabinha, MG, anno I, nº 01, de 07 de julho de 1919.

A TRIBUNA, “Do Rio: Educação e Cultura”, Uberabinha, MG, anno I, nº 10, de 16 de novembro de 1919.

A TRIBUNA, “O aniversário da República”, Uberabinha, MG, anno II, nº 62, de 15 de novembro de 1920.

A TRIBUNA, “A escola do centenário”, Uberabinha, MG, anno III, nº 104, de 07 de julho de 1921.

A TRIBUNA, “A. S. N.”, Uberabinha, MG, anno IV, nº 161, de 22 de outubro de 1922.

A TRIBUNA, “A escola municipal”, Uberabinha, MG, anno IV, nº 202, de 29 de julho de 1923.

2. Atas da Câmara Municipal de Uberabinha, MG:

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Atas da Câmara Municipal de Uberabinha do dia 19 de junho de 1906. Uberabinha: Sala de reuniões do Paço Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Atas da Câmara Municipal de Uberabinha do dia 03 de julho de 1906. Uberabinha: Sala de reuniões do Paço Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Atas da Câmara Municipal de Uberabinha do dia 18 de julho de 1906. Uberabinha: Sala de reuniões do Paço Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Atas da Câmara Municipal de Uberabinha do dia 27 de dezembro de 1906. Uberabinha: Sala de reuniões do Paço Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Atas da Câmara Municipal de Uberabinha do dia 13 de janeiro de 1908. Uberabinha: Sala de reuniões do Paço Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Atas da Câmara Municipal de Uberabinha do dia 10 de agosto de 1908. Uberabinha: Sala de reuniões do Paço Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Atas da Câmara Municipal de Uberabinha do dia 18 de setembro de 1908. Uberabinha: Sala de reuniões do Paço Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Atas da Câmara Municipal de Uberabinha do dia 16 de setembro de 1912 . Uberabinha: Sala de reuniões do Paço Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Atas da Câmara Municipal de Uberabinha do dia 21 de novembro de 1924. Uberabinha: Sala de reuniões do Paço Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Atas da Câmara Municipal de Uberabinha do dia 03 de abril de 1926. Uberabinha: Sala de reuniões do Paço Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Atas da Câmara Municipal de Uberabinha do dia 08 de abril de 1926. Uberabinha: Sala de reuniões do Paço Municipal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A ENCICLOPÈDIA: Textos escolhidos. Tradução: Luíza Tito Moraes. São Paulo: Martins Fontes, 1974.

ARANTES, Jerônimo. *Cidade dos sonhos meus*: memória histórica de Uberlândia; Uberlândia: Edufu, 2003.

AZZI, Riolando. *A concepção da ordem social segundo o Positivismo Ortodoxo brasileiro*. São Paulo: Edições Loyola, 1980.

BARROS, Roque Spencer Maciel. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: EDUSP/Convívio, 1959.

BORGES, Vera Lúcia A. *A instrução pública na fala da elite*: modernização, republicanismo e ensino primário no Brasil (Minas Gerais, 1892-1898). São Paulo: PUC/SP (tese de doutorado), 1998.

BOTH, Ivo José. *Municipalização da educação*: uma contribuição para um novo paradigma de gestão do ensino fundamental. Campinas, São Paulo: Papirus, 1997.

BOTO, Carlota. *A escola do homem novo*: entre o iluminismo e a revolução francesa. São Paulo: Unesp, 1996.

BOUDÉ, Guy & MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. S.I, Portugal: Publicações Europa-América, s/d.

CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. Tradução: Álvaro Lorencinni. São Paulo: Unesp, 1999.

CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.

CAPRI, Roberto. *O Brasil e seus estados*: Minas Gerais e seus municípios. São Paulo, Capri&C, 1916.

CARVALHO, Carlos Henrique de. *República e imprensa*: as influências do Positivismo na concepção de educação do professor Honório Guimarães – Uberabinha-MG (1905-1922). Uberlândia, MG: EDUFU, 2004.

COMTE, August. *Curso de filosofia positiva*. Tradução: José Arthur Giannotti. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

CONDORCET, C. *Esboço de um quadro histórico do progresso do espírito humano*. Tradução: Carlo Alberto Ribeiro de Moura. Campinas: Editora Unicamp, 1993.

COSTA, João Cruz. *Contribuição das idéias no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A. 1967.

DURANT, Will. *Os grandes filósofos: a filosofia de Herbart Spencer*. Tradução: Maria Theresa Miranda. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint, s/d.

EBY, Frederick. *História da educação moderna*. Tradução: Maria Ângela V. Almeida. São Paulo: Editora Globo, 1962.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Rio Grande do Sul: Ed. Passo Fundo, 2000.

FLORES, Maria Marta Lopes. *Escola nucleada rural: histórico e perspectivas – Catalão-GO (1988-2000)*, Dissertação de Mestrado, 2000.

GONÇALVES NETO, Wenceslau e CARVALHO, Carlos Henrique de. O nascimento da educação republicana: princípios educacionais nos regulamentos de Minas Gerais e Uberabinha (MG) no final do século XIX. In: GATTI JR, Décio e INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs). *História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2005.

GUEDES, António José de Oliveira. *Evolucionismo e educação: a filosofia da educação no positivismo evolucionista de Herbert Spencer*. Lisboa: Edições Asa, 1999.

KANT, Immanuel. *Sobre a pedagogia*. Tradução: Francisco Cock Fontenella. Piracicaba: Ed. Unimep, 1996.

_____. *Filosofía de la historia*. Tradução: Eugenio Ímaz. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

LARROYO, Francisco. *História geral da pedagogia*. São Paulo: Mestre Jou, 1974.

MANACORDA, Mario A. *História da educação: da antiguidade aos nossos dias*. São Paulo: Cortez, 1999.

MAYER, Frederick. *História do pensamento educacional*. Tradução: Helena Maria Camacho. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no tempo da República*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1962.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

NEVES, Margarida de Souza & HEIZER, Alda. *A ordem é o progresso: o Brasil de 1870 a 1910*. 12ª edição. São Paulo: Atual, 1991 (História em Documentos).

NISBET, Robert. *História da idéia de progresso*. Tradução: Leopoldo José Jobim. Brasília: Editora UNB, 1985.

OLIVEIRA, Cleiton de, et all. *Municipalização do ensino no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

PAULA, João Antônio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PEIXOTO, Anamaria Casassanta. *Educação no Brasil – anos 20*. São Paulo: Loyola, 1983.

PEZUTTI, Pedro. *Município de Uberabinha: História, Administração, Finanças, Economia*. Uberabinha: Oficinas Typográficas da Livraria Kosmos, 1922.

PINHEIRO, José Lucindo. *Câmara Municipal de Uberlândia de 1892 a 2000*, s/d (Mimeo).

PINHEIRO, José Vanelli. *A UNDINE e a municipalização do ensino*. Tese de Mestrado. Uberlândia, MG, 2001.

RIBEIRO, Maria Luíza Santos. *História da educação*. São Paulo: Autores Associados, 2003.

RODRIGUES, Maura Afonso. *Fagulhas de história do Triângulo Mineiro*. ABC-Sabe, 1988.

SINGER, Paul. *O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930)*. In: CARDOSO, Fernando Henrique (org). *O Brasil republicano*, Tomo III: Estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

SOARES, Beatriz. *Uberlândia: Da cidade Jardim ao Portal do Cerrado – Imagens e Representações do Triângulo Mineiro*. São Paulo: USP, 1995.

SOUSA, Elizabeth Coelho de. *A política do ensino: da teoria à prática*. Tese de Mestrado, Uberlândia, MG: 1999.

SOUZA, Rosa Fátima. *Templo de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: EDUNESP, 1998.

SPENCER, Herbert. *Da educação: intellectual, moral e physica*. Lisboa: Empresa Litteraria Fluminense, 1886.

TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central: história do município de Uberlândia*, volume II, 1970.

TURGOT, Ane-Robert-Jacques. *Discursos sobre el progresso humano*. Tradução: Gonçal Mayos Solsona. Madri: Editorial Tecnos, 1991.

WIRTH, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

XAVIER, Maria Elisabeth S. P. *Capitalismo e escola no Brasil*. Campinas: Papirus, 1990.

ANEXO

COLLEGIO BANDEIRA

“Inaugurou-se sabbado passado, 11 do fluente, este futuroso estabelecimento de educação fundado pelo emerito preceptor sr. José Felix Bandeira.

Á solenidade da installação que se efectuou ao meio dia, compareceram as professoras e alumnas da 1^a.e 2^a.cadeira estadoaes do sexo feminino a cargo das sras.d. Maria Etelvina da conceição e d. Alvina de Sousa; da 1^a. cadeira do sexo masculino regida pelo professor Honorio Guimarães e o batalhão infantil do conceituado (Externato Dr. Carvalho Brito), dirigido pelo professor Leoncio Chaves, alem de muitas familias e cavalheiros do nosso meio social.

Abriu a solenidade o sr. Francelino Cardoso que, num discurso vibrante de enthusiasmo, saudou o professor Bandeira e a infancia, sendo apoz executado pela banda União Operaria que brilhantava a festa, um bonito dobrado.

Em seguida follou o inteligente menino José Coelho de Almeida, matriculando do collegio, o qual, com um bonito e engraçadinho discurso tirou inumeros aphausos do auditorio.

Fallou depois o profesor Honorio Guimarães, em termos encomiasticos ao impulsionamento do ensino. Depois, o Reverendissimo sr. Padre Pio Dantas, pronunciou uma bonita allocução applaudindo a luz e a instrucção, com palavras cheias de judiciosos conceitos de altos sentimentos religiosos.

Usou da palavra o professor João Basilio de Carvalho que, num pequeno e feliz discurso, disse o seu enthusiasmo pela solemnidade que representava o passo firme dos uberabinhenses na senda do **progresso**. Por fim, o sr. Francelino Cardoso falou em nome do professor Bandeira, agradecendo o concurso de todos os assistentes à aquella festa infantil.

Ao terminar o acto, na frente do estabelecimento o habil photografo José dias Machado esbarrou os assistentes para photografa-los.

A's crianças foi servida farta mesa de quitandas e chás.

A' noite foi improvisada uma soirú que se realizou no salão principal do Collegio, tendo-se prolongado até a madrugada.

Agora comprimentamos ao sr. professor Bandeira, pelo brilhantismo que teve a instalação do seu Collegio e fazemos votos profundos pela felicidade dessa casa de instrucção, que vem cooperar no engrandecimento de nossa terra, presentemente cheia do mais promissor florecimento.”p.2

EM PROL DA INSTRUÇÃO

“Nada mais difícil no centro de que trabalhar pela causa do **progresso** e da educação: todos os obstáculos surgem cada hora para anularemos os melhores esforços empregados nessa esfera superior de sacrifício e a

Passa-se justamente o contrario do que devia dar-se onde fallecem os recursos para aquisição da instrução secundaria ou profissional: a má vontade de uns a indiferença de muitos cercam a iniciativa particular de taes dificuldades, que realmente é preciso excepcional heroismo para vencel-as e para levar avante qualquer tentamem educativo.

Quando em outros paizes até o umilde filho do povo, o filho do operario, procura á custa de ingentes sacrificios, receber a instrução fundamental em escolas complementares, mesmos em garantia do modesto officio que vai exercitar, no Brazil Republicano ainda se considera como objecto de luxo a instrução, desde que esta passe os limites do ensino elementar da aula primaria onde aliás a maioria dos que frequentam nem sequer terminaram o curso regulamentar.

Nestas condições, como esperar o **progresso**, se o **progresso** de um povo depende antes de tudo do amor á instrução?

É o mesmo que pretender colher o fruto de uma arvore, sem dispensar-lhe o necessario cuidado para a sua florescia e vitalidade.

Emquanto a ignorancia fôr uma instituição na sociedade, o **progresso** ha de ser tambem uma illusão no espirito do povo.

E’ devêras extraordinario o nosso atrazo em materia de instrução, mesmo elementar.

Basta considerar que Minas, este colosso de cerca de cinco milhões de habitantes, dá por anno promptos nos cursos primarios poucas centenas de alumnos, mesmo depois da brilhante reforma Carvalho Britto; porque, como acima fizemos sentir, a maioria dos alumnos que frequentam as escolas não completam o curso regulamentar, facto este que se verifica em quasi todas as localidades, já não dizemos só do Estado de Minas, em quasi todas as povoações do Brazil.

Os pais retiram os filhos das escolas, apenas estes sabem ler e escrever mal, sem se importarem com a incompleta aprendizagem delles no ponto em que os retiram do ensino escolar, não poucas vezes queixando-se injustamente dos pobres professores primarios.

Muito mais desprezada ainda é a instrucção secundaria no interior; um estabelecimento qualquer, seja particular, seja official só se mantêm á custa de inauditos esforços dos poucos que se interessam por elles.

Para que, pois, falar em **progresso**, quando olhamos com tamanha indiferença para a primeira e mais solida base do **progresso** social?

É inutil

Não precisamos reagir é necessario diffundir a instrucção pelas camadas populares, custe, o que custar, até mesmo porque ella é a base fundamental dos regimes democraticos. Onde reina a ignorancia não pode reinar a justiça e a liberdade que constituem o mais bello ideal de **progresso** e civilização.

Dignos pais de familia de Uberabinha educae vossos filhos, ainda mesmo com sacrificio, e ficae certos de que a instrucção, associada á boa educação, é a melhor e a mais duradora das riquezas que podereis legar-lhes.

No futuro elles saberão reconhecer, pretando-vos a devida homenagem de profundo amor e filial gratidão, esse nobilismo sacrificio do amor paterno.”p.1

Dr. Pedro Salazar

CHRONICANDO

O que pode haver de mais engrandecedor do que a paz?

A paz que nos traz o amor, a união, a força, o progresso, e, afinal a immortalidade!

Immortalidade! Imortal é o que vive sempre, e, se, pode haver alguma coisa immorredoura para nós, deve ser a recordação da honrosa visita do presidente do Estado à esta cidade.

Visita que nos trouxe um congraçamento politico, que nos trouxe a paz fundindo em um só, os partidos que se digladiavam de dia para dia cada vez mais.

Quando outros motivos não houvessem para que apreciaremos a sinceridade e a patriotismo com que s. exa. administra e zela pelo bem do seu Estado, bastava-nos esse exemplo de cordialidade que nos veio trazer e só elle valeria por todos os beneficios que ainda nos podesse fazer.

Porém, s. exa. o sr. Julio Bueno Brandão, que minas em boa hora escolheu para reger-lhe os seus destinos, ainda nos quiz dar emfim, outro exeplo mais frizante do quanto pode a paz.

Em homenagem a esse dia em que s. exa. pelos laços sagrados de um dever moral, uniu os homens que nos dirigem a politica, nos dará ó Santo Deus! Nos dará um grupo escolar!

Que mais bellos e preciosos presentes nos podia trazer a vinda do presidente do nosso Estado ao Triangulo Mineiro?

Em signal de gratidão houve quem se lembrasse de um abaixo assignado feito à camara municipal desta cidade para que se denominasse a praça da Republica, praça Bueno Brandão. Se a minha opinião pudesse pezar dentre tantas, eu ouzaria dizel-a. Diria que o nosso grupo escolar, por certo seria construido na praça da Republica. Mas mesmo que o fosse em outra qualquer praça, a ella dar-se-lhe-ia o nome de praça da Paz; ao grupo o nome de Julio Bueno Brandão – P. da Cunha”.

AGINDO SEMPRE

“... A camara que em primeiro de junho termina o seu mandato, muito fez em melhoramentos de utilidade publica, deixando de si grata memoria assignalando uma epocha de prosperidades, iniciadora de grandes feitos para o fucturo desta terra, e legando á sua successora o exemplo de sua actividade e honesta administração.

Nos limites de suas forças, dentro de seus orçamentos, não póde a nova administração deixar de ocupar-se com particular interesse, de tornar o municipio accessivel, em qualquer direcção, a a todos os meios de transporte, pela abertura de novas estradas e reparos nas antigas.

Outro serviço inadiavel e de indiscutivel oportunidade, é, de accordo e secundando os desejos do Governo do Estado, promover e auxiliar a diffusão do ensino primario, com a criação de escolas ruraes em diversos pontos onde a população forneça alumnos para o seu funcionamento.

Para um e outro serviço, abertura de estrutura de estradas e criação de escolas, é indispensavel o levantamento de uma planta cadastral do municipio, abrangendo minuciosamente os dois ramos, territorial e população.

Só assim poderá ser feito o serviço de estradas, de utilidade geral, sem favorecimento de quem quer que seja em particular e a criação de escolas. Que não sejam simples cargos de proteccionismo e preferidos affilhados quasi sempre incompetentes para os desempenhar.

As estradas perfeitamente transitaveis, cortando o municipio em todas as direcções, facilitando o transito e o tranporte dos productos da lavoura, são um auxiliar inestimavel para o desenvolvimento da propria lavoura, com especialidade dos pequenos lavradores que não dispõe de vehiculus de transporte e que com cargueiros os pequenas carroças, podem trazer ao mercado as sobras do seu necessario. Macharmos para uma epocha de progresso e é nosso dever ir ao seu encontro, dando-lhe abrigo dentro de nossa fronteiras.

A prosperidae e o fucturo serão de nossos vindouors.” p.1

CONFERENCIA

“Como noticiamos no numero passado desta folha, teve logar no domingo a preleção feita pelo sr. dr. Silvino de Faria, que versou sobre o estado actual da civilização mundial, do adiantamento a que tem chegado as sciencias agricola e manufactureira e do progresso extraordinario attingido pelas nações mais cultas, cuja riqueza publica está justamente na razão directa do desenvolvimento de suas industrias e na cultura intellectual de sua populações.

Depois de uma digressão analytica de varios paizes europeus e americanos, fez a apologia do Brazil salientando a exuberancia dos elementos de prosperidade, com que a prodiga natureza dotou este abençoado torrão e que aproveitados pela sciencia e actividade dos seus filhos, transformarão este grande paiz em centro cosmopolita de prosperidade e riqueza.

Como baes primordiaes do nosso progresso salientou a obrigação dos governos da União e dos Estados de promoverem por todos os meios a instrucção do povo, não se limitando ao ensino das primeiras letras, mas guiando-se tambem na pratica de todos os ramos da actividade, na artes, sciencias, industria e agricultura.

Falando sobre instrucção lembrou o dr. Silvino que, tendo o governo do Estado resolvido a criação de uma Escola Normal no Triangulo, devia-se pedir lhe para que fosse esta estabelecida em Uberabinha, visto como Uberaba ja tem sido por demais beneficiada pelo governo com diversos estabelecimentos publicos e de instrucção, ao passo que Uberabinha, modestamente encolhida na sua obscuridade, vai deixando desaproveitados os valiosos dons de que dispõe, pelo seu clima, pela uberdade de seu territorio e até pela sua posição geographica, mais no centro do Triangulo.”

E isto é uma verdade.

O dr. Silvino que por quasi duas horas se fez ouvir com agrado, deixou de sua preleção uma agradavel impressão no audictorio, convencido de que realmente nós temos direito de exigir do governo, mais do que elle nos tem dado, em troca do muito que nos lhe damos. A Escola Normal era um acto de verdadeira justiça.” p.1

ESCOLA NORMAL

“Perante a sciencia, perante o proprio interesse da collectividade, a cidade salubre, cujo clima é pleno de amenidade e pureza, é sempre preferida para fundação de certos estabelecimentos de educação, com especialidade. Para exemplo ahi estão diversos collegios e institutos de ensino collocados em cidades do interior mas que são preferidos devido a sua salubridade e clima. Esta preferencia torna-se uma força impulsionante ao proprio merecimento do estabelecimento, d’ahi a sua existencia prolongada. É certo que nos estabelecimentos escolares é mantida a hygiene em excesso, mas esta tornar-se-ha emproficua de tiver contra si insalubridade local. Esta nossa cidade, devido a tão beneficio clima, desenvolve-se célebre não obstante o curto tempo de sua existencia.

Realmente o que deixamos exposto, sob a luz resplendente da verdade, tem a seu favor o testemunho dos factos. Quanto nos seria proveitosa, em todos os sentidos, se aqui fosse estabelecido uma escola normal!

A amenidade do clima, a barateza da vida, os modicos alugueis das casas, e, sem offensa aos demais logares do triangulo, a admiravel moralidade que reina em nosso meio social, seria de muita vantagem não só para o corpo docente, como discente.

Existem dois collegios de instrução primaria e secundaria, aliaz bem frequentados, devido ao zelo maxima competencia de seus directores, auxiliados por um corpo docente de merecimento incontestavel; ora se junto á este dois estabelecimentos estivessem o Grupo Escolar e a Escola Normal, Uberabinha se julgaria feliz, porque as benificas auras da instrução viriam reformar totalmente seu ambiente, fazendo possivel para o completo desaparecimento do atrazo - ; occorrendo que, estes melhoramentos, por sua natureza seriam os percursos da ctividade, emquanto que o povo, satisfeito e lisongead, envidaria esforços para que o apparecimento das industrias fosse o admiravel completo do progresso.

A occasião é mais que propicia. O governo do inclito cidadão Julio Bueno Brandão, pondo em evidencia a sua patriotica promessa, vae mandar construir o edificio para n’elle funcionar o Grupo Escolar.

Pois bem, se a escola normal aqui fosse estabelecida, bem podia um e outra ficar no mesmo edificio; questão era só dependente do tamanho do mesmo edificio. Esta junção, além de tudo, era de grande vantagem pratica, porque os alumnos da escola normal praticariam no grupo, desse modo, adquiriam a pratica precisa, alias reclamada pela forma porque ora se administra o ensino intuitivo.

Ser normalista não é ser professor. Entre um e outro vai uma enorme distancia. Nada mais difficil do que saber-se transmittir o ensino as creanças, e para conseguir-se este desideratum é indispensavel o auxilio fecundo e poderoso da pratica.

Um dos problemas mais complexo que se apresenta ante os olhos do mestre é saber conhecer a indole da creança para poder combater-lhe os defeitos.

De uma escola normal pode sahir um sabio, mas nunca um professor, um mestre; é na pratica, é na convivencia com ás creanças que está a formação do professor, do mestre. Partindo destes principios incontestaveis, somos do parecer que o curso normal fosse auxiliado pelo curso pratico, ambos marchando paralellamente, como acontece na medicina.

Conhecidas, rapidamente, nas nossas ideas, levando em linha de conta as condições climatericas e hygienicas de Uberabinha, a facilidade dos materiaes para construcções encontrados aqui em superabundancia, parece-nos que não seria dispendiosa a construcção do edificio, onde funcionem o Grupo Escolar e a Escola Normal. Além do bellissimo local, mesmo no centro da cidade, ainda o governo, de bom grado e philanthropicamente, poderia contar com a cooperação de todos, o que teria grande economia nas despesas a favor dos cofres do Estado.

Ahi fica a ideia digna de ser acolhida pelo governo, resultando de tao patriotico acolhimento, a prosperidade intellectual e material de Uberabinha.” p.1

Orphely

A TRIBUNA

“Cidade relativamente grande e prospera, agitada actualmente por um intenso sopro de atividade e gozando de um nome merecida de centro commercial e agricola, Uberabinha resentia-se, de tempo a esta parte, de um jornal imparcial e estavel, que viesse defender, no campo das ideas, os seus multiplos interesses e as aspirações que a sua sede de progresso desenvolve e armazena.

E a essa lacuna que , modestia parte. A Tribuna, quer preencher, alcançando agora a sua bandeira de combate.

Tudo quanto se relacionar ao desenvolvimento desta cidade, tudo quanto facilitar directamente aos seus justos anhelos encontrara nesta folha apoio forte e decidido.

O comercio , a lavoura e a industria, cuja expansão e notoria nesta zona do Estado, entregue aos seus proprios destinos pelos nossos governantes, precisavam, a muito de um jornal que fizesse sentir ao longe, as suas necessidades, que reclamasse de quem de direito os meios tendentes a facilitar o seu pleno desenvolvimento.

Este jornal não mira, pois outro fim que não seja o de acompanhar, a par-e-passu, o progresso de Uberabinha e do Triangulo, collaborando como os obreiros dos seus melhoramentos e incentivando as suas boas inciciativas.

Por esse motivo reserva-se sempre o direito de agir com maxima liberdade.

Sem partido politico e sem prevenções, dira o que sente com franqueza, elogiando ou atacando as administrações federaes, estaduaes ou municipaes, quando estas o merecerem.”

ANDRADE, LAMOUNIER DE. Do Rio. Educação e cultura. Os nossos exageros. A Tribuna, Semanario Independente e Noticioso, Uberabinha, MG, ano I, nº10, p.1, 16/11/1919.

DO RIO

EDUCAÇÃO E CULTURA

OS NOSSOS EXAGEROS

“ (...) A respeito do progresso e da cultura do nosso povo são emitidas as opiniões mais desencontradas e contradictorias.

Isso, que á primeira vista parece um absurdo, tem uma explicação muito facil, provindo sempre o erro da generalisação que considera o Brasil com um todo homogeneo.

Um estrangeiro que nos visita entende naturalmente de bem julgar-nos pelo que vê e observa, levando ás mais das vezes, é bom notar, impressões agradaveis do litoral civilizado.

Qualquer de nós é levado a comprehender assim tambem a cultura da nossa gente pelo conhecimento que tem do adiantamento do logar onde vive.

Nessa condições, a avaliar pelo atrazo em que jazem muitos dos nossos Estados, não poderíamos, é certo, competir nem com a maioria das colonias africanas que já vão tendo as suas necessidades pelas respectivas metropoles.

Por outro lado tambem não temos estatisticas rigorosas que nos informem sobre a porcentagem de analphabetos, a frequencia escolar o aproveitamento dos alumnos, as vantagens do creação de certos cursos especiaes, etc. Os calculos para toda a nossa população se baseiam nos dados fornecidos pelas directorias de Instrução da Capital e dos Estados mais importantes.

Como quer que seja, porem, actualmente commetemos dois exageros explicaveis por aquelle erro de observação e pela ignorancia do que se entende como responsabilidade.

Em primeiro logar, culpamos de todo o mal o governo, sem nos lembrarmos de que elle reflecte sempre o meio, é uma resultante de forças e, portanto, não pode collocar-se acima de si mesmo.

Depois, reconhecendo que são deverás apavoradas as proporções do analfabetismo, lembramos como simples remedio por si só bastante para extinção do mal, a difusão da intrucção primaria .

Este segundo exaggero ainda é mais estrabico que o primeiro. Está claro que é preciso attender ás necessidades de cada região. Mato Grosso e S.Paulo, por exemplo, comportam-se como paizes estranhos e independentes . Se está na instrução primaria a salvação de um, o outro já requer, pelas suas condições, ensino profissiona e agricola, escolas de arte, de commercio e industria, gymnasio e academia. Abusivamene comparando, o Brazil apresenta dest'arte europeas, e zonas aziaticas(...) do ponto de vista da cultura.

E' bem verdade que ainda há pouco um jornal publicou alguns algarismos vergonhosos sobre a situação do ensino aqui, que dão para actual população ainda 50% de anaphabetos !

Em todo caso, se constituimos na verdade um immenso exercito de ignorantes, não está na escola primaria a solução do problema: sem duvida alguma, nos gymnasio e academias é que está se formando o Estado maior que nos levará á victoria.”

O ANIVERSARIO DA REPUBLICA. A Tribuna, Semanario Independente, Uberabinha, MG, nº62, ano II, p.1, 15/11/1920.

O ANIVERSARIO DA REPUBLICA

(...) O Brasil tem tido mãos governos e por isso não gosa ainda das vias de comunicação indispenáveis ao seu desenvolvimento; a instrução publica, base de qualquer democracia, ainda não foi encarada como um problema a resolver; o saneamento só agora, depois do grito de Miguel Pereira, começou a ser encarado; o problema financeiro permanece insolúvel, agravado de anno para anno, com espantoso deficit orçamentarios.

D'ahi o seu continuo e precario estado de finanças; d'ahi o mal estar premente por que periodicamente passa.

(...) Mas para que o Brazil se torne verdadeiramente grande e belo, para que a nossa patria represente dignamente no continente o papel que o destino lhe aponta, é indispensável que se extermine de uma vez para sempre o flagelo terrivel da politicagem, é urgente que se acabe com o espantelho do analfabetismo que são os verdadeiros impecilhos das administrações bem intencionadas.

Esses, sim, é que são os grandes males que se antepõem ao nosso progresso.”

MAGALHÃES, Eurico, A Escola do Centenario. A Tribuna, Semanario Independente. Uberabinha, MG, ano III, nº104, 07/07/1921.

A ESCOLA DO CENTENARIO

“Uma das feições culminantes de minha individualidade é esse grande poder de adaptação a todos os meios que tem valido viver sem pizar o conforto ainda não penetrou. E esse caracter adaptavel aos mais dispares ambientes fysicos e sociaes se tem cada vez mais apurado, dando como resultado o interesse que sempre venho demonstrado pelo desenvolvimento material, moral e intellectual ods logares em que tenho vivido.

Hoje, é Uberabinha, - que me prende e fascina coma as magnitudes deleitosas de sua graça e o meigos esplendores de seu formoso progresso,- a cidade encantadora a que voluntariamente quero dedicar um pouco das energias com que me dotou o meu destino de luctador e dos anhélos porventura em minha mocidade idealista.

Cidade em que se cultiva, de modo notavel, Uberabinha, nesse aspecto superior de seu envolver, é uma das que mais têm realizado, atestando-o , de modo indiscutivel e flagrante, a creação de seu Gymnasio, - um dos melhores do Estado, pela competencia de seus professores, - o qual funciona num majestoso edificio, dotado de amplas salas hygienicas e de um adequado mobiliario e aparelhagem, em que os alunos podem, com um pouco de esforço, aprender, com as noções de elementares de sciencias humanas, e regras salutaes de cultura fysica, destinadas a tornarem a existencia mais saudavel e feliz. Cumpre ainda assinalar que a erecção desse monumento da intelligencia que fará, - eu o espero – de Uberabinha um dos mais luminosos centros da cultura mineira, foi devida à iniciativa particular de um punhado de seus filhos, solidarios no entusiasmo de um mesmo sonho grandioso, irmanados por uma identica fé religiosa nas vantagens da instrucção.

Por isso mesmo eu me animo a lembrar, aos seus pro-homens e à população em geral, a fundação no dia 7 de setembro de 1922, - quando festejaremos os primeiros cem annos de nossa vida livre, - de um escola destinada às crianças pobres, aos seus filhos dos homens que dedicam as suas forças ao trabalho fecundo, estabelecimento que as instrúa e eduque e lhes despérte, nas consciencia rudimentares, o amor da grande patria brasileira,

como se numa escura tapéra enlapada na rocha, uma fenda insolita deixasse penetrar o glorioso esplendor de um raio de sol.

Seu nome ser a <<Escola do Centenario>> para demonstrar aos pósteros o jubilo de que nos possuímos uma grande data, ao lado do interesse pelo progresso de nossa cidade,- viva particula da patria comum e àtomo disperso da consciencia nacional.

(...) Se a minha idéa fôr aproveitada e o meu desejo, cumprido, Uberabinha conquistará, no seio de suas irmãs do Triangulo, mais um titulo de gloria e de respeito que irá augmentar o seu já avultado patrimonio de belas obras, realizadas pelas afirmações de seu progresso.

Setembro, 1921.

EURICO MAGALHÃES.

A.S.N. De Uberabinha. A Tribuna, Semanario Independente, Uberabinha, MG, ano IV, nº 161, p.2, 22 /10/1922.

DE UBERABINHA

“Evidentemente Uberabinha segue em marcha firme para o progresso. Apesar da crise desoladora que feriu profundamente o triangulo, a bella cidade cresce, modernizando-se, provendo-se de melhoramentos indispensáveis ao grande centro.

Ainda agora a Câmara construiu o fórum, prédio de bela apparencia.

A tudo isso se vem juntar a iniciativa particular: os palacetes elegantes e confortáveis se multiplicam, um magestoso prédio para Gymnasio, que funciona, bem como Grupo Escolar, vários collegios e escolas particulares, com extraordinária frequência de alumnos.

O campo do clube sportivo local está sendo construído, e Uberabinha possui um bello prédio hotel.

As pequenas industrias vão se installando na cidade. Fabricas de banhas, de bebidas, de sabão, etc, surgem de todo lado. Os próprios meninos já crearam industrias: anneis de côco, que elles fazem pelas ruas, a conivetes e velhos pedaços lima.

Ainda agora os Irmãos Teixeira fundaram uma pequena fabrica de pinas electricas *Teixeirinha*, tão boas como as similares estrangeiras.

(...) Os Irmãos Teixeira, brevemente os fornecedores de pilhas electricas para uma boa parte do nosso paiz, estão de parabéns, assim como a cidade feliz, cujos habitantes sabem tão a propósito sacudir temores o desalento e se lançam decididamente pela estrada futura das industrias.

Outubro, 1.

A.S.N